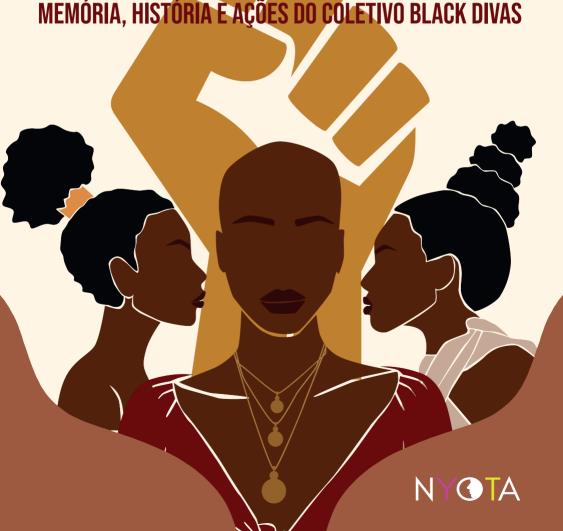
SANDRA MARA AGUILLERA

MULHERES NECRAS EM LUTA MEMÓRIA, HISTÓRIA E AÇÕES DO COLETIVO BLACK DIVAS



SANDRA MARA AGUILLERA

MULHERES NEGRAS EM LUTA

MEMÓRIA, HISTÓRIA E AÇÕES DO COLETIVO BLACK DIVAS

Florianópolis, SC Rocha Gráfica e Editora Ltda. 2023

Selo Nvota Franciéle Carneiro Garcês da Silva Nathália Lima Romeiro Coordenação

Comitê Editorial e Científico

Natalia Duque Cardona (UdeA) Wellington Marçal de Carvalho (UFMG) Rubens Alves da Silva (UFMG) Márcio Ferreira da Silva (UFMA) Daniella Camara Pizarro (UDESC) Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFFS) Claudia Mortari (UDESC) Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA) Fernanda Oliveira (UFRGS) Luisa Tombini Wittmann (UDESC) Lourenço Cardoso (UNILAB) Samanta Coan (Muquifu) Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA) Mariana Cortez (UNILA) Gustavo Silva Saldanha (IBICT/UFRJ) Bruno Almeida dos Santos (UFBA) Edilson Targino de Melo Filho (UFPB) Lia Vainer Schucman (UFSC) Carina Santiago dos Santos (UDESC) Priscila Sena (UFRGS)

Comitê de Avaliadores Ad Hoc

Dirnéle Carneiro Garcez (UFSC) Márcio Ferreira da Silva (UFMA) Carina Santiago dos Santos (UDESC) Rubens Alves da Silva (UFMG) Edilson Targino de Melo Filho (UFPB) Samanta Coan (Muquifu)

Diagramação: Nathália Lima Romeiro; Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Arte da Capa: Franciéle Carneiro Garcês da Silva Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva

A283m

Aguillera, Sandra Mara

Mulheres Negras em luta: Memória, história e ações do Coletivo Black Divas / Sandra Mara Aguillera. - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2023.

146 p.

Inclui Bibliografia. Disponível em: https://www.nyota.com.br/. ISBN 978-85-60527-61-8 (digital)

ISBN 978-85-60527-56-4 (impresso)

1. Mulheres negras. 2. Coletivo Black Divas. 3. Memória. 4. Informação. 5. Protagonismo negro. 6. Ciência da Informação. I. Aguillera, Sandra Mara. II. Título.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS



Atribuição - Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil

É permitido: Copiar, distribuir, exibir e executar a obra Criar obras derivadas

Condições:



Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

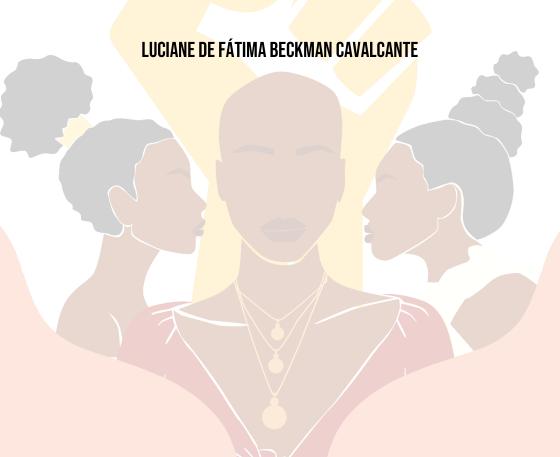
Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença que este original.

SUMÁRIO

PREFACIO - ROMPENDO ESTRUTURAS: COLETIVO BLACK DIVAS7
Luciane de Fátima Beckman Cavalcante
APRESENTAÇÃO13
Ana Cristina de Albuquerque
PALAVRAS INICIAIS: OS CAMINHOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI17
INTRODUÇÃO21
CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS31
A MEMÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO41
CAPÍTULO 2 - DOS CENÁRIOS DE INVISIBILIDADE AO CONTEXTO DO MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS57
CAPÍTULO 3 - COLETIVO BLACK DIVAS: MULHERES NEGRAS DE LONDRINA EM MOVIMENTO75

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS	.87
CATEGORIA: AÇÕES DE EMPODERAMENTO POR MEIO DA VALORIZA DA MULHER NEGRA	
CATEGORIA: COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	97
CATEGORIA: AÇÕES DE EMPODERAMENTO POR MEIO DA EDUCAÇÃ DO TRABALHO	
CATEGORIA: AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA	116
CATEGORIA: COMBATE E AÇÕES PELO FIM DA DISCRIMINAÇÃ RACISMO	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
SOBRE A AUTORA	133
REFERÊNCIAS	135

PREFÁCIO ROMPENDO ESTRUTURAS: COLETIVO BLACK DIVAS



As lutas do movimento negro, sobretudo das mulheres negras, criaram raízes que se ramificaram em diversos setores da sociedade, principalmente tendo em vista a pluralidade das pautas que abrangem o movimento feminista e o feminismo negro em particular. Entretanto, ainda que o fortalecimento e constante luta de enfrentamento às desigualdades sejam visíveis, o sexismo, o machismo e o espectro de uma sociedade arraigada estruturalmente no racismo e nas tentativas de apagamento e invisibilidade do povo negro se fazem presentes no Brasil, mesmo após 135 anos da abolição da escravidão no país.

As mulheres negras são atravessadas por opressões de gênero, raça e classe, o que faz com que, dentre outras coisas, tenham menor inserção no mercado de trabalho e no campo acadêmico, e estejam mais suscetíveis às violências de gênero. Além das estatísticas, o olhar empírico do dia a dia, que muitos fingem não ver nas relações desiguais da sociedade, expressa essa realidade quando a estatística se torna um nome, um rosto, uma vida. É por se entender como mulher negra, em uma sociedade racista e repleta de desigualdades, que Sandra Mara Aguillera propõe a reflexão sobre a luta das mulheres negras, enxergando na organização de tais mulheres em coletivos uma forma de combate e resistência.

É nessa chave de leitura que se insere o livro Mulheres Negras em Luta: história, memória e ações do Coletivo Black Divas, fruto da dissertação de mestrado de Sandra Mara Aguillera, mulher negra, periférica, residente da cidade de Londrina e uma das fundadoras do Coletivo Black Divas. Para a autora, e aqui peço licença para falar por ela, não era possível aceitar a realidade de opressão e preconceito que lhe foi imposta, desde o período colonial, como sendo o destino de todas mulheres negras. Era preciso enfrentar o cenário de opressão que aflige mulheres e meninas negras, e uma das formas para tal enfrentamento se dá por meio da união dessas

mulheres e, consequentemente, no desenvolvimento de ações e práticas de enfrentamento. O pensamento da autora do livro reflete o de tantas outras mulheres negras que se organizam em coletivos, seja no Brasil ou em outros países.

Com esse objetivo em mente, Sandra estrutura seu livro em quatro capítulos, que contemplam as motivações e caminhos que levaram a autora a agir e refletir teoricamente sobre essa questão tão cara na qual as mulheres negras estão perpassando pela discussão histórica envoltas, movimentos negros, com destaque à memória de tais movimentos. A autora conclui com uma abordagem empírica que reflete a atuação do Coletivo Black Divas, que, em suas palavras, tem como missão "incentivar o protagonismo das mulheres negras através de ações culturais, sociais e educativas com o propósito de transformar a vida das mulheres, ampliando a visibilidade das mulheres negras, a luta pela igualdade de direitos, operando em prol da equidade racial e contribuindo para a construção da memória da população negra e do reconhecimento das vozes e ações das mulheres".

Antes do capítulo introdutório, Sandra Aguilera convida leitores a caminharem por seu percurso enquanto mulher negra que sofreu e sofre os reflexos opressores, mas que enxergou, na formação de um coletivo de mulheres negras, a força para engajar-se na luta pelos direitos do povo preto, sobretudo das mulheres na cidade de Londrina no Paraná e em outras regiões próximas. A autora estabelece interlocuções sustentar autoras е autores negros para argumentações necessidade sobre de criação а fortalecimento de coletivos de mulheres como aliados às causas do Movimento Negro, em especial o feminismo negro.

O primeiro capítulo destaca a contextualização história do movimentos negros, traz reflexões sobre as tensões internas existentes nesse cenário e situa leitores sobre as lutas das feministas negras pelos direitos das mulheres e o protagonismo dessas mulheres.

Com uma discussão centrada na conjuntura que perpassou o cenário de invisibilidade ao contexto das mulheres negras, a autora apresenta e situa o campo histórico dos movimentos sociais negros, perpassando pela Frente Negra Brasileira (FNB) na década de 1930, e pelo Movimento Negro unificado nos anos 1970, movimento este que foi um marco na organização da população negra no Brasil na luta contra a discriminação racial. A autora destaca a necessariedade de preservação da memória do povo negro e suas lutas como forma de perpetuar as pautas de luta dos movimentos dentro desse cenário.

No capítulo sobre o Coletivo Black Divas: mulheres negras de Londrina, a autora contextualiza como se deu a criação do Coletivo, apresenta registros de ações realizadas ao longo da existência do Coletivo.

No quarto e último capítulo, a autora apresenta resultados empíricos distribuídos em categorias analíticas voltadas a compreensão das ações delineadas pelo coletivo, no âmbito do empoderamento por meio da valorização da mulheres negras, do enfrentamento à violência contra as mulheres, da valorização da cultura negra e de ações de enfrentamento a discriminação e racismo que acomete as mulheres negras. A autora, em seu lugar de fala, reforça a importância do coletivo, das ações desenvolvidas e como tais ações refletem na vida e realidade das mulheres, o que nos leva a um entendimento de como tais ações são uma forma de mediação que podem ajudar a promover um protagonismo social das mulheres e dos movimentos de mulheres negras.

Considerando nossa sociedade enraizada e estruturada pelo racismo, pelos pactos da branquitude e por seus privilégios simbólicos e materiais, percebe-se o seu reflexo em todas as esferas sociais, incluindo o campo profissional. Em decorrência, o campo científico acadêmico não é exceção, visto que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 10,4% das mulheres negras com idade entre 25 a 44 anos concluíram o ensino superior em 2018 . O percentual de mulheres negras doutoras professoras de programa de pós graduação é inferior a 3% e poucas bolsas de produtividade são destinadas a mulheres negras. Tal cenário não é muito diferente quando se olha para a Ciência da Informação em particular, mesmo com o aumento da inserção e maior visibilidade de pessoas negras nesse espaço.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida por Sandra Aguillera é mais uma forma de resistência e enfrentamento de tais dados com vistas à mudanças, assim como um estímulo para promover o fortalecimento de uma Ciência da Informação que se constrói também pelas "mãos" e protagonismo de pesquisadoras negras. Ao trazer para o centro do debate as ações de um coletivo de mulheres, a autora do livro contribui para o rompimento das correntes simbólicas de gênero, raça e classe e inspira outras mulheres a trilhar seus caminhos nos horizontes que são seus por direito.

Mulheres negras em movimento | Sandra Mara Aguillera

APRESENTAÇÃO

ANA CRISTINA DE ALBUQUERQUE¹

¹ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina. Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação da UEL. Coordenadora do PPGCI UEL. Vice-Presidenta da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Bolsista Produtividade PQ2.

Recebi, com alegria, o convite para elaborar a apresentação do presente livro, que faz parte da produção intelectual do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI UEL), no qual atuo, convivo e acompanho os discentes pelo fato de ministrar uma disciplina de formação obrigatória e ter a possibilidade de conhecer seus temas e motivações.

Iniciar um texto de apresentação sempre é um desafio, pois uma obra se faz a partir de temas específicos, de muitas influências e de contextos que devem ser levados em consideração. Apresentar o livro "Mulheres negras em luta: memória, história e ações do Coletivo Black Divas" me remete a pensar em todas essas interfaces e questionar quais são as ações de luta que as mulheres negras travam, de maneira articulada, para firmar suas demandas e sua história, diante de uma sociedade que, apesar de significativos avanços, ainda tem incrustada em suas raízes, a imagem da mulher negra subserviente, sem direitos e precarizada por todas as formas de trabalho.

Os movimentos sociais que têm o protagonismo de mulheres negras, no Brasil, impulsionam mudanças importantes que são pauta para avanços e transformações no cenário político, social e cultural e colocam à vista a luta contra o racismo, as discussões acerca da liberdade religiosa, as questões relacionadas aos direitos reprodutivos e sexuais, as questões de gênero, a luta contra a homofobia, lesbofobia, ou seja, em uma sociedade que oprime e explora, estas mulheres se colocam como linha de frente para que possam atingir direitos básicos de vida e condições dignas para que elas e os seus possam viver.

Muitas vezes, lutando pela sobrevivência do dia a dia, a organização vem como um processo que não pode ser deixado de lado e atinge e arregimenta outras e outros que se juntam em um movimento contínuo de batalhas

A história do movimento negro brasileiro, ao longo do tempo e de forma geral, se constitui sob condições repressivas, desde leis que proíbem o exercício da cultura e tradição, passando pelas intervenções policiais que matam e encarceram a população pobre e negra, até o cerceamento social com a falta de políticas públicas adequadas que garantam saúde, educação, moradia, saneamento e mobilidade para que todos e todas possam usufruir de uma vida digna e ascendente no sentido de ter condições de emancipação intelectual e participativa em seu entorno e suas comunidades.

É nesse contexto que o trabalho de Sandra Aguillera se enquadra. Com o apoio da professora Dra. Luciane Beckman e o alicerce do Grupo de Pesquisa Informação, Conhecimento e Cultura em Múltiplos Ambientes (INFOCCULT), Sandra apresenta a trajetória de movimentos de mulheres negras no Brasil e traz à tona um grupo atuante na cidade de Londrina, PR, o Coletivo Black Divas, que congrega ações de formação, integração cultural, visibilidade, inserção no mercado de trabalho, auxilio à continuidade dos estudos, auxílio à parcela de pessoas pobres da cidade e tantas outras ações que servem para que essas mulheres possam se expressar e pensar em uma forma melhor de viver.

Neste processo, o percurso exige determinação e consciência do lugar que ocupam, sendo trilhado a partir das complexidades apresentadas nas relações estabelecidas pelo racismo e patriarcalismo, que alimentam um sistema capitalista estruturado para que a população pobre e negra não apareça, apenas exerça os subempregos a eles "destinados". Processo árduo, mas necessário, pois incide na perspectiva das abordagens dos direitos básicos à população, especificamente aqui, às pessoas negras, maioria e mais precarizadas no estado brasileiro.

Portanto, em nome do PPGCI-UEL, convido a todos e

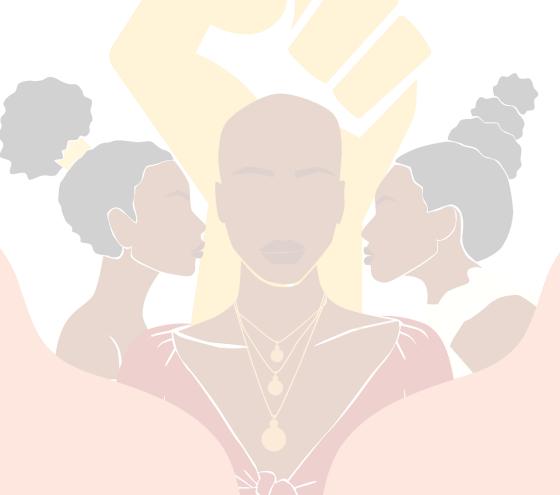
todas a conhecerem e reconhecerem a importância da atuação deste Coletivo, em suas diferentes nuances, que é capaz de incorporar pessoas das mais diversas atuações e situações, mas que têm um objetivo em comum: pautar na agenda política e social da cidade de Londrina, as dificuldades que a população apresenta, para que estes possam, à luz de uma sociedade, quiçá mais justa, ter um futuro que não só os coloquem em papéis secundários, mas sim como produtores e escritores de suas próprias histórias.

Me sinto honrada por escrever essa apresentação e por ser acolhida por essas mulheres.

Conheçam o Black Divas!

Londrina, julho de 2023.

PALAVRAS INICIAIS: OS CAMINHOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI



A minha trajetória de mulher negra foi marcada por várias situações, dentre elas, é possível pontuar o gênero, a cor, e ser membro de uma família interracial composta por mãe branca e pai negro. Tive que aprender, desde cedo, o quanto a vida seria difícil para meninas como eu, negras. Por isso, tive que começar na "lida" muito cedo.

Sou filha de Tereza Antunes de Oliveira (in memoriam), uma mãe e mulher incansável na arte de amar, orientar e organizar os caminhos e fornecer suportes. Minha mãe lutava contra o racismo que eu recebia em sala de aula, e mesmo sem o apoio do meu pai, criou quatro filhas. Sou filha de Florisvaldo Domingos Petronilio, um homem negro que foi integrante do Movimento Negro Londrinense desde 1957. Meu pai fez parte do AROL, clube que se tornou um marco do movimento negro em Londrina por lutar contra o racismo e pautar a liberdade de ser e estar no mundo como pessoas negras.

Como uma menina negra, percebi as lutas contra as injustiças raciais que eram direcionadas à comunidade negra. Com cinco anos, tive contato com a violência do racismo no ambiente escolar. Dentre algumas das várias violências, esteve a exclusão nas atividades escolares, não ser permitido que fosse a personagem principal da festa junina, mesmo quando meu pai vendia centenas de votos. Enfim, desde cedo percebi que os lugares disponibilizados à comunidade negra eram aqueles de subordinação e discriminação. Por isso, decidi que estaria em constante luta contra a discriminação racial e outras formas de preconceito direcionadas à comunidade negra.

Uma das minhas maiores conquistas – com exceção da alegria de ser mãe de Gabriela, Éder Thiago e Guilherme –, foi enquanto mulher negra ter ingressado na Universidade Estadual de Londrina. À época, ingressaram eu e outros quatro estudantes negros na área de Humanas.

Após alguns anos, a partir de minha determinação e

resistência, acessei à Universidade Estadual de Londrina no curso de Letras, afinal, tinha consciência que o conhecimento e informação constituíam elementos importantes para alcançar novas oportunidades, que mudariam minha vida, construindo uma nova trajetória. Durante o período da graduação, ampliei meus saberes e a minha consciência social, de gênero e étnica, onde comecei a entender-me como mulher e negra em uma sociedade em que os casos de preconceito e discriminação racial seriam constantes em meu cotidiano, mesmo com um curso universitário. E assim. entendi o meu papel de mulher negra, e a necessidade de levantar algumas bandeiras, já que até então a reflexão sobre racismo e a guestão de gênero eram tabus, temas não falados, assim, comecei a participar da organização, criação de movimentos e mobilizações sociais, para tornar visível o que a sociedade insistia em deixar invisível. A partir de movimentos feministas, de mulheres negras e de coletivos negros entendi que minha participação nesses movimentos tinha que ser de luta, buscando o reconhecimento e respeito da mulher negra. Isso também reforçava a perspectiva de que esses movimentos contribuíam com a memória dos sujeitos sociais envolvidos.

A necessidade de mobilização social e política até então orientam o meu estar no mundo, bem como, o interesse em contribuir com a sociedade, em especial, com a comunidade negra, pois nossa ascensão está atrelada a ascensão da comunidade negra (Ubuntu).

Por isso, dentre as várias ações com as quais me envolvi ao longo da minha trajetória, tomo como objeto de pesquisa, o Coletivo Black Divas, idealizado com a missão de incentivar o protagonismo das mulheres negras através de ações culturais, sociais e educativas com o propósito de transformar a vida das mulheres negras por mulheres negras, refletindo sobre a necessidade de sua visibilidade, a luta pela igualdade de direitos, operando em prol da equidade racial e contribuindo para a construção da memória da população negra, do reconhecimento das vozes e ações dessas mulheres.

Em 2013, dez anos após o lançamento do Coletivo Black Divas, idealizei e lancei o selo personalizado referente aos 10 anos da Lei 10.639/03, único no Brasil que visou estabelecer novas práticas educativas que reconheçam a importância da história e cultura dos Africanos e afro-brasileiros nas escolas públicas, promovendo às/aos educadoras/es abordagens que enfatizem a importância da cultura afro sob o viés do combate ao racismo, preconceitos, e todo tipo de discriminação que ainda permeia os espaços, sobretudo nos espaços escolares.

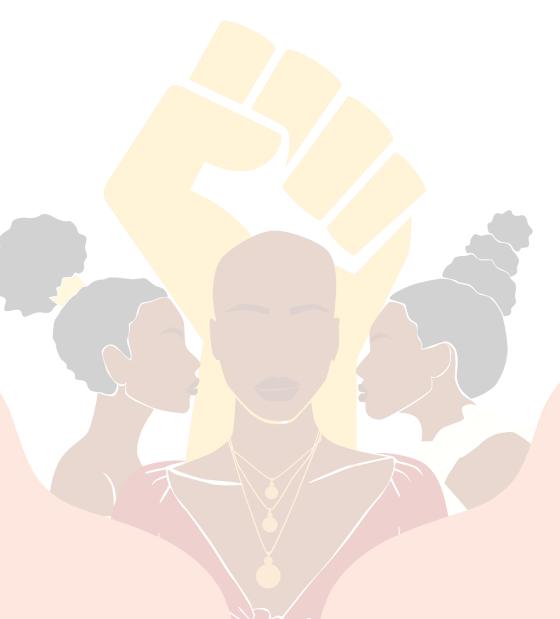
Em 2014, ganhei o 9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, premiação essa dada representando as Escolas do Paraná Gênero cujo o tema foi Diversidade sexual e relações etnicorraciais: a demarcação dos lugares e a produção das contribuir diferencas. obietivo foi 0 teórica metodologicamente com a equipe e cumprir a Instrução 10/2010 da Superintendência da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, a qual ressalta a importância da formação permanente, tanto dos membros da equipe como dos/as demais profissionais de educação e comunidade escolar, referente às diversidades étnico-raciais, culturais, sexuais e de gênero.

Hoje doutoranda da Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina, sigo na luta pelo protagonismo de mulheres negras enquanto pesquiso sobre informação e relações étnico-raciais.

Convido você a seguir comigo pelo caminho que esta obra nos levará.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO



Os movimentos sociais e políticos foram importantes para a emancipação da mulher negra, em especial, na sociedade brasileira, em virtude de sua dupla posição de subalternidade, pois as mulheres negras são afetadas pela questão do machismo e pelas questões vinculadas ao preconceito racial. Ou seja, por ser mulher e por ser negra se torna objeto de discriminação e, consequentemente, de violência.

Por outro lado, devemos entender esta questão dentro do campo histórico e social, pois no tocante ao quesito *mulher* se observa a exclusão deste sujeito em relação à participação política e na autonomia frente às tomadas de decisões sobre sua vida, sempre submetida aos interesses masculinos, pai e marido. Tal fator não se aplica às vivências da mulher negra, pois ela se encontra inserida no espaço público por meio do trabalho, assim, se reconhece que o termo mulher é insuficiente para expressar a diversidade de possibilidades de ser mulher ao longo da história. Entretanto, ao restringir o campo de análise é possível perceber que a mulher negra teve uma vivência específica devido ao processo de escravização de mulheres de origem africana desenvolvido nas origens da sociedade brasileira.

A condição de pessoa escravizada significou um processo de desumanização dos africanos e indígenas submetidos ao trabalho compulsório. No tocante às mulheres, se observa que a condição escrava era transmitida pela mulher, por isso, as leis que progressivamente culminaram na abolição do trabalho escravo no Brasil tinham como foco os sistemas de reprodução da escravidão, seja por tráfico marítimo ou o ventre escravo. Assim, se pontua que a escravizada desenvolveu vários trabalhos ao longo da existência da escravidão, como o cuidado, alimentação, colheita, companhia, comerciante, responsável familiar, dentre outros. Tal condição expressa que elas estavam em trânsito,

ocupando vários espaços, entretanto, sem direito à expressão de seus pensamentos e vontades.

Com a abolição do trabalho escravo, a mulher negra teve que lidar com a exclusão referente ao seu gênero e com o passado escravista que recaiu sobre os libertos e descendentes de escravizados. Neste sentido, os movimentos feministas, movimentos de mulheres negras e movimentos de coletivos negros foram importantes historicamente no tocante à denúncia do racismo e do machismo enquanto mecanismos sociais que excluem determinados sujeitos sociais da participação social mediante critérios irracionais, bem como, vêm organizando o combate e intensificando a luta pelo direito das mulheres, dos negros e das mulheres negras.

Se observa ainda, que estas mobilizações políticosociais, reforçam a perspectiva de que esses movimentos contribuem para a revisão e conservação da memória, em especial, do povo negro. Essa memória reitera conquistas e garantia de direitos da população negra e reconhecimento do seu legado, levando ao empoderamento identitário e social, bem como a garantia à vida, o que tem consequências no processo de superação do racismo.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como foco olhar para o público feminino negro, para as mulheres negras numa cidade específica – que é a cidade de Londrina – e para um coletivo de mulheres negras, o Coletivo Black Divas. Visa identificar as ações desse coletivo de mulheres, como elas desenvolveram e desenvolvem ações de empoderamento feminino, de combate ao racismo e luta por visibilidade na sociedade londrinense, principalmente, com foco na contribuição da preservação da memória de luta do movimento das mulheres negras.

A missão do Coletivo Black Divas é incentivar o protagonismo das mulheres negras através de ações culturais, sociais e educativas com o propósito de transformar a vida das mulheres, ampliando a visibilidade das mulheres negras, a luta pela igualdade de direitos, operando em prol da equidade racial e contribuindo para a construção da memória da população negra e do reconhecimento das vozes e ações das mulheres.

Neste sentido, por mais que a sociedade tenha mostrado avanços no que concerne ao combate ao racismo e ao empoderamento da população negra, ainda existem barreiras a serem demolidas. Frente a esta necessidade, os movimentos de mulheres negras, movimentos de coletivos negros e movimentos feministas, têm intensificado o combate ao racismo e ao machismo e intensificado a luta pelo direito das mulheres negras.

Devido ao contexto de invisibilidade dos feitos da população negra dentro da sociedade brasileira, urge o fortalecimento dos debates e discussões referentes às contribuições que as pessoas negras têm construído historicamente em prol de seu povo e da população como um todo. Sobretudo as mulheres negras que, sobreviventes de trincheiras estruturais, constroem formas de resistência e de todas as pessoas ao seu redor, sejam brancos ou não brancos, homens ou mulheres, ricos ou pobres. Por serem base da pirâmide social (BAIRROS, 1995; CARNEIRO, 2003; DAVIS, 2016; RIBEIRO, 2019). As mãos das mulheres negras são carregadas de histórias, que merecem ser avivadas no contexto da memória coletiva, e devem ser contadas, registradas e lembradas como fonte de histórias por gerações que virão.

Abramo (2006) ressalta que em relação à mulher negra e pobre, a dificuldade de inserção ao mercado de trabalho ainda é muito grande. A soma interligada a realidade sócio econômica, ao gênero e a raça, gera "efeitos tão violentos, que durante muitos anos irá restringi-la à base da pirâmide do sistema socioeconômico brasileiro". Nesse sentido, as "mulheres negras, desde a escravidão, vivenciam o trabalho de

modo peculiar. Enquanto escravizadas trabalhavam desde a lavoura até a "Casa Grande" executando atividades domésticas e/ou utilizadas como instrumento de prazer sexual" (ASSIS, 2009, p. 5.).

Portanto, a desigualdade quanto a posição das mulheres negras foi estruturada historicamente, e essa construção gerou um ciclo de discriminação racial, e as colocou à margem da sociedade. Com isso tornaram- se objeto de uma sociedade racista, machista e patriarcal, que além de as objetificar, também as inserem no mercado de trabalho informal de forma prematura, com baixíssimos salários, e carga horária de trabalho excessiva.

O Jornal "El País" em 2019, publicou que mulheres pretas ou pardas (entendidas neste trabalho como negras) continuam na base da desigualdade de renda no Brasil (MENDONÇA, 2019). No ano passado, elas receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%) atrás deles, estão mulheres brancas, que possuem rendimentos superiores não apenas aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens pretos ou pardos. Os dados fazem parte da pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça* publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As mulheres negras além de sofrerem as opressões no mercado de trabalho, também são acometidas pela violência doméstica. Como complemento a tal argumento, cabe destacar que: O Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2019 organizaram o Atlas da violência que relatou no ano de 2017 a ocorrência de 4.936 mortes de mulheres no Brasil, e o percentual de mortes totalizou em 66% de mulheres negras mortas no país por armas letais.

Tais dados nos mostram que erradicar as desigualdades raciais tornou-se uma luta histórica ainda que a sociedade

incansavelmente produza formas para manipular as pautas tentando deixá-las menos importantes e com isso dar o caráter de invisibilidade, uma vez que "Desde antes o período escravocrata, e consequentemente com a produção e atuação de feministas negras, é que esse debate já vinha sendo feito; o problema então, seria a sua falta de visibilidade" (RIBEIRO, 2019, p. 21). Nesse sentido, é possível compreender que a mulher negra está inserida numa sociedade que amarra suas condições de se manter, de galgar maiores passos numa sociedade racista e machista o que inviabiliza seu crescimento social.

Reforçando tal contexto, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007) argumenta que: "apesar da abolição da escravatura, nunca houve superação efetiva do processo de negras e negros que foram relegados e uma sociedade discriminatória sem que tivessem menor suporte para se estabelecerem". Nesse contexto, no que se refere às lutas de combate ao racismo, o Movimento Negro reivindica para que os negros e negras estejam em constante movimento tornando caminhos possíveis para que a população negra tenha acesso à educação, cultura, moradia e lazer e tantos outros direitos (GONÇALVEZ; SILVA, 2000). Na cidade de Londrina, localizada no Estado do Paraná, não é diferente, uma vez que, mesmos não estando na mídia constantemente, em revistas e livros, a organização dos coletivos negros continua ativa contra as práticas racistas e na construção dos debates municipal e estadual, com objetivo de criar estratégias de enfrentamento ao preconceito racial.

Nesse sentido, no contexto histórico, "Nos registros oficiais da cidade de Londrina, nota-se a tendência de preservar a memória dos grupos hegemônicos, ressaltando os ingleses, considerados os "pioneiros", o que promove "o silenciamento da memória de uma população que contribuiu para a expansão agrícola da cidade, a população negra"

(DINIZ; BORGHI, 2010, n.p.). "Como forma de enfrentamento e resistência da população negra que era proibida de frequentar espaços destinados aos brancos foi fundada em 1939 a primeira organização negra — o Clube Quadrado9 — tornou Sociedade Beneficente Princesa Isabel" (DINIZ; BORGHI, 2010, n.p.).

Desde então, cabe destacar que os Coletivos Negros têm lutado incessantemente por reconhecimento de suas produções culturais e acadêmicas, e pela valorização de suas ações em benefício da população negra de Londrina. Em decorrência cabe destacar o papel de coletivos de mulheres negras como forma de resistência a tal conjuntura opressora. Sendo assim, a partir do exposto e diante dos elementos até aqui apresentados, está pesquisa visa responder ao seguinte questionamento: Como as ações dos coletivos de Mulheres Negras da Cidade de Londrina contribui ao empoderamento dessas mulheres, ao combate ao racismo e principalmente a visibilidade, a memória de luta dessas mulheres negras em suas comunidades e no contexto da cidade de Londrina?

A razão da escolha deste tema de investigação está em ser o primeiro trabalho do PPGCI/UEL a evidenciar as mulheres negras, sua organização política em coletivos e as ações realizadas em prol do movimento feminista negro. Ademais, pelo fato de compreender e reforçar a importância dos coletivos de mulheres negras enquanto movimento de resistência, luta e contribuição à memória do povo negro. Nesse sentido, cabe reforçar que em decorrência desta pesquisadora estar inserida na comunidade negra e num coletivo feminina de mulheres negras vivenciando todas as questões que permeiam a sociedade londrinense em relação à mulher negra, surge a motivação para delinear o estudo do entendimento da construção da força do movimento negro da cidade de Londrina a partir dos coletivos de mulheres negras. Sendo assim, essa pesquisa é importante para contribuir e

somar com pesquisas que observam como ações de um coletivo de mulheres negras contribuem com o combate ao racismo, ao empoderamento da mulher negra e questões presentes raciais que estão na estrutura Consequentemente, o desenvolvimento da pesquisa e seus resultados contribuirão para visibilidade da luta dos coletivos de mulheres negras, bem como trará visibilidade para a discussão de pautas importantes em relação às lutas das mulheres negras na cidade de Londrina e permitindo expandir o olhar a outros coletivos fortalecendo, assim, o debate e a luta das mulheres negras.

O estudo também contribui com o campo do conhecimento científico relativo às questões da mulher negra as quais vem sendo discutidas por pesquisadoras e pesquisadores da Ciência da Informação em nível nacional.

Portanto, o desenvolvimento da pesquisa que originou esta obra foi importante por elucidar elementos necessários ao cenário pesquisado, contribuições para a área, bem como visa propiciar que outros pesquisadores possam, a partir dessa pesquisa, desenvolver outros estudos de temáticas correlatas e contribuir com escopo teórico- científico no contexto da Ciência da informação.

O objetivo desta obra é analisar como as ações do Coletivo Black Divas contribuem para o empoderamento da mulher negra e ao desenvolvimento da memória do movimento negro em Londrina. Esse objetivo se desdobra em: a) Identificar e caracterizar as ações desenvolvidas pelo coletivo de mulheres negras Black Divas na cidade de Londrina; b) Levantar as contribuições do Coletivo Black divas ao contexto do movimento de mulheres negras em Londrina; c) Analisar como as ações desenvolvidas pelo coletivo contribuem à memória de luta e resistência da população negra em Londrina.

Metodologicamente, esta é uma obra oriunda de

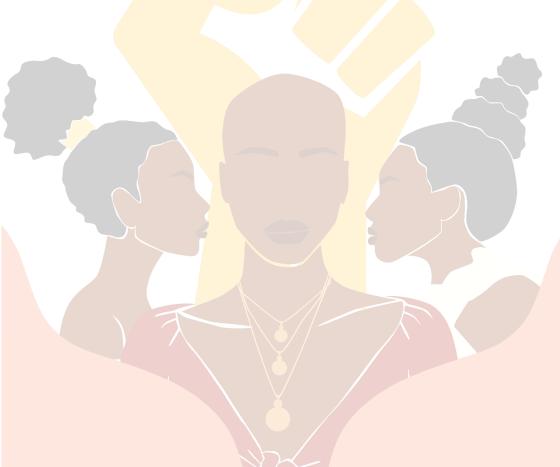
pesquisa caracterizada como documental, descritiva e exploratória de natureza qualitativa. Quanto ao material para a sua fundamentação teórica, foi utilizada a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Nela, foi realizado levantamento da literatura referente à temática debatida no estudo.

Cabe destacar que pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. (SILVA et al. 2009). Nesse sentido para a pesquisa foram utilizados os documentos vinculados ao Coletivo Black divas, disponíveis na página do coletivo, no Instagram, mas também outros utilizados documentos referentes a publicações em jornais e páginas web. Os critérios para a seleção dos documentos foram delimitados da seguinte forma: ano de criação do coletivo, atividades voltadas ao empoderamento da mulher negra, atividades contra o racismo, atividades que contribuem à memória do movimento de mulheres negras.

Nesse sentido, para análise do material, foi delimitada a Análise Categorial de Laurence Bardin, que estabelece categorias para delimitação das mensagens contidas nos documentos para verificarmos os elementos pertinentes às categorias delimitadas. Tal análise possibilita com que seja possível compreender como as ações do coletivo Black Divas contribuem ao foco da pesquisa. Nesse sentido, foram estipuladas como categorias de análise do Coletivo Black Divas consideradas para apresentação dos resultados, a saber: a) Ações de empoderamento por meio da educação e do trabalho; b) Ações de empoderamento por meio da valorização da mulher; c) Ações de valorização da cultura negra; d) Combate e ações pelo fim da discriminação e racismo; e e) Combate à violência contra a mulher. A seguir, o capítulo 1.

Mulheres negras em movimento | Sandra Mara Aguillera

CAPÍTULO 1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS



Abordar o tema do movimento negro não é algo fácil, pois ao longo de toda nossa história podemos localizar ações organizadas ou não, individuais ou em grupo, de negros que buscavam fugir da condição que lhes foi imposta e para isso usavam tudo que tinham à disposição, como: fugas, agressões e assassinatos, abortamentos, formação de quilombos, bem como a compra de sua alforria e/ou de seus familiares, e podemos acrescentar a organização das irmandades negras².

Se nos restringirmos ao período monárquico onde frente à crescente pressão da Inglaterra para a abolição do trabalho escravo, identificamos em nossa sociedade um movimento para que o término do trabalho escravo ocorresse de forma ordenada e paulatina, controlado pelo Estado, o que nos direciona à identificação de leis que levariam ao seu término de forma gradual.

Dentre as leis, podemos citar a Lei Eusébio de Queirós (Lei nº 581/850) (BRASIL, 1850) que proibia a importação de africanos escravizados. Tal medida dificultou a inserção de novos trabalhadores escravizados em nosso território. Na sequência, observamos a aprovação da Lei do Ventre Livre (Lei nº 2.040/1871) (BRASIL, 1871), que considerava livres os filhos

² Mais sobre o assunto pode ser encontrado em: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006; SILVA, Elizete da. Irmandade negra e resistência escrava. Sitientibus, Feira de Santana, n. 12, p. 55-62, 1994; REIS, José Reis. Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades Negras no tempo da escravidão, Tempo, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996; REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; REIS, João José. Quilombolas e revoltas escravas no Brasil: nos achamos em campo a tratar da liberdade. Revista USP, São Paulo, n. 28, dez. 1995 - fev. 1996; SANTOS, Richard. Identidade guerreira: luta e resistência nos quilombos contemporâneos, Revista África e Africanidade, ano 7, n. 19, abr. 2015; REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos(org.) Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

de escravizadas a partir da sanção da lei, o que levou à adoção do mecanismo de registro dos nascimentos resultando na punição do senhor que não os registrava. Outro elemento interessante desta lei foi o reconhecimento legal da possibilidade do escravizado poupar recursos pecuniários, mesmo sendo uma ação recorrente. Por outro lado havia a formação do fundo de emancipação para auxiliar na compra da alforria. Observamos ainda que neste momento se preferia pela liberdade das mulheres, já que, até então, sua condição que determinaria a liberdade dos seus descendentes.

Ainda devemos pontuar a controversa Lei dos Sexagenários (Lei nº 3.270/1885) (BRASIL, 1885), haja vista que a mesma concedia a liberdade de escravizados com mais de 60 anos mediante o pagamento de mais alguns anos de trabalho. Ou seja, possibilitava a liberdade para aqueles escravizados que frente ao regime intenso de trabalho chegassem a tal idade. Por outro lado, se encontravam em idade em que dependeriam de outros e, assim, não teriam condições para o trabalho, afinal quem cuidaria destes idosos?

Em suma, essas leis permitem que identifiquemos que o Brasil escolheu o processo de abolição do trabalho escravo de forma "natural", ou seja, impossibilitando a sua reposição via tráfico. Na sequência observamos a restrição de sua reposição de forma biológica, via nascimento, e ainda a "facilitação" ao acesso da compra das cartas de alforria e apesar dos limites da Lei dos Sexagenários, existia a possibilidade de o senhor de escravos poder libertar o escravizado idoso que não lhe era mais produtivo. E por fim, temos a abolição do trabalho escravo por meio da Lei Áurea (Lei nº 3.353/1888) (BRASIL, 1888) ocorrida em maio de 1888. Como uma de suas consequências, vimos o fim do regime monárquico e a instalação de um governo republicano. Entretanto, em ambos os governos não houve o estabelecimento de políticas públicas de inserção social ou mesmo algum mecanismo de

indenização dos libertos e dos descendentes de escravizados (CARVALHO, 2002).

Frente à negação por parte do Estado monárquico das violências cometidas contra os antepassados e mesmo contra seus novos cidadãos, identificamos que esta posição foi mantida pelo novo governo republicano interessado na formação de uma população coesa, e principalmente caucasiana, como nos lembra Abdias do Nascimento. Na obra O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado ([1978] 2016), o autor identifica as formas utilizadas por esta sociedade para nos expurgar, dentre elas o processo de miscigenação, um processo organizado e pensado para a formação de uma sociedade branca por meio do incentivo à imigração de europeus (HASENBALG, 2005; SCHWARCZ, 1993).

Frente a esse contexto coube a guem era negro criar mecanismos de autoproteção e preservação. Entendendo isso enquanto um movimento que questiona as estruturas sociais de forma direta ou indireta, nos voltamos com mais atenção aos movimentos sociais dos negros. Assim como afirma Conceição Evaristo no poema Vozes-mulheres, onde observamos a ancestralidade no tocante ao fato de caber à filha recolher "em si a fala e o ato", e neste sentido, se fazer ouvir e ter consciência de que sua fala reverberará um passado em que as mulheres antes dela não tiveram escolha, mas compete a ela-nós o "eco da vida-liberdade". Assim, ao recuperar a história, em especial, a história dos movimentos sociais, identificamos a necessidade de refletir sobre os espaços construídos pelos negros para construírem sua vida plena em liberdade, e isto significa não esquecer, pois, não constitui em manifesto contrário esquecer se eurocentrismo que levou ao epistemicídio da produção cultural de vários povos (MENDES, 2009).

Segundo Domingues (2007), um dos mecanismos

utilizados na época para reverter o quadro da marginalização foi a organização do movimento negro e neste momento liderado por libertos e seus descendentes. Dezenas de organizações atraiam muitos "homens e mulheres de cor" como se dizia na época. E estas tinham o objetivo de trabalhar ações culturais, educacionais e recreativas e assistenciais. Domingues (2007, p. 103) nos informa o nome de clubes que surgiram em São Paulo, vejamos: Clube 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), Centro Literário dos Homens de Cor (1903), Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), Centro Cultural Henrique Dias (1908), Grupo Dramático e Recreativo Kosmos (1908): a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917) e o Centro Cívico Palmares (1926). E ainda nos informa, que o clube mais antigo foi criado em 1891, alguns anos após a abolição do trabalho escravo e nos primeiros anos da República, foi o Clube de 28 de setembro. Em outros estados observamos também a organização da população negra, "no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor, em Pelotas/RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891). Em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918)" (DOMINGUES, 2007, p.103).

Por outro lado, observamos também a mobilização das populações no tocante ao âmbito político, dentre os quais podemos citar a Frente Negra Brasileira (FNB) que surge no centro de São Paulo em setembro de 1931, segundo Fernandes (1965), tinha o objetivo de desenvolver pautas para a população negra a partir do reconhecimento de que ela constituía minoria racial que buscava ser integrada à sociedade de forma plena (CARVALHO, 2002) na ordem vigente. Para isso, Fernandes (1965, p. 343-345) nos informa que a FBN atuava em três níveis distintos: a) "através do combate aberto às manifestações de 'preconceito de cor'"; b) "na reeducação do 'negro' emulando-o, psicologicamente,

para enfrentar a "barreira de cor"; c) "na criação de formas de arregimentação que expandissem e fortalecessem a cooperação e a solidariedade no seio da 'população de cor'".

A Frente Negra Brasileira (FNB) manteve-se de 1931 a 1937 e desenvolveu um importante nível de organização, de acordo com Quilombhoje (BARBOSA et al., 1998, p. 39) ao "converter o Movimento Negro em movimento de massa. Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a FNB chegou a superar os 20 mil associados".

Contudo, a Frente Negra Brasileira e todos os movimentos sociais de cunho político foram extintos, proibidos de executar, ou realizar qualquer tipo de ação devido a instauração do Estado Novo, governo de Getúlio Vargas de cunho ditatorial instaurado em novembro de 1937. Segundo Ferreira (2005), "O movimento Negro, no bojo dos demais movimentos, foi então esvaziado. Nessa fase, a luta pela afirmação racial passava pelo culto à Mãe-preta" (FERREIRA, 2005, p.18).

A partir de 1945 com o retorno da democracia, observamos a retomada dos movimentos sociais com a adoção de novas estratégias de atuação. Por exemplo, em São Paulo, uma das estratégias adotadas foi a comunicação impressa, o que permitiu que a população negra tivesse contato com produções impressas produzidas para ela por negros, o que levou a difusão da vida cultural e social dos negros.

Citamos ainda a fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN) que teve sua atuação de 1944 a 1968, por Abdias do Nascimento. Nascimento (2014, p.152) destacava que o TEN introduzia uma nova abordagem à luta antirracista do século, visto que "foi a primeira organização do movimento afro- brasileiro a ligar, na teoria e na prática, a atuação política com a afirmação e a valorização da cultura brasileira de origem africana: a perspectiva da negritude" (NASCIMENTO, 2014,

p.152).

Hanchard (2001, p. 129) destaca que o Teatro Experimental do Negro "oi fundado com o objetivo primário de ser uma companhia de produção teatral, mas assumiu outras funções culturais e políticas logo depois que foi criado", dentre elas a criação do jornal Quilombo vigente entre os anos de 1948 a 1950, desenvolveu campanhas de alfabetização e a organização de congressos, como: a I e II Convenções Nacionais do Negro que aconteceram em 1945 e 1946; e o I Congresso Negro do Brasil no ano de 1950. E no tocante a educação cultural, devemos relembrar os expoentes artísticos que nos foram relegados no campo do teatro, cinema e televisão como: Ruth de Souza (1930-2019), Haroldo Costa (1930), Léa Garcia (1933) e José Maria Monteiro (1923-2010).

Já na década de 1970, observamos inúmeros fatos que cooperaram para fortalecer o movimento negro. Dentre eles, a fundação em 1978 do Movimento Negro Unificado (MNU), reconhecido como um marco na organização da população negra no Brasil na luta contra a discriminação racial e um dos principais movimentos sociais identitários da época, sua força se encontrava no reconhecimento da "consciência da negritude", e como pontua Antônio Sérgio Guimarães (1999), surge com "um novo discurso", à democracia racial reconhecida enquanto mito, ou seja, identificamos o racismo enquanto inimigo a partir de sua desconstrução ao identificarmos os mecanismos usados para a exclusão étnicoracial da negra e do negro, dentre os quais podemos citar o embranquecimento.

No ano de 1988 muitos foram as pautas e ações organizadas para a elaboração da Constituição federal. Como em 1988 era completado os cem anos da abolição da escravidão, observamos o desenvolvimento de diversas ações no tocante a questão do racismo e das relações étnico-raciais que estruturam a sociedade brasileira, como:

O Instituto da Mulher Negra - Gêledes em São Paulo a criação do Projeto Vida de Negro no Maranhão; fundação da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) Salvador; criação da fundação Cultural Palmares, Realização da Marcha contra a Farsa da Abolição, o I Encontro Estadual da Mulher Negra no Rio de Janeiro, realização do Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 480)

Apesar destas ações, observamos também críticas frente aos 100 anos de abolição, pois, ainda havia e há muita coisa a ser conquistado, pois nossas demandas estavam e continuam em suspenso. Assim, muitos foram os debates e manifestos organizados com a distribuição de informativos que apresentavam tanto a indignação quanto a denúncia frente as demandas em aberto da população negra brasileira. Estas podem ser observadas a partir do Grupo Ginga de Salvador que apresenta críticas relacionadas durante os 100 anos de abolição, vejamos:

Nossos antepassados lutaram, todos os dias, para a sua libertação. Se não fosse essa luta não existiria abolição. O maior exemplo de luta organizada do negro para a libertação foram os quilombos e as revoltas. 100 anos após assinatura da lei que abolia, oficialmente, o trabalho escravo, continuamos na luta pelo direito de cidadania no Brasil. Direito ao trabalho, à terra e moradia, à saúde e à educação. Esses direitos são negados à maioria da população brasileira e, em especial, a nós negros que temos de viver num sistema racista onde os bens materiais e culturais produzidos por nós, são usufruídos por uma minoria branca, herdeira dos senhores de engenho. (COLINA, 1988, p. 1)

Outro evento marcante de mobilização da negra e do negro brasileiro foi a Marcha Zumbi dos Palmares, ocorrida em

20 de novembro de 1995, entendida enquanto uma das maiores ações realizadas, tendo como um de suas bandeiras o fim do racismo, o reconhecimento do direito à vida da negra e do negro e a garantia da cidadania vivida em sua plenitude. Nesse ato participaram por volta de 30 mil pessoas, parceiros de vários setores da sociedade, em um ato oficializado, entregaram ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, um programa da Desigualdade Racial e Superação do Racismo. De acordo com Moehlecke (2002), entre as várias pautas reivindicadas, a adoção de políticas públicas com foco na população negra;

Incorporar o quesito cor em diversos sistemas de informação, estabelecer incentivos fiscais às empresas que adotarem os programas de promoção da igualdade racial; instalar no âmbito do Ministério do Trabalho, a câmara Permanente de Promoção da Igualdade que deverá se ocupar de diagnósticos e proposições de políticas de igualdade no trabalho; implementar a convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial Ensino: conceber bolsas remuneradas adolescentes negros de baixa renda, para o acesso e conclusão do primeiro e segundo graus, desenvolver ações afirmativas para acesso de negros em cursos profissionalizantes, às universidades e às áreas de tecnologia de ponta; assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos raciais nas campanhas de comunicação do governo e de entidades que com eles mantenham relações econômicas. (MOEHLECKE. 2002, p. 205-206)

Em 2001, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação a racial, a Xenofobia e Intolerância, aconteceu na África do Sul, em Durban, e trouxe como tema: Unidos para combater o Racismo: Igualdade, Justiça e Dignidade. Dentre as consequências da Conferência, observamos o reconhecimento

da pauta da população negra, a partir de 2003, com o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), no qual foi elaborado e implantado o Programa Nacional de ação pós Durban. E em março do mesmo ano foi criada a Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção e Igualdade Racial (SEPPIR) e elaboradas diretrizes do governo visando a superação do combate à discriminação racial e étnica e ao racismo. Jaccoud (2009) nos aponta as principais ações organizadas pelo Estado para o desenvolvimento de políticas públicas que visavam o atendimento e reconhecimento das demandas da população negra, vejamos:

Em 2003, com a posse do novo governo, três inovações significativas no que se refere à promoção da igualdade racial foram estabelecidas. A primeira foi a instituição da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com status de ministério [...] e articular ações do governo federal de combate à discriminação racial. Em segundo, a criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). Órgão colegiado de caráter consultivo vinculado à SEPPIR, [...]. Outra iniciativa institucional relevante foi a instituição, ainda em 2003, do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir). Reunindo organismos executivos estaduais e municipais - secretarias, coordenadorias, assessorias, entre outras - voltados para a questão racial, o fórum visa articular os esforços dos três níveis de governo para implementar políticas de promoção da igualdade racial. (JACCOUD, 2009, p. 3)

Numa sequência de ações em 2005, acontece a II Marcha Zumbi dos Palmares, em 16 de novembro em Brasília, a "Marcha Zumbi +10", enfatizou: as persistentes desigualdades inclusive as socioeconômicas à população negra. Na

sequência, no dia 22 de novembro de 2005, observamos a anistia à João Cândido, o Almirante Negro³, que conforme Ribeiro 2008) (RIBEIRO, 2008, p. 990).

Em julho de 2006, foi organizado em Brasília, a conferência das Américas com o tema Avanços e Desafios do Plano de Ação contra o Racismo, a discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas. De acordo com Ribeiro (2008, p. 998) significou "uma oportunidade ímpar para que os Estados e os membros da sociedade civil da região reafirmassem seus objetivos, a partir de negociações que resultaram em uma agenda comum", além do "compromisso de continuidade do monitoramento de implementação do Programa de Ação de Durban." (RIBEIRO, 2008, p. 998)

A MEMÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO

A partir das relações entre memória, história e esquecimento, nota- se que as relações sociais se estruturam. É por meio da memória que se atribui significado aos feitos da humanidade, que se ressignifica a história presente e passada e se constrói o futuro.

Desta forma é possível compreender que a memória está completamente ligada a história ou a parcelas de um determinado acontecimento. Nesse sentido, em decorrência do movimento constante de invisibilidade e apagamento da memória afro-brasileira, a sociedade brasileira não reconhece — ou não quer reconhecer — as contribuições de negros e negras em relação a construção política, social e econômica deste país.

41

³ João Cândido liderou a Revolta da Chibata, a qual ocorreu no início do século passado em protesto contra as torturas físicas que eram impostas pela Marinha do Brasil.

A presença negra exerceu uma influência significativa e multifacetada sobre a cultura brasileira, permeando diversos domínios, que incluem as artes, a linguagem, a religião, a economia e a indústria. Historicamente, os africanos e seus descendentes desempenharam papéis cruciais na sustentação da aristocracia e na promoção da prosperidade no Brasil, contribuindo também na defesa do território nacional, na agricultura e na indústria mineradora. O produto do seu trabalho viabilizou a educação de muitos jovens pertencentes às classes mais abastadas, possibilitando-lhes frequentar instituições de ensino europeias e, posteriormente, as faculdades locais (SANTOS, 2016).

Logo, conservar a memória dos povos subjugados é uma oportunidade de manter suas contribuições vivas, para que esses não sobrevivam a partir da memória da classe dominante, que insiste constantemente nesse silenciamento cultural e acadêmico da população negra no Brasil. A memória está atrelada a capacidade humana de selecionar conteúdos. fatos e informações pertinentes a sua existência, ou seja, a "Memória seria o processo de adquirir, armazenar e recuperar informações que foram assimiladas pela mente" (FREITAS, 2010, n.p.). Enguanto isso, para Feldman e Eggert-Steindel (2019), a memória pode ser entendida como um mecanismo de representação da sociedade, no qual se evidencia o conjunto de elementos, sejam eles tangíveis ou intangíveis, de natureza intelectual ou cultural, que são esquecidos, armazenados e selecionados por um determinado grupo social. Dessa representações sociais as são construções discursivas de caráter memorialístico que surgem em conformidade lembranca com processos de os esquecimento de fragmentos da história.

Se um indivíduo sofre um apagamento da memória de seu povo, quais as possibilidades de resistência, construção e efetivação da memória para as próximas gerações? Quais as possibilidades de construir identidade histórica e coletiva? Já que "O estabelecimento da identidade é um processo cultural e simbólico realizado a partir de diversos enraizamentos" (WEIL, 2001, p. 32 apud OLIVEIRA, 2004, p.113). Identidade, nesse sentido, se manifesta por meio de expressões que englobam diferenciadas a imagem pessoal, autopercepção, o senso de pertencimento e outros elementos relacionados. Essas expressões se referem a um conjunto de características, imagens e sentimentos que um indivíduo identifica como parte integrante de sua própria identidade. O termo "identidades" é utilizado para denotar esse conceito abrangente de autocompreensão e pertencimento. (SILVA, 2008)

A relação aleatória das memórias nada mais é do que a memória individual de cada cidadão e "para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras" (HALBWACHS, 2006, p. 72). Assim, se a memória era unidirecional e não pressupunha muitos questionamentos, hoje, com a variedade de públicos e com o alto grau de informações disponíveis, demanda negociação permanente (WOLTON, 2006), sentido a aproximar do campo da memória à a identidade, cujo processo de construção é de negociar diretamente com outros sujeitos.

Com o propósito de buscar semelhanças e as diferenças entre os pensamentos, que possam subsidiar a explanação sobre o conceito, trabalhamos características de Memória individual a partir dos estudos de Bergson (2006), de Memória Coletiva em Halbwachs (2006) e a perspectiva social com base na análise de Pollak (1992).

Apesar das diferenças conceituais entre os três, o caráter seletivo da memória está nas três abordagens. Para Bergson (2006), a memória consiste em uma força subjetiva, no domínio do espírito, que possui uma função essencial no processo psicológico ao possibilitar ao ser humano o

conhecimento das coisas e o retorno ao passado. Para Halbwachs (2006), a seleção da memória coletiva é feita em razão dos interesses do presente, constituindo não apenas um fator de identidade do indivíduo e do grupo, mas também a expressão e manifestação do momento presente. Pollak (1992, p. 204) considera que "o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização". Desse modo, a memória, tanto individual quanto coletiva, é seletiva e realiza a organização das lembranças, atuando como uma (re) construção do passado, de um indivíduo inserido dentro de um contexto social, ao qual influência e recebe influências, como em um circuito recursivo.

Com base em Halbwachs (2004), Feldman e Steindel (2019, p. 151), argumentam que

A memória individual é constituída com/ou a/na intersecção da memória coletiva pelas lembranças dos indivíduos que se encontram inseridos no grupo de referência dos quais participam e/ou sofrem influência. No coletivo, a memória está em quadros sociais comuns, sobre a formação das lembranças dos indivíduos pelo seu compartilhamento. É como se fosse um acervo de lembranças. A lembrança é o que constitui a memória do grupo de referência e cria a identidade deste grupo, revelando seu modo de vida (suas raízes, seus costumes e valores) e sua relação com o tempo/espaço.

A estreita relação entre memória e identidade nos leva ao senso de pertença, vital para lugarizar os indivíduos neste contexto complexo. Na visão de Pollak (1992), essa profunda simbiose contribui para a criação do sentimento de pertencimento nos indivíduos, posto que a memória representa um fator extremamente importante.

A memória "é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si. (POLAK, 1992, p. 204)

Para Bergson (2006), a memória possui uma função essencial no processo psicológico, pois posiciona os sujeitos, contextualizando-os no tempo, nos ambientes e nas relações. Halbwachs considera somente ser possível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando defende que "se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza à essa reconstrução que chamamos memória" (HALBAWACHS, 2006, p. 08).

A memória nos traz múltiplas narrativas possíveis dentro do contexto social e sua construção necessita ser alicerçada naquilo que foi ou é considerado relevante para cada indivíduo, grupo e para a sociedade de forma que a mesma possa contar uma história, contextualizar uma realidade, mudar pensamentos, comportamentos, políticas públicas e sentimentos.

Seu papel é transformador, pois mesmo atrelado ao passado, tem forte influência sobre as ações do presente e do futuro, logo a memória está relacionada, sempre, as experiências vividas ou ouvidas por um indivíduo (memória individual) ou um povo (memória social).

Izquierdo (1989) ressalta que a memória está em conjunto ao processo de aprendizagem, assim é inserido na memória pois a combinação memória e aprendizagem está interligado a captação de informações, quanto mais vivências e conhecimentos se é experienciado, mais ampla se torna a memória.

Dessa forma, a memória pode ser compreendida como as formas que remetem ao passado, no qual determinado fato é ressignificado pela vivência, enquanto a história, como ciência da evolução da sociedade, tem por objetivo discutir, analisar e interpretar os fatos a fim de possibilitar a explicação do universo social (em que estamos inseridos) e sucessivamente transformar tais informações em conhecimento, podendo, assim, ser entendida como o alicerce da memória. (FELDMAN; EGGERT-STEINDEL, 2019, p. 152)

Em relação à população negra, ao se cultivar memórias de subjugação, os sentimentos de pertencimento, serão historicamente, de fraqueza e submissão. Um exemplo, é que a partir da memória de inferioridade, cultivada pela ótica europeia, as pessoas negras seguem recontando sua história na finalidade de recriar o imaginário social sobre sua existência.

Todas as relações sociais como modos de ser, viver, aprender, fazer, pensar, caminham com a memória e a reprodução dos feitos da humanidade, aprendidos e reproduzidos por meio do contato em sociedade, mesmo que a memória tenha relação a funções biológicas, a forma de como reconhecer essa função é puramente cultural.

O aprendizado e a memória são propriedades básicas do sistema nervoso; não existe atividade nervosa que não inclua ou não seja afetada de alguma forma pelo aprendizado e pela memória. Aprendemos a caminhar, pensar, amar, imaginar, criar, fazer atos- motores ou ideativos simples e complexos, etc.; e nossa vida depende de que nos lembremos de tudo isso. (IZQUIERDO, 1989, p. 90)

Deste modo, a memória torna-se um elemento de

sobrevivência e existência humana, mais que isso, uma da característica que nos tornam humanos. Quando mais se estabelece contato com a memória, mais se estabelece um elo entre as gerações passadas e as futuras gerações.

A memória desempenha um papel significativo em várias disciplinas acadêmicas e atividades humanas, sendo conceituada como a habilidade do indivíduo de preservar e recuperar informações ou impressões do passado. Esse fenômeno deve ser contextualizado como uma dimensão intrínseca à vida social (OLIVEIRA, 2009).

Portanto a memória individual, é relacionada a percepção de uma pessoa sobre o convívio em sociedade, seja pela tradição, pelo reconhecimento e influência de sons, cheiros ou sabores, ou até mesmo pela ação do outro propriamente dita. "A memória individual pode ser entendida, então, como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das mesmas." (SCHMIDT, 1993, p. 291)

Mesmo que uma reminiscência individual não esteja imediatamente relacionada a outras pessoas, ela invariavelmente se insere no domínio compartilhado das recordações de diversas outras pessoas. Essa recordação é arquivada nos recursos mentais do indivíduo, os quais, por sua vez, também se desenvolveram em um contexto social. Essas lembranças podem ser expressas por meio da linguagem, que, mais uma vez, é um produto da construção social (MIRANDA, 2019).

A sociedade historicamente, constrói trejeitos por meio de sua cultura como formas de viver e se relacionar com o mundo, a partir do compartilhamento de suas experiências mútuas. Por meio dessa relação é possível a construção da memória coletiva, como por exemplo, as pessoas lembrarem de escovar os dentes após cada refeição, ou lembrarem a construção de frases e letras na formulação de um texto, essa

é uma memória de ação coletiva, que não faz distinção de gênero, raça mas faz parte de uma ação comum.

Por conseguinte, finalmente, a memória social se dá a partir da coletividade, da relação com o meio onde indivíduos com inúmeras experiências coletivas tornam uma experiência comum. O pensamento em questão teve sua origem no trabalho do sociólogo Maurice Halbwachs, o qual postulou que a Memória Social constitui o núcleo do conhecimento coletivo e é culturalmente reconhecida por um grupo específico, balizado por um contexto delimitado (FREITAS, 2010).

Quando uma recordação, seja experienciada por um indivíduo ou transmitida a ele, tem relevância para uma comunidade ou grupo, ela progressivamente se converte em um patrimônio cultural dessa coletividade. As informações mais significativas contidas nessas lembranças são transmitidas de pessoa para pessoa, contribuindo para a formação da narrativa oral que retrata a história de um lugar ou grupo específico. Frequentemente, essa memória coletiva tende a idealizar o passado e, em muitos casos, está associada a um evento particular considerado de extrema importância (MIRANDA, 2019).

No processo de coletivização das experiências. Se percebe um momento muito crítico: a seleção de memórias. A memória coletiva, se faz a partir de uma relação de poder entre quais conhecimentos e acontecimentos são importantes, quais os saberes que podem ser registrados, quais as personalidades que podem ser lembradas.

A memória coletiva não apenas representa uma realização, mas também funciona como uma ferramenta e objeto de influência. Sociedades cuja memória social é predominantemente oral ou que estão em processo de desenvolver uma memória coletiva escrita oferecem uma melhor compreensão da luta pelo controle das lembranças e tradições, manifestando-se assim no contexto da memória (LE

GOFF, 1990)

Logo, a construção dessa reflexão justifica-se pela razão e a relevância de estudar e pesquisar a memória. Documentos e monumentos desempenham um papel significativo na preservação da memória, uma vez que incorporam um significado simbólico intrinsecamente relacionado à evocação de lembranças. No entanto, é importante destacar que esses documentos e monumentos tendem a favorecer a perpetuação de determinadas memórias em detrimento de outras, estabelecendo, assim, um equilíbrio delicado entre a preservação da memória e a possibilidade do esquecimento (OLIVEIRA, 2009).

A relação de memória e esquecimento, também se constrói como uma forma de se relacionar com o mundo e de vivenciá-lo. O ato de lembrar e o esquecer é biológico, ambos cheios de atribuições culturais que irão direcionar e condicionar esses dois processos. "Por isso é que não podemos nos dar o luxo de esquecer, perder de vista a nossa memória, por mais pequenina ou insignificante que seja, pois, nossa memória será sempre uma forma de costurar nossa história" (ARAÚJO, 2004, p. 243).

Uma constante folclorização das histórias vivenciadas pela população negra e africana, tantos nomes fortes como Dandara e Zumbi dos Palmares, aparecem sempre distantes e não como uma memória viva dos antepassados do povo brasileiro. Instiga-se a contar como uma memória a parte, da memória oficializada. De acordo com Araújo (2004, p. 245), "[...] o país guardou no seu imaginário, no seu inconsciente coletivo, muitas figuras de negros como criaturas lendárias".

A contemplação e exaltação de heróis e heroínas negras, não acontece, pois, a memória da pátria ressalta fortemente, por meio de feriados por exemplos, a história de homens brancos como Tiradentes (Alferes Joaquim José da Silva Xavier), sugerindo uma dificuldade enorme em compreender grandes personagens históricos negros como heroicos, e a sociedade os considera lendas folclorizadas.

Todos esses personagens negros foram transformados em verdadeiras lendas. Mas por que lendas, como se se tratasse apenas de estórias, se esses personagens e muitos outros foram mesmo figuras verdadeiras, de pessoas que viveram, amaram, sofreram e cujas vidas deixaram marcas na memória de seu tempo? (ARAÚJO, 2004, p. 246)

Logo, negar a contribuição dos negros é sinônimo do embranquecimento da história brasileira, e o embranquecimento histórico é resultado da estrutura racista que faz parte. Portanto, vale-se dizer que a construção da memória pode vir a ser uma memória perpetuada pelo racismo, visto que é a partir do racismo que se firma a construção de estereótipos referentes a população negra.

A Europa propagou, no século XIX, uma imagem perversa da África, dividida ao sabor da política neocolonial, criando museus como verdadeiros depósitos de exotismo estabelecido pela mentalidade colonialista. Era seguramente a melhor forma de ver o outro fixado em sua diferença e, assim, anular a apreensão de sua humanidade (ARAÚJO, 2004, p. 244).

Para a desconstrução da memória racista e seletiva é preciso trilhar caminhos que contemplem, resgatem e respeitem o contexto histórico de construção em todos os aspectos do povo negro. É necessário a estruturação de uma memória heroica, positiva da população negra, para que estes construam a autoimagem positiva, e que a população como um todo, vejam africanos e afro-brasileiros como representações positivas.

A partir da necessidade de recriar e contar a sua história no intuito de garantir a construção de sua memória, a população negra utilizou-se de estratégias por meio da tradição oral, sobretudo da tradição escrita, enquanto resgate e permanência da ancestralidade africana e afro-brasileira. Candau (2012, p. 16) defende que "A memória positiva é a "[...] faculdade primeira, que alimenta a identidade. [...] assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa e restituir sua identidade".

A ancestralidade é fundamental no processo de inserção e manutenção da memória negra positiva, pois garante a compreensão de toda a vivência dos africanos antes da condição de escravidão, pós abolição e a condição da vida das pessoas negras nos dias atuais, para que as próximas gerações afro brasileiras estejam conscientes de toda luta para a preservação dessa memória diante de tanta invisibilização e que criam apreço por essa identidade e não afastamento.

A ancestralidade representa, portanto, uma fundação substancial que sustenta conhecimentos, uma vez que as experiências vividas pela sociedade, refletidas na comunidade em questão, possuem um significado profundo e oferecem diretrizes e insights para as ações atuais, independentemente de serem decorrentes de sucessos ou falhas no passado. Tais experiências funcionam como pontos de referência para a reflexão, destacando, assim, a importância dos indivíduos mais velhos, suas análises e interpretações (PAULA JUNIOR, 2014).

A criação e construção da história negra enquanto memória social, a partir do registro dessas experiências em sociedade, faz com que as próximas gerações, compreendam as experiências passadas. Assim não perpetuando o racismo de invisibilização cultura.

A partir dos registros da memória que se cria os costumes de partilhar narrativas, Oliveira coloca que: "Através dos registros, os indivíduos normatizam o convívio social e, de certo modo, perpetuam a tradição. A memória registrada é uma exigência coletiva nas sociedades históricas". (OLIVEIRA, 2009, p. 109)

Assim, por meio da manifestação literária afro-brasileira se permite criar e contar histórias a partir da vivência, memória e da história da população negra, um grande feito de resgate de identidade.

O registro escrito rompe a barreira física, propiciando a conservação de fragmentos do conhecimento de um modo externo ao corpo. A escrita torna-se uma forma de transformação da memória do grupo — permanece aquela que consegue transpor a fronteira do tempo, ou seja, a que está registrada. (OLIVEIRA, 2009, p. 108)

Além da importância existente na cultura escrita, a maior é a possibilidade atemporal que ultrapassa a vida. Aquilo que se mantém registrado ultrapassa abismos entre o registrador e o tempo registrado. Por meio desses registros é que os grupos podem contar sua história do modo, como a viveram, experienciaram. Assim escolheram lembrá-la, enquanto protagonistas dessa relação.

O exercício da literatura associa-se, assim, também em sentido amplo, aos movimentos de afirmação do negro, a partir de uma tomada de consciência de sua situação social, seja no espaço dos povos da África, seja no domínio da afrodiáspora. (OLIVEIRA, 2009, p.108)

Além da possibilidade do registro da memória na literatura afro-brasileira, é possível a manutenção da mesma por meio da tradição oral. A oralidade fazia e faz parte do

processo de registro e mesmo com a existência da escrita, enquanto mantenedora das memórias individuais e coletivas.

Os grupos sociais, antes da escrita, partilham suas experiências, transmitindo conhecimento oralmente, de geração para geração, sob a forma de mitos, lendas e narrativas contadas ou cantadas. O saber é guardado somente na mente humana. (TOMAZ, 1992, s.p.)

É fundamental trabalhar a memória auditiva e a gestual oriundo da contribuição africana, nos dias atuais, "O processo de transmissão do conhecimento ou dos saberes na cultura africana passa pelo elo da tradição. A tradição é o conhecimento transmitido de modo geracional, tendo como principal meio a oralidade" (PAULA JUNIOR, 2014, p.192) então a oralidade, é um elemento fundamental para a preservação da memória afro-brasileira.

No Brasil, uma das matrizes que informam a tradição oral diz respeito às influências dos africanos aqui escravizados que para cá vieram, guardiões e guardiãs responsáveis por recriar a memória dos fatos e feitos de seus antepassados, ressignificando a vida nos novos lugares de morada. Foram também poetas, músicos, dançarinos, estudiosos, mestres, conselheiros, denominados, de modo geral, como contadores de histórias. (PAULA JUNIOR, 2014, p. 192)

A oralidade por meio de contação de histórias, é a primeira e principal transmissão de conhecimento e memória. Oriundo da população negra, a oralidade é um dos ricos e fundamentais valores culturais afro-brasileiros. A valorização da fala e da escuta, dos gestos, da sabedoria dos mais velhos e o cuidado com os mais novos. São elementos fundamentais de expressão da memória. Tanto pela memória das histórias

contadas, quanto pela utilização dessa tradição que é uma das formas de valorização da cultura africana e afro-brasileira.

Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuções-chave, isto é a tradição oral. A tradição oral pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para a outra. (VANSINA, 2010, p. 139)

A garantia e confiança na memória está atrelada a valorização da fala, do saber geracional, a forma de conhecimento das histórias antepassadas que é intrínseco ao ser humano, desde o nascer a partir da sua capacidade de emitir sons, e se transforma em linguagem oralizada. A tradição oral é algo notoriamente presente nos dias atuais.

Transmitidas de boca em boca, de uma geração a outra, tais narrativas prolongam-se no tempo, alimentadas pela memória oral e pelo saber da tradição. Distantes de qualquer tipo de investigação e distantes ainda dos hábitos da escrita, seu compromisso é com a palavra falada e com um saber legitimado pelo tempo, que nasce da experiência viva do homem, e, por ela, a cada dia, confirma-se. (FERREIRA, 2015, p. 34)

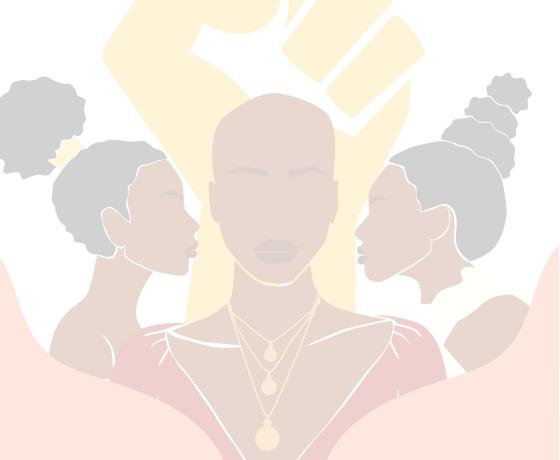
A cultura negra deve ser considerada e respeitada enquanto memória nacional. Contudo se faz necessário utilizar da oralidade, da ancestralidade, da escrita e do conhecimento transmitido com sabedoria. Pois, a cultura negra tem que reocupar seu espaço na sociedade brasileira, enquanto portador de um saber e uma história que deve ser valorizada a partir do reconhecimento de sua negação, que resultou em diversas violências que são superadas

individualmente pelos negros ao romperem com os estigmas herdados do processo de escravização, ao se tornarem "cientistas, engenheiros, poetas, escritores, doutores, escultores, pintores, historiadores" (ARAÚJO, 2004, p. 247).

Neste sentido, nas páginas a seguir será observado a importância da construção de uma memória positiva frente à história do negro e da negra como um mecanismo de defesa e de ataque ao racismo e suas mazelas, sendo assim, será abordado a relação dos coletivos de mulheres negras com a memória coletiva do povo negro, onde, a partir da memória de luta das mulheres negras se rompe com a invisibilidade da população negra, e em especial com a invisibilidade da mulher negra em um movimento de combate ao racismo.

Mulheres negras em movimento | Sandra Mara Aguillera

CAPÍTULO 2 - DOS CENÁRIOS DE INVISIBILIDADE AO CONTEXTO DO MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS



Antes de decorremos argumentações acerca do movimento de mulheres negras, julga-se pertinente contextualizar como tais mulheres estão inseridas em cenários que visam promover a invisibilidade de sua raça, em vários contextos.

Em decorrência a invisibilidade atinge, não apenas grupos com baixa renda, mas outros grupos da sociedade deixados à deriva, num emaranhado de dificuldades enfrentadas. Percebe-se que a invisibilidade social se vincula em indivíduos que desenvolvem menor renda, ou que possuem atividades sem *status*, sem o *glamour* difundido pelo capitalismo, tornando essas pessoas sem reconhecimento social. (CELEGUIM; ROESLER, 2009).

É possível analisar a invisibilidade de gênero, como uma estrutura que instrumentaliza e sustenta a violência às mulheres. Dessa maneira o debate da desigualdade de gênero tem relação com a compreensão de que gênero é uma construção social, que estabelece privilégios e diferenças entre homens e mulheres, criando-se uma estrutura de dominação "As mulheres ficaram sob o domínio de homens, e os espaços públicos relativos ao comércio, às empresas, à política e às ciências foram dominados quase que exclusivamente por eles até o século XX. (PORFÍRIO, 2020, n.p.).

A construção cultural elaborada ao longo dos séculos a respeito dos papeis sociais atribuídos ás pessoas conforme se pertença a determinado sexo biológico geraram muitas vezes relações de assimetria e hierarquia entre homens e mulheres em prejuízo destas últimas, fazendo surgir hodiernamente a necessidade de previsões legais que observem especificidades tanto no sentido de superar as diferenças, as quais, esperase, um dia não existam. (BIANCHINI, 2014, p. 19)

A desigualdade de gênero tem diversas facetas, que contribuem para a exclusão e invisibilidade da mulher. Essa relação de desigualdade contribui que mulheres vivenciem por diversas situações de violência, seja psicológica ou física. Mesmo que as motivações sejam diversas e ocasionam uma agressão, todas são manifestadas a partir da relação de poder do homem sob a mulher, ao qual o homem exerce papel de dono de sua esposa, namorada, amiga, mãe, controlando suas decisões e relações.

A violência contra a mulher é afronta grave aos direitos humanos bem como às liberdades fundamentais, os quais a modernidade tem proclamado e defendido. Com base nesse entendimento, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher afirma que a violência não é adstrita à agressão física, sexual e psíquica, mas também diz respeito à limitação do gozo do exercício daqueles direitos e liberdades. (CUNHA, 2009, p. 123)

Nessa dinâmica, a invisibilidade da mulher ocorre por meio da negação da mulher aos estudos, nas universidades em cursos de engenharias, medicina entre outros por exemplo, tem-se um número limitado de mulheres. Além das privações de direitos e da autonomia dessas mulheres sobre seu corpo e suas decisões. A invisibilidade da mulher é a negação da escuta feminina, de suas contribuições na sociedade, haja vista que a sociedade valoriza o olhar masculino. Enquanto os homens são médicos, as mulheres são enfermeiras. Enquanto os homens são chefes as mulheres suas secretarias. Para Costa (2006, p. 456), "a ausência das mulheres na ciência diz respeito à predominância de uma ideologia que continua sustentando a objetividade, a neutralidade e a racionalidade da ciência e a existência de poucas mulheres para escrever sobre a relação gênero e ciência".

A dupla jornada de trabalho vivenciada por mulheres que além de trabalharem fora, são responsáveis por todos os cuidados que remetem ao lar como cozinhar, lavar roupas, limpar a casa e etc. Atividades que poucas vezes são exercidas pelo público masculino. Portanto, a invisibilidade de gênero é uma forma de impossibilitar a liberdade feminina tanto de expressão como a de decisão, opinião e de construir suas próprias narrativas.

No contexto da discussão étnico-racial, a invisibilidade se dá por intermédio da legitimação do poder das pessoas brancas sob os corpos das pessoas negras, desde a época da escravidão. De acordo com Leite [...], "a invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento" (1996, p. 41). De acordo com a convenção do IBGE, portanto, negro ou negra é quem se autodeclara preto ou pardo. Embora a ancestralidade determine a condição biológica com a qual nascemos, há toda uma produção social, cultural e política da identidade racial/étnica no Brasil (OLIVEIRA, 2004).

Sendo assim, até mesmo a utilização do termo pardo, várias estratégias de embranquecimento foram construídas a fim de se apagar de vez a população negra. O mito da democracia racial, que por exemplo convence negros e não negros, de dentro ou fora do Brasil que o racismo já se foi superado em nossa sociedade. Uma das manifestações do racismo em nossa sociedade é a partir da política do branqueamento que é a negação da contribuição cultural da população negra, que se manifesta das diversas formas, seja literalmente queimando os livros e escritas. demonização de seus saberes, ou da folclorização, a história da população negra sempre é lida como a história dos outros e não da sociedade brasileira em geral. Pensar sobre a violência racial também é pensar em um atentado a sobrevivência das pessoas negras (BENTO. DOMINGUES, 2005).

O estereótipo de que pessoas negras são ladras, por exemplo, faz com que jovens negros sejam perseguidos em supermercados, em *shoppings* e outros espaços privados em geral. São umas das fontes que sustentam ainda mais a violência. "A aparência física tem um papel primordial na formação e no desenvolvimento dos estereótipos, dado que é a forma mais simples de distinguir e homogeneizar os membros do grupo alvo (ZEBROWITZ, 1996 *apud* PAIM, 2011, p. 3). A invisibilidade racial também perpassa pela questão estética, a partir da negação dos traços negroides das pessoas. Perpassa ainda pela questão do desemprego e está presente nas discussões em relação à saúde da população negra.

A partir dessa breve análise da estrutura social, contemplada pela desigualdade de gênero, raça e classe, é possível finalmente dialogar sobre como essa estrutura afeta a vida de mulheres negras, compreendendo-a em sua totalidade. Cabe aqui salientar como a intersecção dessas opressões interferem na vida das mulheres negras, pois segundo o INFOPEN Mulheres, a faixa etária das mulheres presas no Brasil está, principalmente, entre 18 a 24 anos (27%), de maioria negra (68%), com ensino fundamental incompleto (50%) e em reclusão por tráfico de drogas ou associação ao tráfico (68%) como argumentam Silva, Pinto e Oliveira (2017).

Mesmo com a constante luta pela visibilidade, as mulheres negras têm diversos desafios, como o acesso aos meios de comunicação, à educação e à saúde, uma vez que a desigualdade tem papel fundamental na alocação de sujeitos na pirâmide do acesso a veículos de visibilidade.

Sem dúvida, a partir da atuação do movimento social, importantes passos foram dados, resultando na ampliação da participação política da população negra. Em especial, as mulheres negras, demonstraram grande impulso organizativo se tomarmos como referência,

também, o ano de 1988, quando no Brasil foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras – I ENMN, no qual verificamos a demarcação de um novo ritmo às formulações políticas e à inserção desse e dos demais setores discriminados na agenda social e política, em âmbito nacional e internacional. (RIBEIRO, 2008, p. 988)

Inúmeras ações afirmativas são executadas e compreendidas como maneiras de se combater o racismo e a discriminação em todas as suas vertentes. Essas são formas que auxiliarão os que vivem marginalizados historicamente. Também são importantes os espaços de interlocução e promoção do combate à exclusão da população negra. Nesse sentido, dentre os espaços de discussão sobre a invisibilidade de raça/etnia, especialmente no contexto das mulheres negras, cabe referência ao o site do Geledés⁴, denominado como o Instituto da Mulher Negra que vem propondo por anos a visibilidade das mulheres negras a fim de promover debates em diversos âmbitos e esferas, como a educação, a segurança pública, a saúde, cultura, o campo afetivo, dentre outros.

A organização GELEDÉS surge com o propósito de criar uma instituição autonôma em relação ao poder estatal, já que algumas de suas fundadoras tiveram assento no Conselho da Condição Feminina, especificamente na Comissão de Mulheres Negras que era responsável pelas questões e demandas das mulheres negras. (MOREIRA, 2018, p.113)

Laiela Santos (2020) da Revista Cult e escritora da página Geledés, colocou-se como mulher negra e descreveu as dores e preocupações dessa categoria. Para Santos (2020, s.p.), "Quando falamos de invisibilidade abre-se um legue de

62

⁴ PORTAL GELEDÉS. **Últimas postagens.** São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.geledes.org.br/. Acesso em: 8 jul. 2020.

conceitos e didáticas que podemos discutir, uma delas é a solidão da mulher negra". Dentre os aspectos sobre pautas, debates e discussões, as mulheres negras têm ressaltado constantemente a ausência da pauta de gênero nos debates do movimento negro. "As mulheres negras têm elaborado crítica sistemática aos movimentos negro e feminista em relação à invisibilidade e à secundarização das questões específicas" (RIBEIRO, 2008, p. 991).

As mulheres negras tiveram experiências históricas diferenciadas que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (CARNEIRO, 2003, p.1)

Outro veículo de debate do protagonismo das mulheres negras é o site Blogueiras Negras⁵ no mesmo intuito de promover representatividade as mulheres negras, corroborando para as discussões confiando que a escrita dessas vivências é uma ferramenta fundamental para o combate às opressões.

O Blogueiras Negras é originalmente um projeto criado a partir da Blogagem Coletiva da Mulher Negra, organizada para motivar a produção de textos sobre a relação entre duas datas importantes que são próximas em nosso calendário – 20 de novembro (Dia Nacional para nos lembrar de Zumbi dos Palmares, um dos principais heróis da luta antirracista brasileira e Dia da Consciência Negra) e 25 de novembro (Dia Internacional de combate à violência contra as mulheres). O sucesso deste primeiro projeto revelou a existência de um grupo

_

⁵ BLOGUEIRAS NEGRAS: Informação para fazer a cabeça. São Paulo, 2020. Disponível em: http://blogueirasnegras.org/ Acesso em: 08 jun. 2020.

de blogueiras negras bastante produtivo. O nosso problema não era incentivá-las a escrever juntas, mas amplificar suas vozes. (NUNES, 2012, s.p.)

No que se refere à invisibilidade das mulheres negras, este *site* pontua através da militante Aline Silveira que as pessoas negras mesmo sendo maioria no Brasil, são minorias em espaços de discussão ou privilégio social, como o acesso à educação.

Mas a diversificação oficial (em ramos de ensino) ou oficiosa (em estabelecimentos ou classes escolares sutilmente hierarquizadas, em especial através das línguas vivas) tem também como efeito contribuir para recriar um princípio particularmente dissimulado, de diferenciação: os alunos "bem nascidos" que receberam da família um senso perspicaz de investimento, assim como os exemplos ou conselhos capazes de ampará-lo em caso de incerteza, estão em condições de aplicar seus investimento no bom momento e no lugar certo; (...) ao contrário, aqueles que são precedentes de famílias desprovidas(...) são obrigados a se submeter a injunções da instituição escolar (...).

Eis aí um dos mecanismos que, acrescentando-se à lógica da transmissão do capital cultural, fazem com que as mais altas instituições escolares e, em particular, aquelas que conduzem às posições de poder econômico e político, continuem sendo exclusivas como foram no passado. E fazem com que o sistema de ensino amplamente aberto a todos e, no entanto, estritamente reservado a alguns, consiga a façanha de reunir aparências da "democratização" com a realidade de reprodução que se realiza em um grau superior de dissimulação, portanto, com um efeito acentuado de legitimação social. (BORDIEU; CHAMPAGNE, 1998, p.223)

No Brasil criou-se estereótipos da população negra, e isso contribuiu por mais de quinhentos anos, que universidades federais e principalmente particulares mantivessem e ainda mantém um número baixíssimo de professores negros e negras. Esse fato deve-se ao mecanismo manutenção das classes sociais, que apoiam e mantém o racismo estrutural, no Brasil.

Necessário se faz que tenhamos leis que impeçam a segregação nas formas socioeconômica e racial, não apenas nessas instituições, mas em todos os setores da sociedade. Assim, o empoderamento feminino negro, especialmente, por meio da educação é uma forma de armar as mulheres negras contra a discriminação múltipla que sofrem (de gênero, raça e classe social). (SILVA; PINTO; OLIVEIRA, 2017)

O Alma Preta⁶, também é um veículo imprescindível na discussão da temática de raça e gênero, na perspectiva do Jornalismo, busca ampliar as vozes negras silenciadas historicamente. É importante refletir sobre como o povo negro, em condições adversas, constroem suas falas e intervém em meio aos vários debates simbólicos ao meio social.

Não será a cor da pele ou a origem étnica o elemento definidor dessa produção textual, mas sim o compromisso de criar um discurso que manifestas marcas as marcas das experiências históricas e cotidianas dos afrodescendentes no país. O conjunto de textos circula pela história do Brasil, pela tradição popular de origem africana, faz incursões no ioruba e na linguagem dos rituais religiosos, legitimando tradições histórias e modos de dizer, em geral ignorados pela tradição instituída. (SOUZA, 2006, p. 61)

Claudia Alexandre, jornalista da Alma Preta, coloca em "O

⁶ ALMA PRETA: Jornalismo preto e livre. [s.l.], 2020. Disponível em: https://almapreta.com/. Acesso em: 8 jul. 2020.

Brasil precisa que a pauta, fique preta" (2020) e que as histórias das pessoas negras precisam ser contadas.

O Alma Preta engrossa o espaço ocupado por outras mídias (negras, alternativas, arranjos e radicais, etc.) que atuam na distribuição de conteúdos pela internet. É neste lugar que nos últimos anos amadurecem as pautas pretas e antirracistas, que impactam diretamente a vida de milhares de brasileiros na contramão do desprezo da mídia hegemônica, eurocêntrica e racista. (ALEXANDRE, 2020, n.p.)

Ressalta ainda que "A força crítica e o poder de mobilização das mídias negras amplifica a ação de sujeitos contra todas as formas de discriminação, propondo caminhos para o debate sobre o racismo e o antirracismo" (ALEXANDRE, 2020, n.p.), pois a mídia e a hegemonia branca não consideram as diversas vivências e óticas presentes na sociedade brasileira. A mídia tem corroborado para a manutenção do racismo e do estereótipo da população negra, sobretudo das mulheres negras.

Dentre os motivos citados e tantos outros, que a mulher negra tem se empoderado de diversos mecanismos e fontes de poder e discussão, que estão alcançando mais visibilidade, como os blogs citados, protagonizados por vozes negras e feminista que ocupam diversas profissões distintas "As mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da "mãe preta", fizeram desaforos (RIBEIRO, 2008, p. 988)

Em decorrência dos elementos aqui abordados a respeito do contexto do cenário de invisibilidade que cerceia as mulheres negras, bem como das formas com as quais tais mulheres lutam no combate a tal invisibilidade, e como à opressão sofrida em vários vieses, cabe destaque a como o movimento de mulheres negras, especialmente coletivos de

mulheres negras tem exercido para mudar tais realidades de invisibilidade.

Sendo assim, a atual conjuntura nos possibilita trazer à tona uma reflexão que julgamos importantíssima no que diz respeito a formação da sociedade brasileira, a situação da mulher negra, pois em virtude de nossa origem escravocrata marcado por um passado de explorações tanto do território quanto de sociedades humanas tendo como mecanismo de justificação, primeira a religião católica, seguida, da ciência, onde o "dispositivo de racialidade ao demarcar o estatuto humano como sinônimo de brancura" (CARNEIRO, 2005, p. 43), fixou os papeis sociais em nossa sociedade a partir do critério racial, no qual, coube a mulher negra uma dupla posição de exclusão social, de gênero e de raça, conceitos que entendemos enquanto construtos sociais e históricos, os quais nos permitiram refletir sobre a condição social da mulher negra na atualidade a partir da identificação de sua trajetória histórica e reconhecimento de sua pauta frente a busca por inclusão social, bem como, de sua posição de ator social.

Há se de reconhecer que, as desigualdades sociais, vivenciadas historicamente pelas mulheres negras sugerem a necessidade de identificar e analisar como as exclusões sociais se manifestam na sociedade brasileira sobre estes corpos em diversos âmbitos, como por exemplo, no trabalho, no acesso à educação, na garantia à saúde, cultura, segurança, participação política e ainda, na garantia dos direitos civis, além de outras esferas da vida em sociedade.

Estudante, militante do feminismo negro e precursora da página "Feminismo sem Demagogia", Gleide Fragra (2015) partilha sua concepção a partir de sua vivência e de sua existência enquanto mulher negra no Brasil:

Enquanto mulher, negra e periférica, eu tenho uma tripla militância didática todo santo dia para ser exercida, ser mulher é ser violentada física ou sexualmente a cada 12

segundos no Brasil, ser negro, é ter 80% de chances de sofrer violência policial (sem precedentes), ser mulher e negra, é sofrer com a estigmatização da minha cultura, da minha aparência, é ter de construir todos os dias a minha autoestima enquanto mulher, pois eu não sou representada nos principais meios midiáticos, a minha beleza é censurada, tida como algo inexistente, o não normal, o não belo, o não perfeito. (FRAGRA, 2015, n.p.)

Experiências como as de Gleide Fraga, são comuns. Justamente por isso é importante compreender a luta das mulheres negras como um movimento político que busca a transformação social, em favor de uma sociedade democrática sem distinção de gênero, classe social, raça e orientação sexual e contra uma militância seletiva. Assim a transformação deve ser coletiva, com engajamento social em todos os espaços em busca da efetivação dos direitos constitucionais. Nesse sentido, o feminismo negro é fator importante nos esforços implicados na luta constante das mulheres negras.

Cabe destacar que o feminismo negro brasileiro construiu uma luta contra as opressões de gênero e raça, a busca por autonomia e ancestralidade, o resgate da identidade social da mulher negra e atuação em prol de suas especificidades: a exclusão social, a falta de acesso à moradia, a representatividade midiática, acesso à educação, além de quebrar os estereótipos de mulher negra presentes no imaginário social, sempre remetido a sexualização e subordinação.

Frente ao contexto de violência, entendemos que as mulheres negras são oprimidas por uma cultura orientada pela invisibilidade institucional, bem como, por uma estrutura social que as violenta e objetifica, no tocante ao machismo, feminicídio e racismo. Essas mulheres pautam e lutam, por direitos políticos, civis e sociais que ainda refletem sua

exclusão enquanto cidadãs deste Estado, por isso, tal luta pauta o combate da intersecção das opressões vivenciadas no tocante ao gênero, raça e classe.

Em decorrência, as mulheres negras começaram a se organizar em movimentos que pautavam as demandas de luta e resistência. Sendo assim, numa demanda de ações que reestruturavam o movimento negro, em 1951 é criado o Conselho Nacional de Mulheres Negras. No mesmo ano foi promulgada pelo então presidente Getúlio Vargas a Lei Afonso Arinos (nº 1.390/51), a primeira lei antidiscriminatória que enquadra atos racistas como contravenção penal (DOMINGUES, 2007).

Um grande marco histórico da luta feminista negra, foi o Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988¹, centenário da abolição da escravatura, ao qual foi fundamental para sustentação dos próximos eventos de militância e acadêmicos acerca da temática. Na perspectiva de Ribeiro (1995, p.450), "O principal motivo da construção do movimento feminista negro foi o de criar pautas específicas para as mulheres negras, mediante o referencial próprio, criando as próprias ideias e lutando pelas próprias demandas".

Em setembro de 2001, treze (13) organizações de mulheres negras brasileiras encontraram-se no Rio de Janeiro com o escopo de discutir o que seria a III Conferência Mundial contra o racismo, ao que se concluiu que o racismo e o atingem sexismo danosamente as mulheres provocando conflitos como baixa autoestima, reduzindo a expectativa de vida em cinco anos quando comparado a mulher branca, entre outros índices alarmantes, como chances menores de casamentos, conquistar cargos de maior nível com melhores remunerações, entre outros pontos que comprovam que a mulher negra precisa ser reconhecida, conforme pontuou a estudiosa Sueli Carneiro (2011).

A autora Lélia Gonzalez em seu livro "Por um Feminismo"

Afro-Latino-americano" feminismo aponta que 0 desempenhou um papel fundamental na luta, conquista, formação de grupos e redes, e em uma nova maneira de ser mulher na perspectiva da exploração capitalista e patriarcal, e que também foi possível o debate na sociedade sobre violência, direitos reprodutivos sexualidade. mudanca das diversas Ocasionando em concepções estruturadas. estabelecidas e Porém. apesar contribuições do movimento feminista ao debate sexualidade no mundo todo, no Brasil e em outros países não ocorreu o debate da perspectiva racial. Ela aponta, por exemplo, que "Ao se deparar com a produção feminista, é notável o esquecimento das pautas raciais" (GONZALEZ, 2020, p. 140). Lélia ressalta que tanto o sexismo quanto o racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecer como ideologias de dominação.

A pergunta que é feita a partir disso: Como podemos explicar esse "esquecimento" por parte do feminismo? (GONZALEZ, 2020). Segundo Lélia e diversos pensadores das ciências sociais, a resposta está no mito democracia racial, no racismo velado e em uma visão eurocêntrica e neocolonialista que possuímos no Brasil e em toda América Latina. Outro fator muito importante abordado é que dentro dessas profundas desigualdade em nosso continente camadas de desigualdade sexual é um dos fatores, mas existe uma dupla opressão sofrida pelas amefricanas⁷, pois o caráter sexual e racial, torna elas mais oprimidas e exploradas em uma região patriarcal-racista dependente. capitalismo transformando em uma desigualdade tripla, visto que essas

⁷ Conceito cunhado por Lélia Gonzalez que se refere a mulheres da diáspora africana na América Latina. Para maiores informações, ler: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988; GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

mulheres em sua maioria fazem parte da classe trabalhadora.

Cabe aqui um fato importante de nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região- e também para as ameríndias-, a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça. A exploração da classe e a discriminação racial constituem as referências básicas da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado. (GONZALES, 2020, p. 147)

É importante apontar o papel dos movimentos étnicos como movimentos sociais, a exemplo do movimento negro que vem se fortalecendo na América, buscando a reconstrução de sua identidade, resgate da própria história, além de propor discussões sobre as estruturas sociais (GONZALEZ, 2020).

A autora aponta também, que o caráter racial no Brasil é onde se inicia os processos de opressão, nesse caso, durante a escravidão que foi sofrida por homens e mulheres. Foi dentro dessa comunidade escravizada que se desenvolveram formas políticos-culturais de resistência. Portanto, a presença nos movimentos étnicos é fundamental, pois as mulheres negras nesses espaços desenvolvem uma participação ativa e muitas vezes de protagonistas.

Na perspectiva de ocupar os espaços de fala e difusão, precisamos recorrer as mulheres negras que estão falando e debatendo sobre isso, como é o caso da Djamila Ribeiro em seu livro "Quem tem medo do feminismo Negro?" (2018) que nos traz a questão extremamente conjuntural acerca da luta política do feminismo e da apropriação cultural por parte de uma elite intelectual branca.

Eu já havia percebido que uma mulher negra empoderada incomoda muita gente — basta perceber os olhares e os comentários de algumas pessoas quando veem uma que não se curva às exigências de uma sociedade racista e misógina. É muito comum ouvir xingamentos do tipo "Que negra metida", "Essa negra se acha" ou "Quem essa negra pensa que é?" quando saímos do lugar que a sociedade acha que é o nosso. (RIBEIRO, 2018, p. 38).

A alternativa encontrada por essas mulheres no movimento feminista foi se organizar como grupos étnicos, pois lutando nessas duas frentes contribuem para o avanço do movimento étnico e do movimento de mulheres. Essas novas redes proporcionaram o reconhecimento do racismo pelo movimento feminista, pautando as mulheres negras, para que a partir daí fosse possível construir um movimento de mulheres que valorize a pluralidade étnica e cultural de nosso território e carregue em seu seio a força para lutar todos os dias contra esse sistema racista e patriarcal.

Pelo exposto, cabe destacar a importância da atuação de alguns coletivos de mulheres negras, que tem como formação organizações não governamentais, movimentos sociais e culturais, e buscam promover a união das mulheres, o empoderamento e o fortalecimento da identidade negra, como por exemplo, o Bamidelê, Geledés e a Casa do Coletivo Criola⁸.

No que concerne ao contexto da luta das mulheres negras, Bamidelê é uma ONG, fundada em 2001 composta por feministas negras, que executa um projeto político voltado a erradicação do racismo e sexismo. No início de 1998 grupo era informal com aproximadamente 15 mulheres e as reuniões eram no Mosteiro de São Bento, algumas dessas compareciam em reuniões de Agentes de Pastoral Negros - APNs e viram que era imprescindível organizar atividades específicas para mulheres negras de Paraíba. A Organização desenvolve cursos, palestras, oficinas, feiras, rodas de conversas

⁸ Maiores informações sobre o Criola, acesse: CRIOLA. **Início**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://criola.org.br/ Acesso em: 20 ago. 2021.

seminários, mobilizações e ações de fortalecimento dos movimentos negro e feministas. O atendimento e voltado em sua maior parte para mulheres negras, adolescentes e jovens de movimentos e comunidades, escolas urbanas e rurais de Paraíba

Os princípios da organização: construção de uma sociedade justa e democrática; defesa dos direitos humanos, o respeito às diferenças e o combate à pobreza e a todas as formas de violências, opressão, discriminação ou exclusão, tais como as de gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual, religiosa, política, geracional ou relativa ás pessoas com deficiência; respeito aos princípios éticos de transparência e imparcialidade em sua gestão; e defesa dos direitos humanos e empoderamento das mulheres, jovens e adolescentes, bem como o fortalecimento de suas organizações (SILVA, 2014).

O Geledés é um movimento da organização civil que tem exercido grande influência na produção acadêmica e cultural brasileira, para pensar no desenvolvimento e na constante transformação da sociedade, o instituto visa o debate sobre a questão de gênero, classe e raça, para apontar a necessidade de políticas públicas e da igualdade de direitos.

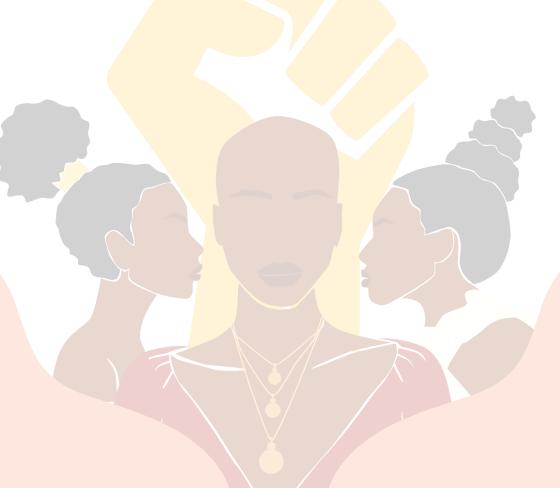
Em sua história, a Organização registra intervenções políticas nos âmbitos nacional, regional e internacional com o objetivo de denunciar o racismo existente na sociedade brasileira e sensibilizar governos e sociedade civil para a discussão do processo de exclusão das populações pobres e discriminadas no mundo. (GELEDÉS, 2009, s.p.)

A organização não governamental possui um amplo alcance nacional no debate sobre as questões raciais, contendo dentro do Instituto diversas pensadoras negras como Sueli Carneiro, que possibilitam um debate crítico e atual sobre o racismo estrutural na sociedade Brasileira e demonstram a potência da organização de mulheres em coletivos.

Também podemos citar o caso do Coletivo Criola que há mais de vinte nove anos atua pautando a equidade, a solidariedade e o bem viver. Em sua história, a Organização registra intervenções políticas nos âmbitos nacional, regional e internacional com o objetivo de denunciar o racismo existente na sociedade brasileira e sensibilizar governos e sociedade civil para a discussão do processo de exclusão das populações pobres e discriminadas no mundo. As principais frentes de ação do Criola são: produção de estudos sobre a vida das mulheres negras; cursos e encontros; assessoria técnica; monitoramento das políticas públicas para mulheres negras; e a articulação de diversos setores em prol da luta por igualdade racial (CRIOLA, 2021).

Conforme demonstrado, esses coletivos desenvolvem um papel fundamental no empoderamento das mulheres, pautando a valorização ancestral da luta feminina, e a importância da igualdade de direitos. Além de ser uma fonte de informação e formação sobre políticas públicas e reivindicações das mulheres negras. Essas redes visam um debate ainda mais profundo, que ultrapasse os muros da academia e chegue nas comunidades que elas estão inseridas, possibilitando a conscientização e organização em coletivos, cumprindo um papel fundamental no enfrentamento às questões estruturais.

CAPÍTULO 3 - COLETIVO BLACK DIVAS: MULHERES NEGRAS DE LONDRINA EM MOVIMENTO



Lançado e idealizado em 2003, o *Coletivo Black Div*as incentiva o protagonismo de mulheres, principalmente das mulheres negras, promovendo a igualdade racial por meio das ações educativas, culturais e sociais. As atividades em 2003 foram iniciadas com o convite às outras futuras integrantes do Coletivo, a saber: Edimara Alves, profissional de passarela, etiqueta e andamento, a qual realizou ações com meninas e jovens negras na periferia; Maria Aparecida de Oliveira, conhecida como Érica, é uma artista e cantora desde 1990. Atualmente com mais de 30 anos de experiência na música, Érica trabalhava com jovens mulheres negras contribuindo com a formação musical direcionando a geração de renda. Enquanto isso, eu treinava e qualificava jovens negras para o mercado de trabalho visando unir a educação, informação e culltura e as ações foram integradas.

Logo quando foi lançado, trabalhamos para identificar os aspectos que caracterizam a invisibilidade da mulher negra, tendo como base quatro eixos principais: a valorização da cultura negra; poder à mulher; combate e ações pelo fim da discriminação e racismo, e pelo fim da violência contra a mulher.

Por isso, o *Coletivo Black Divas* atua desde sua criação como um agente de qualificação, sem restrições, para qualquer pessoa que se identifique com a proposta do projeto, que é discutir temas relativos ao debate étnico-racial, resgate da cultura da mulher negra, e postura social frente ao lugar de fala da mulher negra.

Esse propósito é desenvolvido principalmente através das ações e organização de eventos ressaltando a memória da mulher negra e desenvolvendo ações (Figura 1a,b) que venham ao encontro de amenizar a invisibilidade social, da qual elas fazem parte.

Figura 1 a, b - Palestra e ações na Região Sul, Colégio Rina Francovig de Londrina km 9, sob organização da Coordenação e integrantes do Coletivo Black Divas em 2014.





Fonte: Arquivo pessoal da autora

A missão do Coletivo é incentivar o protagonismo das mulheres negras e não negras contribuindo para uma sociedade com igualdade racial e equidade de gênero. Suas ações se tornaram referência por destacar o papel da mulher negra na comunidade de Londrina e Região.

Dentro dos seus objetivos, o Coletivo visa proporcionar ações educativas, sociais e culturais, como também na área da empregabilidade e empreendedorismo, com a finalidade empoderar mulheres, especialmente aquelas vítimas de racismo, violência ou exclusão social.

Figura 2 - Encontro da Coordenação e integrantes para organização das ações semestrais em junho de 2013, no Mooringão.



Fonte: Fotógrafo Bruno Rubitucci. Retirado do Arquivo pessoal da autora.

O Coletivo busca ainda pesquisar e difundir informações sobre o papel da mulher negra na história; conhecer, acessar e propor políticas públicas nas áreas: cultural, educacional e social; dialogar com os diversos segmentos da sociedade, assim potencializar resultados; e estimular o pensamento crítico como ferramenta de transformação social (Figuras 3 a 5).

Figura 3 - Várias ações desenvolvidas em 2015, 2016 e 2017, dentre elas: Marcha do Orgulho Crespo, 1º Crespinhos de Londrina e Região, Exposição de fotos Mulheres Negras do Coletivo Black Divas e Palestras na INESUL Black Empreendedorismo. Eventos do Coletivo com o Thomaz Maxwell Arabian Dance, Folklore Tanoura & Whirling Dervish and Teacher & Choreographe.



Fonte: Arquivo pessoal do Coletivo Black Divas.

Figura 4 - Ação em prol da prevenção do câncer de Mama no Hospital do Câncer de Londrina. Organização da Coordenação e integrantes do Coletivo Black Divas (29.09.2017).



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 5 - Final de semana na Comunidade da Fraternidade com ações organizadas para a semana do Dia da Criança. (12.10.2017)



Fonte: Arquivo pessoal.

Com relação ao histórico de coordenação, além de ser coordenado por mim e por Edimara, ao longo dos anos outras integrantes passaram a atuar nas atividades realizadas pelo Coletivo (Quadro 1).

Quadro 1 - Coordenação do Coletivo Black Divas entre 2003 a 2022.

Período	Coordenação
2003-2014	Edimara Alves, Sandra Mara Aguillera.
2015-2018	Edimara Alves, Ilza Almeida Andrade, Juliana Babosa, Maria José Barbosa, Nazilda Ventura, Sandra Mara Aguilera
2019-2022	Edimara Alves, Maria José Barbosa, Nazilda Ventura, Meire Anne Teodoro, Sandra Mara Aguillera.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Enquanto estrutura organizacional, o Coletivo possui Presidente, Tesoureira, Secretária, Conselho Fiscal, 1ª conselheira, 2º conselheira e 3º Conselheira. O grupo trabalha no direcionamento de denúncias sobre racismo, ocupa um espaço de memória coletiva e social, atuando em várias frentes, na promoção da cultura negra e no acesso à educação no que tange a valorização do trabalho de etnia e resgatar o legado de mulheres negras esquecidas, ou seja, (in)visibilizadas pela história a fim de que, a mulher hoje, entendam o seu papel, compreendam que é possível mudar, e que é possível ter reconhecimento e principalmente, perceber que o lugar da mulher negra é onde ela quiser estar.

Ao longo dos anos, várias foram as instituições parcerias das ações realizadas pelo Coletivo, dentre as quais podem ser destacadas: Departamento de Ciência da Informação e Educação, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL), Secretaria Estadual de Promoção e Igualdade Racial e da Mulher do Paraná, Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulher, Coalizão Negra por Direitos, Sindicato dos Bancários de Londrina, SINDiSERV Ibiporã, Folha de Londrina, Rede

Lume de Jornalistas, Portal Verdade/Aroeira, Hightea, Dezainy Condomínios, Colégio Municipal José Balzanello Aguillera, Stúdio Desiree, Yellow Stúdio, Consultoria Aguillera em treinamentos, entre outros.

Os registros a seguir apresentam um recorte da construção e do desenvolvimento do Coletivo Black Divas durante esses 20 anos (Figuras 6 a 9).

Figura 6 - 1ª Marcha do Orgulho Crespo de Londrina e Região, organizada pelo Coletivo Black Divas, novembro de 2017.



Fonte: Arquivo de Rodrigo Moreno fotógrafo.

Figura 7 - Capa da Folha da Sexta com integrantes do Coletivo Black Divas, em julho de 2016.



Fonte: Folha de Londrina.

Figura 8 - Recebimento de Diploma de Menção Honrosa, personalidades negras que se destacam pela autação dos direitos e contra a discriminação dos negros em Londrina e no Paraná, proposição do Deputado Estadual Tercilio Turini Prêmio recebido por duas diretoras do Coletivo Black Divas: Edimara Alves e Sandra Mara Aguillera em reconhecimento ao trabalho elaborado em prol da Comunidade Negra. Nesta foto, Sra. Tereza Antunes de Oliveria (in memoriam), minha mãe, entre outras personalidades. Novembro de 2017.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 9 - Ações e divulgações das pautas Étnico-Raciais realizadas entre 2018 a 2022. Dentre elas, estão: Lançamento de palestras e Congressos, Ações na Comunidades, 1º World Afro Day e lançamento do 1º Congresso do Black Empreendedorismo e Congresso de Tracistas de Londrina e Região.

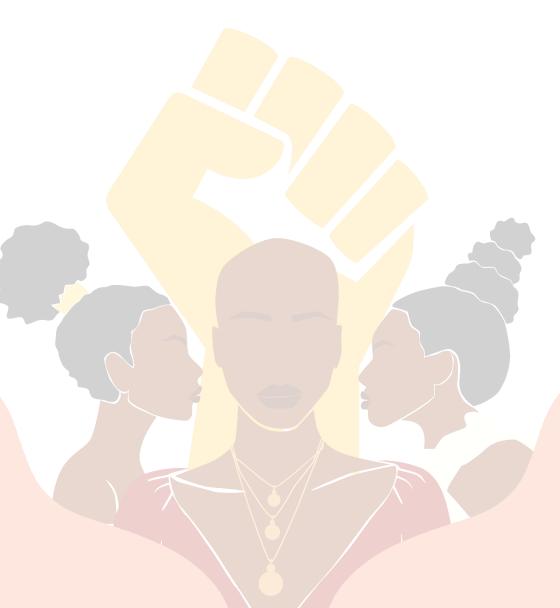


Fonte: Arquivo do Coletivo Black Divas.

O que os registros acima demostram são momentos de muito trabalho, mas também de construção conjunta em prol de uma sociedade mais justa para mulheres negras e para a população negra londrinense.

Mulheres negras em movimento | Sandra Mara Aguillera

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS



O exercício de rememorar, não é um exercício simples, pois envolve sentimentos, pessoas, reflexão e avaliação. Neste sentido, a partir dos procedimentos adotados no estudo, cabe destacar que com relação à coleta de dados, que dentre os materiais e atividades desenvolvidos, foi realizado uma seleção dos materiais que serão apresentados como objetos de análise desta pesquisa.

Sendo assim, após o refinamento e análise das ações e atividades realizadas pelo Coletivo Black Divas, foram selecionados 21 materiais, distribuídos em documentos, reportagens, blogs e mídias sociais, os quais retratam a memória e a contribuição do Coletivo Black Divas para a sociedade londrinense, conforme cito abaixo:

- 1. Quatro lives realizadas entre 2015 a 2020;
- Cinco entrevistas de integrantes do Coletivo em canais de televisão, como Taroba, RPC, Ric TV, Rede Massa e rádio UEL e Paiquerê;
- 3. Cinco documentos (jornais, revistas);
- Quatro blogs com informação do Coletivo intitulados Blog de Prefeitura de Londrina, site Universidade Estadual de Londrina e Blog IdeiaDelas Portal.
- 5. Três mídias sociais do Coletivo, uma página do Facebook e uma página do Instagram. Ainda, página no facebook da Marcha do Orgulho Crespo de Londrina e Região.

Tais materiais foram coletados a partir da busca nas mídias sociais sobre o Coletivo na internet e também acesso ao acervo do próprio Coletivo.

É importante mencionar que em algumas das reportagens e documentos encontrados, a autora da obra se encontra como participante das ações. No entanto, para fins de análise das atuações do Coletivo, foi desconsiderado o nome da autora da pesquisa e colocado somente as outras

integrantes.

Desse modo, no tocante à apresentação dos resultados, foram desenvolvidas cinco categorias de análise as quais permitem a organização e análise dos documentos.

Na sequência são apresentadas as atividades de acordo com o enquadramento nas categorias e respectivas análises.

CATEGORIA: AÇÕES DE EMPODERAMENTO POR MEIO DA VALORIZAÇÃO DA MULHER NEGRA

A presente categoria se refere às abordagens do Coletivo sobre a estética negra, valorização do trabalho para a autonomia das mulheres, o protagonismo da mulher negra em diversas áreas de atuação profissional e do conhecimento, as formas de ingresso na educação superior e continuação dos estudos.

Se inicia com a seguinte reportagem: Black Divas, elas têm em comum a trajetória vencedora e a missão de empoderar mulheres negras e não negras. A reportagem foi realizada pela Folha de Londrina, em 15 de julho de 2016, num caderno especial de título Folha da Sexta, onde na capa traz o coletivo Black Divas e em quatro páginas (da 14 a 17) do seu conteúdo registra a trajetória das integrantes do coletivo e muitas ações que pautam e desenvolvem. De acordo com a reportagem, o Coletivo incentiva ao protagonismo das mulheres negras ou não negras por meio de educação, trabalho, valorização da cultura negra, bem como do modo de descontruir o olhar e atitudes racistas da sociedade. Na reportagem supracitada, segundo a integrante Maria José Barbosa, o trabalho do Coletivo é: "Inverter a lógica de minorias negras 'aqui e ali'. Tiramos daquele canto e vamos colocar no

seio da sociedade com direitos e acesso a tudo".

Na sequência, o Coletivo participou do *Programa Destaque* apresentado por Cloara Pinheiro, na Rede Massa, no dia 16 de julho de 2016. Na ocasião foram entrevistadas 4 (quatro) integrantes da Coordenação do Coletivo Black Divas, onde a entrevistadora, por meio de uma roda de conversa, abriu o debate com casos de racismo levantados pelo público do programa. Em contrapartida, o Coletivo pautou ações e formas de erradicar o racismo que tem matado, ferido e tirado crianças dos bancos escolares e, na sequência, teceu uma fala dentro da roda de conversa sobre o empoderamento das mulheres negras, e discutiu o objetivo do Black Divas suas ações e áreas de atuação.

A reportagem com o título: Elas fazem ações educativas e culturais sempre com o foco na valorização da Cultura Negra no combate ao racismo e no enfretamento da violência contra mulher, elas são as Black Divas, foi realizada no Painel da RPC Globo Play, no dia 15 de abril de 2017. Os temas abordados pelo Coletivo sempre pautados na visibilidade da história e cultura negra brasileira e paranaense. A reportagem coloca que: o coletivo em suas diversas áreas de atuação segue compartilhando suas trajetórias e conhecimentos acerca da cultura afro-brasileira. Durante a reportagem falas são destacadas e uma delas da pesquisadora Juliana Barbosa ressaltou: a importância de existir a representatividade nos mais diversos espaços e áreas de atuação, como forma de incentivar outras mulheres negras a lutar contra preconceitos, de mostrar que tais mulheres não estão sozinhas e que podem alcançar seus objetivos, que mulheres negras podem ser referência a partir de exemplo de outras mulheres negras. Para a reportagem, a entrevistada disse que para participar do Coletivo, um dos critérios é contribuir com as habilidades e conhecimentos às questões de luta do movimento.

Em: "Elas vestiram a camisa da causa que acreditam.

Foram às ruas, bateram nas portas, soltaram a voz", texto produzido por Elisiê Peixoto para o blog IdeaDelas, no dia 09 de outubro de 2017. Na ocasião foram apresentados os objetivos, as pautas, as ações e a missão do Coletivo Black Divas, bem como discorrido que, durante muitos anos, as mulheres do Coletivo Black Divas sofreram e enfrentaram a discriminação, mas permaneceram firmes e não desistiram, caminharam e conquistaram os projetos almejados e fizeram toda a diferença se tornando exemplos para outras mulheres. "O Coletivo Black Divas deu o recado: desarmar o preconceito, valorizar a cultura negra e enfrentar a violência contra a mulher. De Londrina para o Brasil!"

Dando prosseguimento à apresentação dos dados, cabe destacar a reportagem com o título: Black Divas nasceu para ser exemplo, publicada no Folha de Londrina, no dia 07 de março de 2018, na qual apresentou a trajetória do Coletivo desde 2013, à época da entrevista com 20 integrantes que realizavam ações com mais de 80 mulheres negras discutindo a violência contra a mulher, o papel da mulher da mulher na sociedade, saúde da mulher negra, qualificação para o mercado de trabalho, a violência, âmbitos de fomento e organização da produção dentro do Black empreendedorismo, a mulher negra como agente de transformação e os projetos e caminhos para ingresso nas Universidades.

O próximo material, com tema: Mulheres negras é tema de exposição na réplica da igreja matriz de Londrina, no calçadão da UEL, foi produzida pela TV UEL, canal da Universidade Estadual de Londrina, publicado no dia 29 de março 2019. A reportagem aborda sobre a exposição de Mulheres Negras simbolizadas pela Tulipa negra, mostrando integrantes do Coletivo Black Divas e integrantes da Marcha do Orgulho Crespo de Londrina e Região fotografadas simbolizando a tulipa negra. O objetivo da referida exposição foi trazer uma ação de combate ao preconceito racial, dar

visibilidade a todas as mulheres negras e trabalhar a diversidade étnico-racial. O significado das flores enfeitando os cabelos trouxe a simbologia da vida, com muita elegância, brilho e cores, conforme abordado na referida reportagem. O objetivo da curadora da exposição era capturar a inquietação da mulher negra no Brasil.

Realizada pelo Jornal Periférico dia 30 de agosto de 2019, reportagem seguinte registrou e noticiou o 1° Congresso de Trancistas e Transição Capilar, 1° Feira Black Empreendedorismo e Lançamento do Miss e Mister Beleza Negra de Londrina e Região, evento que ocorreu em dois dias, 31 de agosto e 1º de setembro do referido ano. Nele, o Coletivo Black Divas organizou e coordenou as ações com a parceria da Marcha do Orgulho Crespo de Londrina e Região.

Em relação à primeira feira Afro, expositores da comunidade negra puderam expor e comercializar seus produtos. Para tanto foi estabelecido calendário para sua realização uma vez ao mês.

A realização dos lançamentos e do Congresso valorizou a Cultura Afro-brasileira, acredita-se que essa ação fortaleceu as redes de trancistas. Consideramos que um dos motivos que fez com que trancistas se unissem foi o forte interesse por mudanças sociais, e isso corroborou para que se conectassem e se estruturassem em prol da profissão. É visível a construção da identidade étnico-racial negra, a partir do trabalho do Coletivo, nas rodas de conversas nas falas a respeito do trançar e seu processo do reencontro com a autoestima e isso é algo importante, visto que a população negra necessita de ações como essas de valorização de elementos ancestrais africanos.

Durante sua realização, o evento contou com várias personalidades da sociedade londrinense, mesa redonda e profissionais qualificados na área do cabelo Afro. Foram pautadas discussões sobre transição capilar, sobre produtos

e tratamentos capilares para pessoas cacheadas e tantos outros tipos de cabelos afro.

O próximo material diz respeito a uma live intitulada: Tranças, ancestralidade, afetos e narrativas na Diáspora, realizada no canal do Coletivo Black Divas no Youtube no dia 09 de outubro de 2020, o qual possuía como convidadas: Luane Bento dos Santos e Layla Maryzandra, que trabalharam a construção dos fios de ancestralidade africana interligando a matemática e a técnica de trançar.

Após a apresentação dos dados referentes à categoria desta subseção, foi possível verificarmos que o Coletivo tem desenvolvido ações de empoderamento por meio da valorização da mulher negra, por intermédio da criação de vínculos uma com as outras por meio das atividades realizadas, fortalecimento da identidade étnico-racial negra via corporalidade e estética negras, assim como constituição de referenciais de representatividade feminina negra dentro da sociedade londrinense. Retomamos aqui a passagem trazida por Carneiro e Lima (2018, p.183) que diz: "A mulher negra, tanto por sua condição de gênero quanto por sua condição de raça, sofreu ao longo de sua história um duplo processo de opressão e não-reconhecimento", e isso pode trazer conseguências profundas na construção identitária de mulheres negras brasileiras, sobretudo na autoestima, pois é difícil ser negra em uma sociedade que valoriza o padrão de beleza europeu e americano brancos.

Sueli Carneiro (2005) nos lembra dos dispositivos de racialidade que foram construídos para controle da sexualidade da mulher e explicitação do racismo e do sexismo. Por isso, entende-se que as mulheres negras brasileiras sofrem com tais opressões em suas corporeidades por serem mulheres e negras (SANTOS; STEMPNIEWSKI, 2020) e, portanto, não serem consideradas como seres humanos dignos de direitos, concepção vinda do imaginário social

construído desde o período escravista. Dentro de um "contexto discriminações. atrelado as preconceitos subalternização da pessoa negra" (QUEIROZ, 2017, p. 3), podemos citar como exemplos de mulheres negras como seres destituídos de direitos quando elas são obrigadas a alisarem seus cabelos para conseguir ou manter seus empregos (AMÉRICO, 2011; EIRAS, 2015; REDAÇÃO, 2018), quando são mantidas em condições análogas à escravidão e torturadas (REDAÇÃO, 2018; 2021a,b,c; SUDRÉ, GALARRAGA GORTÁZAR, 2021), quando sofrem abuso e assédio sexual dentro de seus espaços de vivência e trabalho (FAVALESSA, 2019; LOURES, 2020; REIMBERG, 2018), dentre outras tantas violências.

Todos os reflexos desse imaginário social supracitados na construção da identidade étnico-racial influenciam positivada de mulheres negras. Nesse sentido. representatividade vem fortalecer a construção da identidade da população negra, e no contexto hoje pessoas negras transitam e buscam ser contempladas no mundo corporativo, organizacional, associativo, político, do trabalho, estudos, nos filmes, na mídia, música, enfim, todos os espaços possíveis. As mulheres negras são porta-vozes de suas dores e constroem ações coletivas em prol da mudança, pois até então lhes era vetado o direito à fala, bem como, a expressarem o que trazia visibilidade não apenas ao Coletivo, mas às mulheres negras.

O Coletivo Black Divas e suas ações promovem as pautas das mulheres negras enquanto luta política, ao mesmo tempo em permite a construção e fortalecimento de identidade étnico-racial de mulheres negras da sociedade londrinense, a partir de seus lugares de fala.

O uso do lugar de fala está atrelado ao movimento de partir do particular como experiência vivida, que expressa a posição e vivência de um grupo, ou seja, se entende que as mulheres negras compartilham "experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam" (RIBEIRO, 2017, p. 36), consequentemente, tais experiências "impedem que a população negra acesse a certos espaços" (RIBEIRO, 2017, p. 36) em virtude do racismo e do machismo, elementos de exclusão de indivíduos e grupos sociais.

No entanto, o lugar de fala geralmente é confundido com negação dos brancos e brancas de assumirem suas responsabilidades quanto a serem racistas e torna o racismo um problema que precisa ser resolvido somente por quem é negra e negro. É necessário lembrar que "o racismo é uma problemática branca", conforme aborda Grada Kilomba (2016) e que os brancos e brancas precisam ser educadas para assumirem seus privilégios dentro da nossa sociedade e também a deixarem de serem racistas por intermédio da educação das relações étnico-raciais. Assim, lugar de fala significa que quando for para falar das dores que o racismo traz e de como ele afeta à comunidade negra, isso deve ser feito por uma pessoa negra. No entanto, quando se trata de erradicar o racismo e acabar com a forma de violência gerada por essa estrutura racial, isto deve ser feito por brancas e negras em conjunto.

Outro aspecto a ser destacado nesta categoria de análise, diz respeito ao combate à imposição preconceituosa em relação aos cabelos da pessoa negra, pois, segundo Carvalho (2015, p. 27), a "ditadura da estética" no Brasil estabelece que a branquitude e suas características fenotípicas seja o que marca o sucesso ou o insucesso social de uma pessoa". Nesse sentido, uma vez que "o cabelo é um elemento importante de identificação racial e de género, tanto coletivo como individual", as ações do Coletivo Black Divas que envolvem a valorização do cabelo da mulher negra são importantes, não somente para romper com estereótipos, mas, sobretudo, para ser resistência ao processo histórico de embranquecimento, ao qual também reflete em como a mulher

negra se vê e como deve usar seu cabelo, como argumenta Sampaio (2020).

Ao frisar a importância da estética negra, se reafirma uma identidade positivada de ser negra e enfrenta ao racismo frente à reafirmação da negritude, ou seja, ao reafirmar a ascendência africana. Ainda, permite à mulher negra se reconhecer como pessoa e a estabelecer vínculos e afetos com outras mulheres negras via dororidade (PIEDADE, 2017) - a junção entre as dores que nos atravessam por sermos mulheres e as interseccionalidades que nos tornam únicas por sermos ricas, pobres, com nacionalidades diferentes e direitos diferentes dependendo de onde estamos -, e estabelecer relações pessoais e de trabalho que frente às relações raciais e ao poder dos brancos e brancas, são elementos propagadores do racismo na estrutura social brasileira. Conforme argumenta Kaes (1997) citado por Bento:

Nascemos para o mundo já como membros de um grupo, ele próprio encaixado em outros grupos e com eles conectado. Nascemos elos no mundo, herdeiros, servidores e beneficiários de uma subjetividade que nos precede e de que nos tornamos contemporâneos. (KAES, 1997, p. 95 apud BENTO, 2002, p. 42)

Entende-se nesta pesquisa que o fortalecimento da identidade étnico-racial pela via da estética negra a criação de vínculo entre ancestralidade e o presente e, portanto, elemento de resgate da memória. Por isso, se entende que a memória constitui um instrumento imprescindível para a constituição da consciência frente às relações raciais, ao entender sua historicidade e o papel de quem é branca e de quem é negra nas relações raciais. Dentro da estrutura brasileira, até hoje tais relações são permeadas de tensões e as políticas construídas têm tido como objetivo excluir e violentar a população negra no geral. A partir do encerramento dessa

categoria, partimos para a seguinte categoria: Combate à violência contra a mulher, pois, ao falar de ações de valorização e empoderamento, se faz necessário a identificação dos tipos de violência das quais as mulheres são vítimas, além do racismo.

CATEGORIA: COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Essa categoria se refere a: palestras, lives, reportagens, entrevistas e demais pautas e ações que discutiram e promoveram o debate sobre a violências contra a mulher, tais como violência física (Conduta que ofende a integridade ou saúde corporal), psicológica, patrimonial, moral e sexual.

Dentre as ações realizadas nessa categoria, o Coletivo Black Divas organizou o lançamento do Instituto Laço Branco (ILABRA), no dia 11 de março de 2017 na Associação Comercial de Londrina (ACIL). O ILABRA fui fundado pelo Dr. Sebastião Ramos Neto, delegado chefe de Londrina e o Instituto veio com a finalidade de realizar campanhas com o propósito de sensibilizar, mobilizar homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher, promovendo o ativismo pelo fim de todas as formas de violência contra as mesmas e contribuir, de maneira efetiva, com a realização de campanhas educativas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres. notadamente as vítimas de violência por estarem em vulnerabilidade social, educacional e financeira. E, nesse contexto, a parceria do Coletivo Black Divas e o ILABRA foi fundamental devido às demandas que o Black Divas recebe sobre a violência contra a mulher. Uma das metas do ILABRA é desenvolver e apoiar projetos nas áreas de Cultura, Educação, Esporte, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, Assistência Social, Segurança Pública e Geração de Renda.

Uma das situações de violência noticiada esteve sob o título: Família que teve casa incendiada ganha novo lugar para morar, pela Rede Tarobá de televisão, no dia 25 de julho de 2020. Nesta reportagem é retratada a violência doméstica que a senhora Solange Luiz sofreu e, na sequência, a perca de sua casa num incêndio criminoso quando a mesma residia na ocupação no União da Vitória VI. A partir da veiculação desta situação, o Coletivo Black Divas se organizou e mobilizou várias instâncias da sociedade para juntos atuar de forma pontual neste caso, o que levou ao trabalho em parceria com a Delegacia da Mulher, Ministério Público e Faculdade UNIFIL. Mesmo em meio à pandemia de Covid-19, foi possível promover ações de apoio humanitário e encaminhamentos para suporte à Sra. Solange e suas três filhas.

As intervenções do Coletivo em conjunto com outras instituições de apoio à família foram noticiadas sob o título: Ajuda para vítima de violência doméstica, reportagem realizada pelo Telejornal Bom dia Paraná, da RPC, no dia 29 de julho de 2020. O Coletivo Black Divas foi entrevistado por ser o grupo a levantar as ações que colaboraram com a Sra. Solange e as três filhas. Convocando a sociedade e parcerias, o Coletivo construiu uma nova casa para a família e realizou encaminhamentos como: tratamento psicológico, através da parceria com a faculdade UNIFIL, como também encaminhamentos para o CRAS da região Sul.

Conforme a reportagem, o Coletivo trabalha pelos direitos da mulher negra, com ações pelo fim da violência contra a mulher, estabelece parcerias e promove ações, como trabalhos humanitários, com vistas a garantir condições mínimas para que as pessoas da comunidade negra sobrevivam. O que se pontua a partir da reportagem referida, na fala de Maria José Barbosa, ao afirmar que o mais importante é: "no primeiro momento ter uma casa, ter um lar, e estar segura, estar protegida, fez toda a diferença na vida dela

[Solange e família] e na nossa também". E ainda, no tocante à violência doméstica, a própria Senhora Solange Luiz afirma que "É difícil! É difícil, mas não pode se manter calado, para quem agride é fácil né? Agora para quem é agredido não esquece tão fácil". Se infere em sua fala que ela entende que a visibilidade da sua história pode dar força a outras mulheres já que ela carregará as marcas de tal violência em sua pele e memória, e ainda, frente a toda mobilização que seu caso gerou. Neste sentido, se pode afirmar que a violência doméstica não é passível de superação de forma individualizada, é necessário o estabelecimento de instituições estabelecidas e profissionais aptos a atenderem essas mulheres suas famílias. hem fazerem e como. acompanhamentos e darem suporte aos homens agressores.

Dando continuidade à demonstração dos dados, cabe ressaltar a live com o título: Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo fim da violência contra a mulher, realizada no Canal do Coletivo Black Divas no Youtube, no dia 25 de novembro de 2020. Dentre os participantes, citamos: Dr. Paulo Tavares, Procurador do Tribunal da Justiça do Paraná; Liange Doy, Secretária de Políticas Públicas para Mulheres, Dra. Polyana Valente, da Universidade Federal de Minas Gerais; e por fim, Denis Denito, Coordenador de Tratamento e Análise da Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social.

No diálogo ocorrido nesta *live*, o Procurador Paulo Tavares enfatizou:

[...] há mudanças que só vão ocorrer por meio da educação, nós temos partes da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional no que se refere aos crimes de racismo, violência doméstica e familiar, onde há todo um aparato para proteger a mulher negra. É importante que essa esfera criminal ocorra, mas o mais importante é a prevenção, a conscientização dessa desigualdade racial e de gênero. (TAVARES, 2020, s.p.)

E, na Constituição Federal, o Artigo 3 afirma que:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional;

II - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

III - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, s.p., grifo meu)

Apesar disso, a população negra é ainda aquela que sofre com as desigualdades educacionais, sociais, de gênero e raça. Ainda, é a população que padece com o genocídio da sua juventude negra pelas forças do Estado (DORNELLAS; JESUS, 2018; MERLINO, 2018); a que possuía os menores níveis de escolaridade (SALDAÑA. 2019) antes da pandemia do coronavírus, quando em 2018 adolescentes pretos e pardos do 9º ano do Ensino fundamental possuíam acesso a escolas com piores infraestruturas e vinham de famílias mais vulneráveis, o que resultou em uma desigualdade na aprendizagem da qual "53,9% dos declarados pretos e 57,8% dos pardos concluíram o Ensino Médio até os 19 anos 2018, ao passo que entre os brancos, a taxa foi 20 pontos percentuais a mais (74%)" (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, s.p.).

Ademais, a sociedade brasileira apresenta casos expressivos de feminicídio de mulheres negras. Os casos de feminicídio são

precedido[s] de uma série de outras violências. A raiz da violência contra as mulheres é a desigualdade de gênero. Ela se baseia nessa crença histórica de inferioridade das mulheres e seus corpos e isso se expressa na invisibilidade da violência. Como em sua maioria acontece dentro de casa e na mão de pessoas conhecidas, muitas vezes não é percebida como violência. Quanto mais falarmos sobre, mais deixamos de naturalizar e normalizar isso. (FERREIRA; SILVA, 2020)

Os dados entre os anos de 2003 a 2013 apresentaram que 17.500 mulheres brancas morreram por serem mulheres; já 25.637 mulheres negras, morreram por serem mulher e negra, e neste período foi possível observar a diminuição da taxa de homicídios de mulheres brancas (ENGEL, 2020, p. 33-34). Embora a diminuição de mortes de mulheres brancas seja algo positivo, no caso das mulheres negras, sua mortandade afeta o seu futuro individual, do seu grupo familiar e do futuro social da população negra.

Giannini e colaboradores (2020) explicam que "O isolamento e a 'superconvivência' geram um aumento de comportamentos violentos por parte do parceiro" (FERREIRA; SILVA, 2020), e que após a pandemia é provável que os casos voltem aos patamares anteriores com a diminuição do convívio familiar.

No Brasil, de 889 homicídios cometidos contra mulheres em até setembro de 2020, 670 deles foram contra mulheres negras, o equivalente a 73% dos casos. Dos casos de vítimas de estupros, o percentual de mulheres negras é de 52% dos casos, o que equivale a 1814 casos de 3472 registrados (VALESCO; GRANDIN; CAESAR; REIS, 2020). Lembrando que ainda há estados do Brasil que não informam o pertencimento étnico-racial das vítimas, o que podemos ainda refletir que estes casos estão subrepresentados quando se trata de mapear a morte de mulheres negras no país (VALESCO; GRANDIN; CAESAR; REIS, 2020).

Os dados da pesquisa "Violência contra mulheres: como a pandemia calou um fenômeno já silencioso", do Instituto

Igarapé⁹, do qual Giannini foi uma das pesquisadoras participantes, apontam que entre março e junho de 2020, houve um crescimento de 16% nos registros de feminicídio em relação ao mesmo período do ano passado (GIANNINI *et al.*, 2020; FERREIRA; SILVA, 2020).

No tocante à agressão física, em 2009, os dados do IBGE/PNAD apontaram que dentre os homens agredidos, "39% eram brancos e 61% negros" e no caso das mulheres, "44% eram brancas e 56% negras" (ENGEL, 2020, p. 9), ou seja, a população negra constitui um grupo social que lida com a agressão em seu cotidiano, seja essa violência contra homens ou mulheres. Em 2019, o número de homens negros mortos pelas forças policiais aumentou para 79,1% das vítimas, o que equivale a 35.543 pessoas mortas (MORELLO, 2020).

Ao estender para os dados sobre a agressão física observando as situações de ameaça e/ou agressão física, foi possível perceber a maior incidência "entre mulheres negras (14,86%), vindo em seguida homens negros (14,22%), mulheres brancas (11,44%) e homens brancos (11,34%)" (ENGEL, 2020, p. 13).

E ao ser restringir os dados a cor e faixa etária, Engel (2020) informa que são os jovens negros que relatam mais casos de ameaça e agressão, na faixa etária de 16 a 24 anos, enquanto que no tocante ao gênero, as mulheres negras são as mais ameaçadas e agredidas fisicamente, independentemente da faixa etária (ENGEL, 2020).

Com a consciência desses dados, as ações do Coletivo Black Divas são constituídas a partir do entendimento de que a violência se constitui "um dos principais obstáculos para a

102

⁹ Para maiores informações sobre a pesquisa acesse: GIANNINI, Renata Avelar; FERENCZI, Eva; ARAÚJO, Isis; AGUIRRE, Katherine. Violência contra mulheres: como a pandemia calou um fenômeno já silencioso. **Instituto Igarapé**, Rio de Janeiro, Artigo estratégico 51, p. 1-35, dez. 2020. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/12/2020-12-08-AE-51_Violencia-contra-mulheres.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de mulheres e meninas"¹⁰ (ENGEL, 2020, p. 03), pois, independentemente de sua forma e de quem seja o agressor, a violência é

Uma realidade compartilhada pelas mulheres ao redor do mundo e as afetava em todas as fases da vida, atrapalhando o pleno desenvolvimento de meninas, a vida adulta e o envelhecimento digno de mulheres nos mais diversos contextos nacionais. (ENGEL, 2020, p. 03)

Assim, ao se falar de violência, a educação é a chave para a sua desconstrução, conforme afirmou o Procurador Paulo Tavares. No entanto, entendemos que o machismo, o sexismo e o racismo, formas de opressão e fonte das causas de violência contra as mulheres negras, são conteúdos que precisam ser ensinados dentro das escolas, dentro das relações familiares e em todos os espaços nos quais as pessoas estejam.

Para além disso, as masculinidades tóxicas também precisam ser desconstruídas (ATTA, 2020). Santos e Nardi (2014, p. 932) nos lembram que as masculinidades são marcadas pelo fenômeno da violência e, "para sobreviver, os homens necessitam reiterar uma masculinidade que se fortalece a partir de relações conflituosas e hierárquicas". Atta (2020) infere que desde pequenos, os homens são desencorajados a demonstrar sentimentos e quando crescem

_

¹⁰ Para maiores informações acessar a página da ONU Mulheres, onde pode ser identificado 12 áreas de atuação de governos, sociedade civil, mídia, ativistas e o próprio Sistema das Nações Unidas ao redor dos direitos de meninas e mulheres, dentre os quais consta a violência contra a mulher. ONU MULHERES BRASIL. Conheça as 12 áreas prioritárias da Declaração e do Plano de Ação de Pequim. [s.l.], 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/conheca-as-12-areas-prioritarias-da-declaracao-e-do- plano-de-acao-de-pequim/ . Acesso em: ago. 2021.

internalizam que demonstração de humanidade os torna frágeis frente à sociedade.

É no ambiente do lar que as violências doméstica e familiar se cristalizam e os lugares de vítima e agressor aparecem. Diante do patriarcado e da promoção da cultura do poder que favorece aos homens dentro das sociedades, uma de suas táticas para reforçar esse poder e garantir seu lugar de "macho" é a violência contra aqueles que o homem considera "inferior", neste caso, mulheres e crianças (SANTOS; NARDI, 2014). Nesse sentido, o que temos quando se pensa em violência contra a mulher é o reflexo de uma cultura machista e patriarcal que historicamente oprime mulheres por intermédio da violência e de opressor, via dinâmicas de poder entre homens e mulheres (ROMEIRO, 2019).

As ações retratadas nesta seção permitem constatar que o Coletivo Black Divas vem desenvolvendo ações que colaboram para identificar, denunciar, erradicar, penalizar e precaver a violência contra a mulher. Ações de enfrentamento à violência, o apoio às vítimas, engajamento via mídias de comunicação em massa da sociedade em prol de manutenção da reconstrução das vidas e garantia de direitos mínimos às vítimas após serem violentadas, assim como o encaminhamento de providências após os casos de violência realizados demonstram a importância do Coletivo para a sociedade londrinense como um elemento de conscientização e tomadas de decisão.

Ao trazer os homens para participarem do debate e entenderem a extensão da violência contra a mulher, o Coletivo ainda busca a desconstrução da cultura patriarcal, machista e sexista que ainda impõe o lugar de mulheres negras dentro da sociedade londrinense como sujeitos de "segunda classe" passíveis de violência e morte.

Destacam-se ainda ações e atividades destinadas às mulheres que sofrem a violência doméstica e seu

enfrentamento do sexismo e racismo na sociedade, tais como, palestras, rodas de conversa, oficinas nas comunidades, escolas, empresas em geral, com profissionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Secretária da Mulher, dentre outras instituições, com o objetivo de erradicar os casos de violências contra as mulheres.

Entende-se ainda a importância do Coletivo no debate sobre como a violência influência nas vivências das vítimas de forma efetiva, especialmente nos aspectos financeiros, afetivos, psicológicos e sociais, visto que segundo Poggio, (2012, p..90), [...] ampliar as políticas para o atendimento das mulheres em situação de violência, já que "a supremacia masculina nas esferas públicas e privadas se traduz em consenso e muitas vezes se estabelece por meio da violência". E o impacto causado traz como consequência, o envolvimento dos sujeitos e das suas famílias, bem como a esfera comunitária e as suas ações, e os orçamentos públicos.

Dessa forma, ampliar as redes de enfrentamento para realizar a prevenção da violência contra a mulher é essencial. Os serviços fundamentais de saúde, educação e jurídico precisam atender às demandas das meninas, adolescentes e mulheres de maneira integrada e articulada em prol de conscientizá-las, empoderá-las e promover a transformação de suas realidades, via informação. Em relação à justiça, a mesma deve ser rigorosa na defesa dos direitos das vítimas, buscando estabelecer medidas protetivas para separar a vítima do seu agressor e garantir suporte psíquico, físico e financeiro para que crie uma nova realidade que lhe permita superar a(s) violência(s) sofrida(s). As medidas protetivas são importantes para:

coibir o agressor de determinados comportamentos, como a aproximação ou o contato com a vítima e frequência em certos locais, e aquelas focadas na proteção da vítima e de seus dependentes, como afastamento do lar, suspensão da posse ou restrição do porte de armas, entre outros. (GIANNINI, 2020, p. 27)

Importante lembrar que a violência contra mulheres não se caracteriza só pela violência física. Há ainda outros tipos de violência que acometem as mulheres e podem ser violência psicológica, moral, sexual e patrimonial (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018). Tais violências podem ser correlacionadas ou serem realizadas de forma separada pelo agressor.

Ao refletir sobre as ações do Coletivo Black Divas em prol do combate da violência contra a mulher negra e frente a conscientização do homem, se escolhe pela garantia dos direitos da mulher e da mulher negra, o que terá consequências em sua família e em todas as mulheres com as quais ela entrar em contato, pois, se busca estabelecer visibilidade e ampliação das possibilidades de ser mulher negra nesta sociedade estruturada no machismo e racismo, que violenta as mulheres negras e a sociedade como um todo.

Por isso, o uso das mídias, o desenvolvimento de eventos, formações, lives e a participação em programas de televisão, bem como a intervenção em casos individuais e a mobilização das estruturas do Estado disponíveis para a atenção às mulheres, se tornam ações sociais para um grupo da sociedade excluído no qual a violência não pode continuar naturalizada.

Por isso, a educação da mulher negra é um tema importante para o Coletivo, pois, a educação leva ao empoderamento destas mulheres e, consequentemente, à independência financeira. Nesse sentido, a educação e o trabalho orientam as ações que serão apresentadas na categoria abaixo: Ações de empoderamento por meio da educação e do trabalho, já que são direitos dos cidadãos brasileiros, caracterizados enquanto mecanismos de inserção social plena a serem adquiridos pelas mulheres negras.

CATEGORIA: AÇÕES DE EMPODERAMENTO POR MEIO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO

Essa categoria contextualiza as ações, palestras, cursos, rodas de conversa, atividades que foram realizadas sobre: educação antirracista e combate ao racismo em escolas, secretarias, empresas privadas, na OAB, Concha Acústica. Dentre elas, a ação sob o título: Coletivo Black Divas quer leva inspiração e formação para mulheres negras, com registro do site da Rádio CBN Londrina, realizada no dia 21 de julho de 2016. A reportagem enfatizou a importância do trabalho do coletivo que atua em frentes como: o acesso da mulher negra à educação e ao trabalho, traz a discussão junto ao poder público sobre a erradicação da violência contra a mulher negra.

Dando sequência, cabe enfatizar a reportagem: "Ogro Jimmy vem à Londrina para colaborar com o Coletivo Black Divas, nas ações educativas, culturais e sociais. Publicada no site da Baixa Gastronomia, no dia 11 de maio de 2017, na qual ressalta que o Ogro cozinheiro do Programa Mais Você da Rede Globo, veio a Londrina para uma série de eventos e que parte da Renda destinado ao Black Divas Coletivo de mulheres negras criado para incentivar o protagonismo feminino, especialmente das mulheres negras. Segundo o Baixa Gastronomia, "através de ações educativas, culturais e sociais, as mulheres do Black divas promovem a igualdade racial e de gênero".

Cabe evidenciar a reportagem sobre a 1ª Feira Black Empreendedorismo do Coletivo Black Divas, realizada pelo Jornal Periférico, no dia 30 de agosto de 2019, no qual destaca a organização do Black Divas e os objetivos da referida feira, qual buscava: [...] valorização da cultura afro-brasileira e seu fortalecimento, sabemos que o empreendedorismo é uma alternativa para a mudança social, e a movimentação do Black Money e assim laços são fortalecidos, tendo como meta, que aconteça o giro do capital na comunidade negra londrinense e da Região. Essa ação incentivará o povo negro a comprar as próprias produções negra, e com isso solidificar e fortalecer a fluidez desse mercado. Teremos shows. workshop, palestra. Isso trará representatividade à tona e discutiremos o mercado de trabalho Black.

O Coletivo conseguiu reunir na 1ª Feira Empreendedores, expositores negros de Londrina e Região que divulgaram e comercializaram seus trabalhos de artesanato, vestuário, alimentação entre outros, além das apresentações culturais afro-brasileira, e no final da noite lançaram o concurso Miss e Misters Beleza Negra 2019, que aconteceu em dezembro do mesmo ano. A importância de investir e comprar da população negra está atrelado a uma forma de combate ao racismo constitui uma forma de combate ao racismo, e ainda, expressa a dificuldade que o negro e a negra possuem de ingressar no mercado de trabalho. A população brasileira em 2014 era composta por 56% de negros, destes 51% eram empreendedores, e ainda, haviam 64,3% na condição de desempregados (AMÉRICO, 2020, p. 1), "Só tem um detalhe: o rendimento médio mensal dos empreendedores negros é de R\$ 1.370, contra R\$ 2.745 dos empreendedores brancos – uma diferença de 50%" (AMÉRICO, 2020, p. 1).

A próximas reportagens realizadas tratam do tema "Cozinha é papo de Ogro, uma teve a autoria da Folha de Londrina em 26 de maio de 2017 e a outra o site da ACIL Associação Comercial de Londrina, em 30 de maio de 2017, as matérias relatam que a iniciativa e organização foi do coletivo Black Divas em parceria com o McManis e o Burgertopia e que

o evento contou com apoio da ACIL, dos Food Trucks e da Yticon.

O Black Divas teve o objetivo de trabalhar a valorização do trabalho para a autonomia da mulher negra e convidou Ogro Jimmy chef de cozinha do Programa Mais Você da Rede Globo para uma ação de empoderamento e trabalho da mulher negra, com esse evento foi possível trabalhar qualificação da mulher negra, além de treinamento com o Ogro, aconteceram trocas de experiência entre cozinheiras da gastronomia afrobrasileira e Ogro. Jimy McManis colocou: "Acredito que a nossa sociedade existe por causa da gastronomia. O salto de civilização se deu por causa da gastronomia. A minha ideia é mostrar que é fácil cozinhar. Não tem necessidade sempre de um *mise en place*, mas é possível uma culinária que qualquer um consegue fazer em casa".

A reportagem com o título: "Black Divas nasceu para ser exemplo", da Folha de Londrina, do dia 07 de março de 2018, traz informações sobre os objetivos e ações desse Coletivo de mulheres negras que trabalham além de outras pautas o empreendedorismo negro, produção de matéria prima, organização do micro negócios da população negra, feira e fomento. Uma das integrantes e vice-presidente de Coletivo coloca que: "Nossa luta é grande, queremos empoderar outras mulheres para serem agentes de transformação, porque nosso papel enquanto coletivo é não deixar esfriar a luta contra a inferioridade das mulheres e garantir condições necessárias para que de fato, tenhamos igualdade de gênero em todos os espaços de representação." Lembrou que no ano do evento tinham a meta de trabalhar a questão do empreendedorismo, tanto no âmbito do fomento quanto na organização da produção da comunidade afro-brasileira e que iriam cadastrálos e auxiliá-los no sentido de formalizar seus negócios e promover cursos de aprimoramento. Barbosa afirmou que: "Até o final do ano, gueremos realizar uma grande feira para

comercializar estes produtos".

Ao tomar a educação como um elemento de ação o Coletivo foi possível notar que se busca fortalecer a identidade dos participantes dos eventos e formações, pois, se faz necessário entender que a sociabilidade negra perpassa a constituição de sua identidade, para assim, entender que nem todos os obstáculos com os quais se deve lidar são culpa do indivíduos, ou seja, o negro e a negra devem lidar com algo mais, o racismo, e ele se apresenta de diversas formas, por isso a ciência de que "nascemos elos no mundo" (KAES, 1997, p. 95 apud BENTO, 2002, p. 42) se faz a partir da educação e da tomada de consciência de ser uma pessoa negra, e que isto não deve significar fracasso. E para isso, o próximo passo é a garantia da independência econômica por meio da inserção no mercado de trabalho na condição de trabalhador ou mesmo empreendedor, e para isso, mais educação se faz necessária.

Por outro lado, a educação da qual se fala, visa a valorização da herança africana que constitui a sociedade brasileira, ao afirmar a beleza negra e empoderar as mulheres ao se reconhecerem enquanto portadoras de beleza, tema da categoria sobre valorização da cultura negra - que será abordada mais adiante.

Um modo de combater o racismo, educar e conscientizar a população negra de suas raízes e meio de empoderamento. Para a reflexão sobre as ações acima elencadas e produzidas pelo Coletivo Black Divas, retomamos aqui a já citada obra *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, do professor Abdias do Nascimento, quando este remonta o processo histórico colonial que visava o desaparecimento de descendentes de africanos ao longo do processo de embranquecimento da pele e cultura negras. Neste livro, o autor identifica o racismo como uma das perversões intrínsecas ao nosso país, algo visto como naturalizado na cultura e atitudes dos "brancos' brasileiros. A

necessidade de desconstrução do racismo na sociedade está, segundo Abdias, no entendimento de que o discurso da "democracia racial" é um artifício que promove privilégios e mantém o poder nas mãos dos beneficiários desta suposta "democracia entre raças".

No entanto, tal discurso serve para a manutenção das estruturas que hierarquizam a sociedade em grupos raciais e para que aqueles que o autor denomina como "brancos" consigam controlar a disseminação de informações, a estrutura educacional, "os conceitos, as armas e os valores do país" (NASCIMENTO, ([1978] 2016, p. 42). Percebemos que nas ações do Coletivo há o entendimento do racismo e dos processos históricos, sociais e culturais para a manutenção das desigualdades e que somente o incentivo à capacitação e ao fomento à luta antirracista será possível erradicar o racismo e transformar as experiências desses sujeitos na escola e no trabalho, via coletividade.

Corroborando para este pensamento, Petrônio Domingues (2007) reforça a importância dos movimentos negros para lutar contra os obstáculos que atingem os corpos negros dentro da sociedade brasileira, especialmente, os preconceitos e as discriminações raciais que colaboram para a exclusão, marginalização e genocídio da população negra em diversas esferas, seja ela no mercado de trabalho onde a mulher negra sofre discriminações e têm oportunidades tolhidas (PINTO, 2006), seja no sistema de educação, no qual a história e cultura africana e afro-brasileira ainda é pouco inserida dentro dos currículos mesmo quando existem legislações que obrigam sua inserção (SANTOS, 2016; SILVA, 2019); seja nos relacionamentos afetivos nos quais a mulher negra sofre duplamente com o racismo e o machismo, assim como para criar uma identidade racial positivada (SANTANA, 2015; DAVIS, 2016), entre outros.

Percebemos que o Coletivo realiza ações que colaboram

para a educação das relações étnico-raciais e capacita a comunidade negra londrinense para entender como acontece o racismo, sexismo e demais tipos de discriminações dentro do ambiente de trabalho, assim como burlar a falta de emprego via empreendedorismo negro.

Frente à tentativa de extermínio, a organização política de mulheres negras se transformou em uma necessidade para sobreviver e manter seus elementos que as vinculam à ancestralidade e ao ser uma mulher negra no Brasil. O movimento de mulheres negras consolida esse enfrentamento via ações que buscam constituir a cidadania nesses sujeitos via lutas por demandas de equidade, reconhecimento e direitos (RODRIGUES; PRADO, 2010).

Angela Davis (2016) nos lembra que a relação entre as mulheres negras e o movimento associativo se deu por necessidade, porque a década de 1890 — período em que as primeiras convenções organizadas por mulheres brancas nos Estados Unidos ocorreram e contavam com participação de mulheres negras — foi um os períodos difíceis para a comunidade negra pós-abolição e as mulheres foram impelidas a participarem das ações de resistência de seu povo em resposta aos casos de assédio, linchamento e abuso sexual indiscriminado que as mulheres negras sofriam.

A partir desse momento, as primeiras organizações de mulheres negras foram criadas como agremiações e associações. Naquele tempo, enquanto as mulheres brancas se articulavam pelo direito ao trabalho e a luta contra o sexismo, as mulheres negras — que eram a maior parte da força de trabalho — lutavam contra o racismo e o sexismo. Deste período surgiu a Primeira Conferência Nacional das Mulheres de Cor, em 1895, tendo nomes como o de Ida B. Wells, Victoria Matthews, Maritcha Lyons, Josephine St. Pirerre Ruffin, Fannie Barrier Williams, como algumas das protagonistas identificadas por Angela Davis como mulheres

negras incentivadoras deste movimento.

A expansão desse movimento feminista negro unido com as lutas dos movimentos dos direitos civis chegou ao Brasil, e incentivou a criação de movimentos de mulheres negras brasileiras. Sueli Carneiro (2003) em seu artigo Mulheres em movimento enfatiza o respeito que este movimento conseguiu dada as contribuições trazidas por ele no processo de democratização do país, inclusive com o estabelecimento de políticas públicas, via a criação dos Conselhos da Condição Feminina.

Em tais Conselhos, as políticas públicas eram criadas com o objetivo de combater a discriminação, a violência doméstica e a sexual contra mulheres, em especial, a mulher negra. A autora ainda enfatiza a criação de organizações como as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, os abrigos que protegiam mulheres que sofriam violências e outras políticas voltadas para a promoção da vida, bem-estar e sucesso de mulheres negras. A organização de mulheres negras dentro do Black Divas nos sugere que os movimentos negros de mulheres continuam fortes e que traz em suas raízes o histórico que citamos acima, assim como permite empoderar mulheres negras as para combater discriminações e racismos sofridos no cotidiano.

No entanto, apesar desses desenvolvimentos históricos, o cenário brasileiro ainda é opressor das mulheres negras, especialmente, quando nos voltamos para olhar a educação e o trabalho. Há uma disparidade entre gênero e raça na sociedade brasileira, dentro da qual a mulher negra se encontra na base. Quando nos referimos ao mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2019 apresentou a existência de rendimentos desproporcionais entre grupos étnico-raciais diferentes. Destes resultados, as mulheres estão com menores remunerações e uma média de horas menor que os homens

devido às demandas familiares e domésticas para além do trabalho fora de casa. Quando analisamos as mulheres negras estas apresentam uma renda 71,31% menor que os homens brancos.

Tais diferenças salariais podem ser reflexos dos processos coloniais e escravistas unidos à falta de políticas públicas específicas que ainda mantém as mulheres negras na base da pirâmide social-racial e nos cargos com menores remuneração e escolaridades (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). Relembramos que existiram legislações que impediam o acesso à educação durante a escravidão e no pós-abolição, conforme elucida a pesquisadora Renísia Garcia (2007, p. 34) quando aborda sobre a educação dos negros na história:

Desde a educação jesuítica, a opção foi por uma educação livresca, importada e aistórica. A educação no sistema escravocrata com suas escolas de "primeiras letras", diferenciadas por gênero e disciplinas, não permitia a presença dos escravizados já que, por lei (art. 6º da Constituição de 1824) era reservada aos cidadãos brasileiros. Com isso, coibia o ingresso dos escravizados que eram, em larga escala, africanos de nascimento. Apenas negros libertos provenientes de famílias de algum recurso ou "protegidos" por exsenhores poderiam freqüentá-las.

Nesse sentido, o acesso à educação só foi permitido à população negra no início do século XX entre as décadas de 1920 e 1930, via escolas técnicas que buscavam atender demandas do mercado de trabalho (GARCIA, 2007).

Em união a esse cenário, as mulheres negras sofreram (e sofrem) com os resquícios das perspectivas sexista e racista dentro da educação brasileira, que discrimina e exclui a população negra dos bancos escolares e a transforma em

força de trabalho para a manutenção do capital (ALMEIDA, 2009; GONÇALVES, 2018; ALMEIDA; SANCHEZ, 2016).

O racismo estrutural está presente nesse cenário, pois ele mantém a dominação e exploração sobre as mulheres negras, via restrição de oportunidades, informação e lhe atribui um "lugar" dentro da sociedade, o de subalternidade (ALMEIDA, 2018; RIBEIRO, 2018). A mulher negra ainda está presente na informalidade e no trabalho doméstico. Quando analisamos o ano de 2013, mais de 30% das mulheres negras tinham carteira assinada, no entanto em 2018 esse número diminuiu para 28,3%. Nas funções desenvolvidas, as mulheres negras atuam em serviços de babás, cuidadoras, jardineiras, diaristas, mensalistas, e outros serviços realizados dentro de domicílios, os quais possuem baixa proteção social e deixa as mulheres suscetíveis a sofrerem discriminação e assédio (PINHEIRO; LIRA; REZENDE; FONTOURA, 2019; OLIVEIRA, 2020).

Dessa forma, a organização de mulheres em associações, coletivos e organizações permite a articulação de ações que possibilitem o enfrentamento ao racismo, sexismo e violências correlacionadas. Pela explanação dessa breve análise, identificamos a importância das ações do Black Divas para a reconstrução da autoestima, fortalecimento coletivo e individual, e a preparação das mulheres negras para atuar no mercado de trabalho tendo consciência do racismo e como ele atua no seu cotidiano. Ainda, entendemos que as formações voltadas para o desenvolvimento de novas habilidades para criação e gestão de seus negócios, assim como a capacitação via informações disseminadas nas ações do Coletivo permitem o fortalecimento deste grupo social.

CATEGORIA: AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA

Essa categoria se refere as ações, procedimentos e atuações, do Coletivo Black Divas sobre a valorização da cultura negra, empoderamento, visibilidade, black empreendedorismo, representatividade e o caminho para desenvolver a identificação dos sujeitos como negros e negras.

Iniciamos essa categoria com o Concurso Miss e Mister Beleza Negra 2019, com reportagem realizada pela Folha de Londrina, tendo como responsável pela entrevista o jornalista Thiago Nassif, com publicação no 31 de dezembro de 2019. O Concurso ocorreu no Rotary Club de Londrina, contou com 49 participantes, 12 jurados e as presenças especiais da Miss Brasil 2016 e o Princípe da Nigéria. O objetivo do Black Divas foi trabalhar a visibilidade e o autorreconhecimento, pertencimento e valorização da estética da população negra de Londrina e região.

A seguinte ação nesta categoria foi o *World Afro Day*, realizado na Casa de Cultural UEL, no dia 19 de setembro de 2019. Uma resposta a aprovação de uma lei discriminatória aprovada nos Estados Unidos, em 15 de setembro de 2016, lei abordava a liberdade de recusa frente a contratação de pessoas pelo uso de dreadlocks. Uma lei que violava os Direitos Civis de 1964 e que colocava fim aos diversos sistemas estaduais de segregação racial. Com em Londres idealizado por Michele de Leon o *World Afro Day*, com a finalidade de organizar uma plataforma para celebrar e educar sobre cabelos afro de forma alegre, positiva e com isso essas ações ganharam corpo e hoje os eventos do *World Afro Day* são anuais e são realizados na rede mundial de educação com foco nos adolescentes, jovens e principalmente crianças.

Em Londrina, esse dia constituiu um momento de

celebração dos cabelos, da cultura e da identidade e representatividade negra e foi organizado pelo Coletivo Black Divas, a Marcha do Orgulho Crespo e Wana Black Hair e contou com o apoio e parceria da Casa da Cultura - UEL, com apresentações de música, danças, com a temática afrobrasileira, capoeiristas do Aluaiê representando o nosso patrimônio cultural imaterial da humanidade. participaram e entre elas a youtuber negra mirim e crespinha, Garcia, personalidades negras do Município Gigi compareceram como, por exemplo, Edimara Alves, modelo negra que foi capa da Vogue, Erika, a Miss Eco Plus/PR e Di Rafael.

Na sequência essa categoria com a reportagem Príncipe da Nigéria visita Londrina, da Folha de Londrina, publicada no dia 15 de dezembro de 2019, ressaltou a presença do Príncipe da Nigéria no Concurso Beleza Negra 2019, sua presença valorização comunidade negra. à trouxe. representatividade e esperanças a todas e todos do evento. Adilza Carvalho ressaltou que: "Nossa intenção é valorizar a beleza negra e aumentar a autoestima das mulheres e homens afrodescendentes que vivem em Londrina". A seguir, a live da 4ª Marcha do Orqulho Crespo – A Valorização do Crespo e sua representativa, com fala de Aracélly Oliveira é make up Challeng, foi organizado pelo Black Divas e apresentado no canal no voutube do Coletivo, no dia 17 de outubro de 2020. A palestrante pautou e explicou a valorização do crespo e sua representatividade, no tocante à valorização dos traços negros, o combate ao racismo e a valorização da cultura e da mulher. Ela coloca que:

Objetivo maior é estar inspirando outras meninas outras meninas pretas e crespas assim como eu. [...] A valorização nada mais é de a gente aprovar, apreciar a textura do nosso cabelo, [...] estamos aí para reforçar essa nossa identidade. Se você não está fortalecida (o),

não está com auto estima fortalecida, ainda está confusa (o) tá com insegurança você não consegue vir com armas positivas e ai acaba se fechando e isso é muito ruim, fora que a gente também tem um histórico ai das mídias sociais, o padrão do cabelo liso, baixo, e você acha que aquele é o padrão que é o bonito. E o bonito é você se sentir bem, você se sentir empoderada.

Importante salientar que a segurança ao longo da transição capilar de homens e mulheres deve acontecer com leveza e satisfação, pois se trata de lidar com sua identidade étnico-racial. Uma identidade que ainda, mesmo frente aos embates, reflexões e legislação, é uma identidade subalternizada ao padrão de beleza branco. Deste modo, significa se autoafirmar e se preparar para possíveis situações de racismo frente a adoção de ser negro como belo.

Pautar essas ações sobre população negra - mesmo que online pelo motivo da pandemia - auxilia na construção identitária das pessoas negras. Meire Anne Teodoro vice-presidente da Marcha do Orgulho Crespo ressalta que:

Estamos hoje com mais uma atividade da 4 marcha do orgulho crespo de Londrina e região. Nós começamos em 2017, fizemos a marcha presencial, saímos em cortejo da concha acústica e isso se repetiu em 2018, 2019 e devido a esse movimento que nós encontramos, hoje estamos nesse formato marcha lenta online. Mas não deixamos de estar trabalhando a discussão da valorização do nosso crespo, da nossa etnia, das nossas demandas como povo negro, como mulheres negras, então nunca deixando de valorizar a estética do nosso povo. [...] o quão importante é a estética, não só da mulher negra mais num âmbito geral mesmo, todos os afros-descendentes com toda essa questão da transição, a quanto é importante nos assumimos nosso cabelo, a nossa identidade, a nossa ancestralidade, enfim.

A próxima *live* apresentou o do Afrofuturismo e teve como palestrante a Profa. Ana Paula Medeiros. Organizado pelo Black Divas e apresentado no canal no *youtube* do Coletivo, a *live* ocorreu em 20 de dezembro de 2020. No que se refere ao Afrofuturismo, este é um movimento estético-cultural que também tem sua força nos estudos das áreas da filosofia e das ciências sociais. Com esse movimento se trabalhou a cultura negra e sua representatividade dentro da *live*. Segundo a palestrante Ana Paula:

Então, em várias narrativas quando a gente vai olhar para o futuro, pessoas negras não existem, aí esses artistas começam a olhar e falar "Está, gosto de ficção científica, eu gosto, eu consumo, eu gosto, eu sou nerd, eu sou rica, eu sou mulher, eu gosto de escrever, eu gosto de cantar, eu guero isso!" Então, aí começa então, artistas negros produzirem material de ficção científica e esse movimento ele é interseccional, o que isso quer dizer? Ele não está só falando de negritude, ele está falando de pessoas negras que são mulheres, que são homossexuais, que são transexuais, que são pobres, que são homens, que são gays, que são lésbicas, que são bissexuais. Então, ele é um movimento interseccional.

Rodrigues infere que: "A estética Negra é uma forma de resistência e posicionamento político, como podemos mostrar, no nosso cotidiano, que não se trata de um tema superficial e fútil". Ainda, Carolina Araújo, menciona que: "É um abismo de diferença né. Uma coisa é a nível teórico a gente dizer que "não há empoderamento pela moda" e outra é a gente compreender a nossa sociedade e ver que na prática isso é uma etapa sim.

Em suma, dentro da natureza, o ser humano é o único animal que modifica o próprio corpo de forma voluntária, e essas mudanças se justificam dentro do âmbito das representações sociais em que o sujeito está inserido, assim,

"a forma de manipular o corpo, os sinais nele impressos e o tipo de penteado podem significar hierarquia, idade, símbolo de status, de poder e de realeza entre sujeitos de um mesmo grupo cultural ou entre diferentes grupos" (GOMES, 2003, p. 79). Por outro lado, uma sociedade racista, como a brasileira, utilizará dos aspectos corporais para discriminar os grupos sociais, criando hierarquias onde aqueles que não apresentam as características físicas tomadas como padrão, serão identificados como inferiores ou mesmo feios, mesmo sabendo que há apenas uma espécie humana.

Sendo assim, "é compreensível que os diferentes sentidos atribuídos pelo homem e pela mulher negra ao seu cabelo e ao seu corpo revelem uma maneira tensa e conflituosa de 'lidar' com a corporeidade enquanto uma dimensão exterior e interior da negritude" (GOMES, 2003, p. 80), pois, o reconhecimento da identidade negra perpassa pelo conflito ao romper com os padrões estipulados de beleza que não reconhecem o negro e a negra enquanto belos. Por isso, a atenção por parte do Coletivo com a valorização da cultura afro-brasileira e negra ao perpassar o corpo negro e a produção cultural africana e afro-brasileira.

Já que a valorização da cultura se trata de seu reconhecimento, educação da comunidade negra frente à história e cultura africana e afro-brasileira, identificação das formas de expressão do racismo e os mecanismos disponíveis para combatê-lo, dentre eles, expressar no corpo do sujeito a sua ancestralidade e identidade. Deste modo, se busca o rompimento com os padrões de beleza e, consequentemente, o combate ao racismo. Assim, se entende que o ideal de beleza "é, na realidade, construído socialmente, num contexto histórico, cultural e político, e por isso mesmo pode ser ressignificado pelos sujeitos sociais" (GOMES, 2003, p. 81). Ou seja, o movimento de valorização que o Coletivo vem desenvolvendo busca romper com padrões que inferiorizam o

negro e a negra.

Conforme as ações acima descritas, o Black Divas promove a valorização da cultura negra estão vinculadas à corporeidade negra e à estética negra. Kabengele Munanga (2012) nos lembra que a tomada de consciência para a criação de uma identidade negra é diferente de um homem ou mulher negra para outra e os processos de se criar uma identidade étnico- racial negra dependem de diversos fatores, dentre os quais, os fatores psicológicos, linguísticos e hisrtóricos. Nilma Lino Gomes (2008) entende a identidade como processo que é construído socialmente e historicamente dentro de nossa sociedade, a qual está estruturada na ideologia da raça para exercer o poder e dominar grupos considerados inferiores.

Na sociedade brasileira, o padrão de beleza cultural visibilizado e incentivado é aquele do grupo hegemônico, cuja tez e valores estão ligados a ser branco. Assim, assumir ser negra em uma sociedade racista é assumir uma atitude política por intermédio da estética, do corpo e do cabelo negros. Junto a esses últimos, adicionamos ainda os elementos culturais da cultura e da história negras como as religiões de matriz africana, a cultura musical de origem africana como o samba, o rap e o funk, a comida africana, além de outros aspectos culturais que fazem parte do povo negro brasileiro.

O processo de se construir identidade negra ou negro requer, dentre outros pontos, "exercer autonomia" e "possuir um discurso sobre si mesmo", mas principalmente, requer "a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades", conforme enfatiza Neusa Santos (1983, p. 17-18). Por este motivo, evidenciar a beleza negra para além de somente um aspecto estético, é reafirmar uma identidade positivada de ser uma mulher negra e se assumir politicamente como tal, assim como promover o enfrentamento ao padrão pré-estabelecido.

CATEGORIA: COMBATE E AÇÕES PELO FIM DA DISCRIMINAÇÃO E RACISMO

De forma indireta, até o momento foram apontados nas categorias anteriores ações desenvolvidas pelo Coletivo Black Divas que abordavam o racismo, ao valorizar a identidade afrobrasileira da população negra e da sociedade como um todo, pois, para romper com práticas racistas é necessária a construção de uma identificação quanto ao pertencimento étnico- racial negro por parte de pessoas negras, e que o branco, entenda o que é o racismo e como se privilegia com a exclusão e violência perpetrados historicamente contra um grupo social em virtude de suas características físicas.

Neste sentido, se inicia esta categoria com a reportagem no programa *Destaque da Rede Massa*, apresentado no dia 16 de julho de 2016, onde a entrevistadora Cloara Pinheiro, organizou uma roda de conversa interagindo com membros do Black Divas, uma convidada e o público de casa, que enviava perguntas. Foram abordados temas como discriminação, racismo, injúria racial e assédio.

Solange foi uma convidada do programa e relatou que em Arapongas foi procurar emprego em uma padaria onde havia vaga e foi informada que não seria contratada por causa da sua cor da pele, e ainda, à entrevistadora, afirmou que:

eu queimaria a imagem da padaria porque lá iam muitas pessoas importantes. Há 15 anos atrás que aconteceu e eu vim ao programa você falou tudo o que tinha que falar da questão que devíamos ter respeito e ser respeitado. Nós somos negras, mas somos pessoas, somos gente. Então, aí você me ajudou muito, porque eu fiquei com uma tristeza muito grande. eu não tinha vontade nem de sair para procurar emprego com medo

de acontecer novamente, mas aí você me deu a força que eu precisava e eu enfrentei isso tranquilamente. E hoje eu tenho outra visão, né. Hoje quando vou procurar emprego fico de cabeça erguida, eu tenho orgulho da cor que eu tenho me sinto linda, me sinto maravilhosa, e a gente merece todo respeito.

O coletivo Black Divas entende que é essencial apontar, evidenciar e debater a discriminação e racismo, pois, o objetivo é lutar pela erradicação do racismo. Já que esta violência exclui e diminui a população negra, negando-lhe a possibilidade de desenvolvimento de seu potencial. Por isso, é necessário que a sociedade amplie as esferas de debate sobre o racismo e discriminação, pois é necessário falar, expor os casos, destrinchar as formas que o racismo assume, e consequentemente, identificar os agressores e conscientizar a todos sobre os danos que está violência causa a toda a sociedade.

Em síntese, a partir do problema que norteou esta pesquisa, qual seja: Como as ações do Coletivo de Mulheres Negras, Black Divas, na Cidade de Londrina, contribui para o empoderamento das mulheres negras, ao combate do racismo, sua visibilidade, a preservação da memória de luta das mulheres negras em suas comunidades e no contexto da cidade? foi feito o levantamento das ações do Coletivo Black Divas, em consequência sua história e a história de vários sujeitos envolvidos de algum modo, e ainda, possibilitou trazer à tona uma reflexão que se julga importantíssima no que diz respeito à formação da sociedade brasileira, a situação da mulher negra, pois em virtude de nossa origem escravocrata marcada por um passado de explorações tanto do território quanto de sociedades ocidentais.

Para tanto, foram usados mecanismos de justificação, primeiro a religião católica, seguida, da ciência, com o estabelecimento da raça enquanto critério (pseudo)biológico e

cultural de hierarquização dos tipos de seres humanos, a partir do qual foram fixados os papeis sociais em nossa sociedade. Dentre esses papeis, a mulher negra foi subordinada a uma dupla posição de exclusão social, de gênero e de raça, que permitem entender e refletir sobre a condição social da mulher negra na atualidade a partir da identificação de sua trajetória histórica e reconhecimento de sua pauta frente a busca por inclusão social, bem como, de sua posição de sujeito social.

Para tanto, se tomou como lente focal as ações desenvolvidas pelo Coletivo Black Divas, já que o processo de preservação da memória constitui imprescindível para a constituição da identidade negra em nossa sociedade, onde, a violência empregada sobre a população negra se estendeu ao corpo e história destes sujeitos.

Neste sentido, como foi possível observar no início deste texto, a memória expressa a história de um povo, neste caso, de parte da sociedade brasileira, os ditos vencedores, os quais frente a preservação de uma narrativa excludente orientada pelo racismo, além de constituir um mecanismo de desumanização do africano escravizado, engendrou um processo de apagamento e reconstrução de uma história, onde o negro e a negra foram postos em uma posição de inferioridade. Como nos lembra Wolton (2006) e Halbwachs (2006), a memória expressa um processo de negociação, que no caso da população negra, expressa uma correlação de forças desigual e excludente, e não se esquece que neste processo há a seleção de memórias a serem preservadas.

Neste sentido, ao elencar e apresentar as ações desenvolvidas pelo Black Divas, se buscou a preservação e reprodução da memória coletiva do Coletivo, e por outro lado, reconhecer que as ações do Coletivo visaram e visam a reconstrução da memória individual de mulheres e homens negros, ao desenvolverem atividades com visibilidade e reconhecimento por parte dos meios de comunicação local,

onde, mesmo com a pandemia as ações desenvolvidas chegam até as pessoas, por meio de *lives*, e, o reconhecimento das atividades, intervenções e ações diversas são pautados nos jornais, revistas, *blogs*, redes sociais e páginas da *Internet* local e da região, e ainda há a participação de programas, onde as integrantes do Coletivo são entrevistadas e participam de rodas de conversa em canais de televisão e rádio.

A partir destas ações, o Coletivo busca romper com uma história até então contada que limitava os papeis sociais e os lugares de subordinação que eram atribuídos aos negros, este processo de valorização da história e cultura africana e afrobrasileira afeta os sujeitos, mas no caso das mulheres, estas são responsáveis por inserir novos sujeitos na sociedade, e a partir da ressignificação de sua memória, consequentemente, haverá sujeitos com novas memórias e histórias para contar de conquistas e reconhecimento do quão belo é a negra e sua história. Ou seja, ao falar de memória, se fala da construção identitária e psicológica de sujeitos colocados em lugares de inferioridade ao longo da história nacional e regional que deve ser superada, para que assim, seja possível um debate real sobre o racismo e a construção de mais mecanismos de sua superação.

Assim, quando Lélia Gonzalez (1984, p. 224), afirma que "O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo", neste sentindo, cabe reconhecer o lugar do qual se fala, neste caso o da mulher e negra, já que as atividades que interessam a esta pesquisa foram desenvolvidas em sua maioria por estes sujeitos. Gonzalez (1984) afirma que "para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular" (GONZALEZ, 1984, p. 224). Por isso, o exercício de rememorar se torna importante no

processo de conscientização das relações raciais, tanto por parte do negro e da negra quanto por parte do branco e branca, e por isso a oportunidade de se escutar a fala da mulher negra, a partir das ações do Coletivo.

Nesse sentido, a fala das integrantes do Coletivo se torna elemento de interesse ao expressar, a partir das vivências e anseios, a necessidade de "Inverter a lógica de minorias negras", fala de Maria José, que vem exemplificar que o reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira constitui um mecanismo de combate ao racismo. Por outro lado, se deve pontuar, os efeitos individuais de tal valorização no tocante à memória das mulheres negras atingidas pelas ações do Coletivo, bem como, a partir do exemplo de superação dos membros do Coletivo.

O combate ao racismo está atrelado ao reconhecimento das diversas violências às quais são submetidos homens e mulheres negras diariamente, onde o exemplo da Sra. Solange Luiz, expressa as extensões da violência, e que são necessárias estruturas sociais para proteger e garantir a saída por parte das mulheres de relações de violência nas quais estão inseridas. Pois, as mulheres ao serem acolhidas e ao receberem informações sobre violência e demais aportes entenderão que não estão sozinhas e que não são as únicas que se encontram nesta situação, e, ainda, não se esquece que os homens também devem ser inseridos no debate sobre violência, para que frente a valorização, empoderamento e reconstrução da memória coletiva da população negra, seja incorrido no erro da exclusão dos vários sujeitos responsáveis e participes da violência.

Neste sentido, como foi possível perceber a partir das ações apresentadas nas categorias anteriores, as ações do Coletivo estavam relacionadas à reconstrução positiva da identidade étnico-racial negra e com a valorização da herança afro-brasileira, o que influencia a percepção que os negros e

negras têm de si, bem como dos brancos sobre os negros, além de a partir da educação e da formação para o mercado de trabalho. Ao falar de racismo, se foca em uma violência que apresenta várias possibilidades de mascaramento do agressor e de sua violência, neste sentido, ao falar de racismo não se deve furtar do fato de que se fala de uma relação de poder na qual o agressor é beneficiário da violência e se encontra ausente no debate sobre as relações raciais (BENTO, 2002).

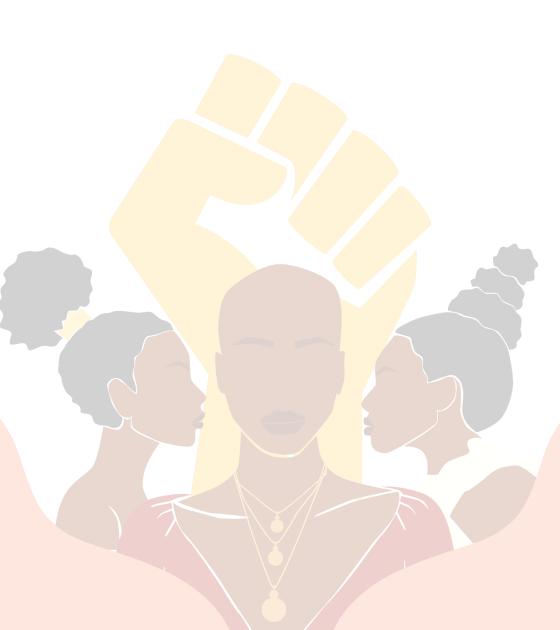
E ainda, é necessário frisar as consequências do racismo, pois, além das condições materiais limitadas para negros e negras, como pontuado pela Solange, participante do programa *Destaque*, ela chama a atenção no dano causado no psicológico da vítima de racismo, pois, a violência afeta quem ela é, ela não pode transmutar a cor de sua pele. Sobre isso, a psicanalista Maria Lúcia da Silva responde a revista Cult, afirmando que:

A ideologia do racismo propõe a desumanização de um em contrapartida do privilégio do outro. Ele incide no negro no que constitui seu sujeito, seu corpo, sua imagem, que é sistematicamente desvalorizada. Em contrapartida, há um modelo universal que está calcado no branco. Um modelo de beleza, de afirmação da história, das produções universais [...]. As humilhações cotidianas vão produzindo marcas no negro. E, com a negação sistemática do Brasil e do brasileiro em relação ao racismo, esse sujeito também sofre algumas distorções na forma como ele mesmo vê a realidade, questionando se aquilo que vive [o preconceito] é real ou imaginário. (POMPERMAIER, 2017, p. 1)

Diante deste contexto, se reafirma a necessidade de mais espaços para abordar e refletir sobre o racismo, pois não é algo que a negra e o negro imaginam, é sim um fenômeno real da sociedade brasileira. É importante que não se esqueça que o racismo destitui a negra e o negro de sua humanidade.

Assim, a construção de exemplos positivos é um movimento adotado pelo Coletivo, sobretudo realizando a conscientização sobre o racismo com o uso e participação na mídia como um dos caminhos, pelo qual, a fala das mulheres negras ganha potência e atinge um maior número de pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Esta obra teve como objetivo geral realizar a análise de como as ações do Coletivo Black Divas contribuem para o empoderamento da mulher negra e ao desenvolvimento da memória do movimento negro em Londrina. Para tanto, estabeleceu-se o desmembramento desse objetivo em primeiro, realizar a identificação e fazer a caracterização das ações que o Coletivo Black Divas realiza; segundo momento, fazer a relação das contribuições do Coletivo dentro do movimento de mulheres londrinenses e, por fim, analisar como tais ações contribuem para a memória de luta e resistência das pessoas negras em Londrina.

O corpus documental e de materiais sobre o Coletivo e suas ações foi composto de 21 itens, dentre os quais estavam documentos, reportagens, blogs, mídias sociais e lives. Como resultados do primeiro objetivo que se referiu à caracterização das ações do Coletivo, esses apontaram para cinco categorias.

A categoria Ações de empoderamento por meio da educação e do trabalho: com ações do Coletivo que abordaram a estética negra, a valorização do trabalho para a autonomia das mulheres, o protagonismo da mulher negra em diversas áreas de atuação profissional e do conhecimento, as formas de ingresso na educação superior e continuação dos estudos;

A categoria Ações de empoderamento por meio da valorização da mulher: as quais se referiram às ações realizadas em forma de palestras, cursos, rodas de conversa, atividades com temas que abordaram a educação antirracista e combate ao racismo em escolas, secretarias, empresas privadas, na OAB, Concha Acústica;

A categoria Ações de valorização da cultura negra: que abordavam sobre a valorização da cultura negra, empoderamento, visibilidade, black empreendedorismo, representatividade e o caminho para desenvolver a identificação dos sujeitos como negros e negras;

A categoria Combate e ações pelo fim da discriminação

e racismo: que apresentou as ações desenvolvidas pelo Black Divas, que intuíram a preservação e reprodução da memória coletiva do Coletivo, e visibilizaram a reconstrução da memória individual de mulheres e homens negros da sociedade londrinense, por meio de ações presenciais pré-pandemia e de lives no período pandêmico;

Por fim, a categoria Combate à violência contra a mulher: que trouxe as palestras, lives, reportagens, entrevistas e demais pautas e ações elaboradas pelo Coletivo que discutiram e promoveram o debate sobre as violências contra a mulher, tais como violência física, psicológica, patrimonial, moral e sexual.

Dessas cinco categorias foi possível compreender a preocupação do Coletivo em levar informação às mulheres negras e população negra sobre elementos históricos, políticos, jurídicos, econômicos, educacionais visando fortalecer sua compreensão sobre como as relações étnicoraciais e de gênero e suas influências em suas vidas nos diversos setores da sociedade londrinense e em suas relações interpessoais e de trabalho.

Outro ponto de destaque se referiu à busca por fortalecer positivamente a identidade étnico-racial negra por intermédio de ações de valorização dos corpos, estética e intelectualidade negras buscando confrontar a perspectiva hegemônica branca e patriarcal que construiu uma sociedade machista, racista e sexista como a brasileira.

Sobre a constituição da memória da população negra, percebe- se que esta permeia todas as ações do Coletivo, haja vista o intuito de informar sobre as contribuições desta população para o desenvolvimento da sociedade londrinense, em especial, aquelas que buscavam a formação para o aprendizado das história e culturas africanas e afro-brasileiras em escolas e demais organizações. Ademais, as ações do Coletivo que engajaram a comunidade para o entendimento

das violências cometidas contra mulheres negras também permitiram a compreensão histórica sobre o patriarcalismo e racismo que levam as pessoas negras, em especial, as mulheres negras a espaços de subordinação e opressão na sociedade brasileira.

Enquanto dificuldades da pesquisa, essas se referem à difícil decisão sobre o recorte do corpus que comporia as análises da pesquisa. Ainda, pela autora ser uma das fundadoras e coordenadora do Coletivo e possuir vasta experiência empírica que nem sempre estava presente nos documentos, houve percalços para separar a vivência entre ser a integrante do Coletivo e ser a pesquisadora que estava analisando a colaboração do Coletivo Black Divas para a população negra londrinense e a manutenção da memória de movimentos negros e organizações feministas negras no país.

Como pesquisas futuras, sugere-se entrevistas com mulheres negras para entender a influência das ações do Coletivo em suas vidas e as possíveis transformações em suas realidades que foram realizadas a partir da participação no movimento de mulheres negras e do aprendizado da história do movimento negro.

Como contribuição, espero que a obra colabore para a Ciência da Informação – caracterizada como uma ciência humana e social (ARAÚJO, 2014) – na compreensão do papel social, educacional e político que as organizações de mulheres negras têm para a sociedade brasileira, em especial, na formação sobre questões étnico-raciais e de gênero, assim como no empoderamento político e identitário de seus atores. Ademais, desejamos que a CI possa perceber a importância da informação para os sujeitos em situação de vulnerabilidades, neste caso, para retirar as mulheres das amarras da violência doméstica e seus outros tipos por intermédio da conscientização da comunidade e da proteção das vítimas (psicológica, financeira e juridicamente).

SOBRE A AUTORA

SANDRA MARA AGUILLERA

Doutoranda em Ciência da Informação, Mestra em Ciência da Informação e graduada em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Possui especialização em Língua Inglesa e é pesquisadora e idealizadora do Instituto Coletivo Black Divas (20 anos). Coordenadora da Marcha do Orgulho Crespo e do Proieto Crespinhos desde 2017 de Londrina e Região. Foi a Primeira Secretária negra do Gabinete de Prefeito em Londrina, em 2003. Lançou e idealizou o Selo Personalizado da Lei 10.639/03 nos dez anos da Lei, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática: História e Cultura Afro-Brasileira no Brasil. Pelo Coletivo Black Divas, ocupa uma das vinte quatro cadeiras da Operativa da Coalizão Negra por Direitos no Brasil. Está como conselheira das Políticas Públicas da Mulher em Londrina, e ocupa pelo Coletivo Black Divas a primeira cadeira para mulheres negras nesse Conselho. Realizadora e Organizadora da Feira da Mulher Negra Empreendedora, a qual completou 10 anos em 2023. Faz parte, como membra da Sociedade Civil, do Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e valorização das trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS) representando o Paraná em 2023. Publicou artigos em revistas e livros sobre os temas Memória Coletiva e Memória Individual da População Negra, a Influência Africana na Língua Portuguesa e acerca da Informação e das Relações Étnico-Raciais.

CV Lattes: http://lattes.cnpg.br/0953028314316573

E-mail: san.maguillera@uel.br

Mulheres negras em movimento | Sandra Mara Aguillera

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e cultura**, [s.l.], v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almicar Araújo (org.). **História do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; FGV, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALEXANDRE, Claudia. O Brasil precisa que a pauta fique preta. **Alma Preta Jornalismo**, 2020.

ALMA PRETA: Jornalismo preto e livre. [s.l.], 2020.

AMÉRICO, Jorge. Estagiária negra é forçada a alisar cabelo para preservar "boa aparência". **Pragmatismo Político**, [s.l.], 06 dez. 2011.

ALMEIDA, Giane Elisa Sales de. História da educação escolar de mulheres negras: as políticas públicas que não vieram. **InterMeio**: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.15, n.30, p.219-232, jul./dez. 2009.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. Perspectivas feministas em criminologia: a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na análise do estupro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 26, v. 146, p. 435- 455, 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto A. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014.

ARAUJO, Emanoel. Negras memórias, o imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 242-250, abr. 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100021

ARAUJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52,

2005.

ARAUJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 14, n.p., out. 2008.

ARRAES, Jarid. Mulher negra: nem escrava, nem objeto. **Geledés**: Instituto da Mulher Negra, São Paulo, 2013.

ASSIS, Jussara Francisca de. Relações de trabalho da população negra no Brasil: situação das trabalhadorasnegras e a contribuição das políticas públicas e do Serviço Social para o enfrentamento das desigualdades. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís - MA. **Anais** [...] São Luís: UFMA, 2009.

ATTA, Danielle de Oliveira. **Masculinidades tóxicas em crianças de 5/6 anos**: uma desconstrução que perpassa a sala de aula. 2020. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade) -- Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

AUGÈ, Marc. **Dos lugares aos não lugares**. *In*: AUGÈ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus Editora. 1994.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458, 1995.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha**: Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos, e criminais da violência de gênero. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BLOGUEIRAS NEGRAS: Informação para fazer a cabeça. São Paulo, 2020.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Pierre Bourdieu**: escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 217-227.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.

BRASIL. Observatório Gênero. Brasília, 2020.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Eliane Paula de. **A identidade da mulher negra através do cabelo**. 2015. 61 f. Monografia (Especialização) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. A Abolição aboliu o quê? **Folha de São Paulo**, São Paulo, n. 588, 13 de maio de 1988.

CELEGUIM, Cristiane Regina Jorge; ROESLER, Heloísa Maria Kiehl Noronha. A invisibilidade social no âmbito do trabalho. **Revista Científica da Faculdade das Américas**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2009.

COLINA, Paulo. 13 de maio de 1988: a princesa esqueceu de assinar nossa carteira de trabalho. **Digital Archive of Latin American and Caribbean Ephemera**, The Trustees of Princeton University, 2021.

COSTA, Fernando B. da. **Homens Invisíveis**: Relatos de uma Humilhação Social. São Paulo: Editora Globo, 2004.

COSTA, Maria Conceição da. Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 27, p. 455-459, dez. 2006.

CRIOLA. Início. Rio de Janeiro, 2021.

CUNHA, Renata Martins Ferreira da. Análise da Constitucionalidade da Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha: lesão ao Princípio da Igualdade. **Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, n. 57,

ago./set. 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. DINIZ, Larissa Mattos; BORGHI, Eduardo Baroni. A população negra em Londrina: uma luta por reconhecimento. *In*: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, [s.l.], n. 10, p. 116-131, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, [s.l.], v. 12, n. 23, p. 101-122, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007

DORNELLAS, Mariana Paganote; JESUS, Maria Priscila Santos de. O genocídio da população negra no Brasil contemporâneo e seu agravamento a partir da intervenção federal militar no estado do Rio de Janeiro. **Confluenze**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 210-236, 2018. DOI: https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/8913

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

EIRAS, Natália. "Não consigo emprego por causa do meu cabelo afro"; veja casos de racismo. **UOL Universia**, São Paulo, 19 nov. 2015.

ENGEL, Cíntia Liara. **A violência contra a mulher**. Brasília: IPEA; Ministério da Economia, 2020.

FAVALESSA, Mikhail. Mulheres negras são maiores vítimas de assédio no trabalho e WhatsApp. **RD News**, [s.l.], 21 jul. 2019.

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. **Representações sociais e práticas políticas do movimento negro paulistano**: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937). 2005. Dissertação (Mestrado) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FERREIRA, Lúcia Rocha. Oralidade e Memória: a função das narrativas na educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 1, 27-53, jan./abr. 2015.

FERREIRA, Lola; SILVA, Vitória Régia da. 2020: o ano da pandemia e seu impacto nas mulheres, pessoas negras e LGBT+. **Gênero e número**, São Paulo, 22 dez. 2020.

FRAGA, Gleide. Sobre a solidão da mulher negra. **Portal Geledés**, São Paulo, 03 jun. 2015.

FREITAS, João. O que é memória social? Monitorando turismo, [s.l.], 2010.

FREITAS, Lorena; LUNA, Lara. A família desorganizada e a reprodução da "ralé estrutural" no Brasil. *In*: SOUZA, Jessé de (org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. Escola de Administração de empresas de São Paulo. São Paulo, 2012.

GALARRAGA GORTÁZAR, Naiara. Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil. **El País**, São Paulo, 14 jan. 2021.

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada**: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira (1993-2005). Brasília: INEP, 2007.

GIACOMINI, Sonia M. **Mulher e escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negro no Brasil. 2.ed. Curitiba: Appris, 2013. 111 p.

GIANNINI, Renata Avelar; FERENCZI, Eva; ARAÚJO, Isis; AGUIRRE, Katherine. Violência contra mulheres: como a pandemia calou um fenômeno já silencioso. **Instituto Igarapé**, Rio de Janeiro, Artigo estratégico 51, p. 1-35, dez. 2020.

GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GOMES. Nilma Lino. Cultura negra e educação. Revista Brasileira de Educação, [s.l.], n. 23, p. 75-85, maio/ago., 2003.

GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. **Poésis**, Tubarão, v.12, n. 22, p.350-367, jun./dez. 2018.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [s.l.], p. 223-244, 1984.

GONÇALVEZ, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], n. 15, p. 134-158, 2000.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2003.

HASENBALG, Carlos A. A discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2.

ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Rio de Janeiro: IBGE. 2019.

INSTITUO MARIA DA PENHA – IMP. Tipos de violência. S.I., 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. **Estud. av.**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 89-112, Auge.1989. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000200006.

JACCOUD, Luciana. A construção de uma Política de Promoção da Igualdade Racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009.

KING, Debora K. Multiple Jeopardy, multiple consciousness: the context of a black feminist ideology. **Sings**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 42-72, 1988.

KILOMBA, Grada. Entrevista. *In*: REDAÇÃO. "O racismo é uma problemática branca", diz Grada Kilomba. **Carta Capital**, São Paulo, 30 mar. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LOURES, Samily. Estudo aponta que mulheres negras são as que mais sofrem com assédio sexual no ambiente de trabalho. **Notícia Preta**, São Paulo. 07 out. 2020.

MATILDA, Karla. Comportamento: a missão delas é empoderar. Folha de Londrina, Londrina, 14 jul. 2016.

MASSARI, Solange. Da invisibilidade social ao direito de existir. **Esquerda Online**, [s.l.], 25 maio 2019.

MENDES, Ana Claudia Duarte. Eco e memória: "Vozes-Mulheres", de Conceição Evaristo. **Terra Roxa e outras terras**, [s.l.], v. 17-A, p. 113-122, dez. 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. Estudante de Londrina que gravou e divulgou vídeo incitando a discriminação de raça e cor é denunciado por racismo pelo Ministério Público. **MPPR Criminal**, Curitiba, 18 fev. 2019.

MIRANDA, Lucas Mascarenhas de. Memória individual e coletiva. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, 27 maio 2019.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, [s.l.], n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

MORAES, Pedro Rodolfo Bode de; SOUZA, Marilene Garcia de. Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p. 7-16 nov.1999.

MENDONÇA, Heloisa. "Mulheres Negras recebem menos da metade do salário dos Homens brancos no Brasil". **Jornal El País**, São Paulo, 13 nov. 2019.

MERLINO, Tatiana. Um Estado que mata pretos, pobres e periféricos. **Ponto de debate**, [s.l.], n. 19, p. 1-16, out. 2018.

MOREIRA, Núbia Regina. A organização das feministas negras no Brasil. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2018.

MORELLO, Mariana. Negros são 79% das vítimas de mortes causadas por ações policiais. **R7.com**, São Paulo, 20 nov. 2020.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Abdias Nascimento**: grandes vultos que honraram o senado. Brasília: Edição do Senado Federal, 2014.

NUNES, Charô. Quem Somos – Reinventando a tela. **Blogueiras Negras**, [s.l.], 2012.

OJIMA, Ricardo. A vulnerabilidade socioambiental como conceito interdisciplinar: avanços e potencialidades para pensar mudanças ambientais. **Revista CRONOS**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 110-120, 2014.

OLIVEIRA, Andreia H. Robert de. A Empregada Doméstica e a Desigualdade de Raça e Gênero. **Justificando**, São Paulo, 25 maio 2020.

OLIVEIRA, Alecsandra Matias de. Arte como lugar da memória. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 106-122. nov. 2009.

OLIVEIRA, Maria M. de. Como fazer pesquisa qualitativa. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ONU MULHERES BRASIL. Conheça as 12 áreas prioritárias da Declaração e do Plano de Ação de Pequim. [s.l.], 2020.

PAIM, Altair dos Santos. **Aparência física, estereótipos e inserção profissional**: um estudo sobre a profissão de secretário executivo segundo a percepção das estudantes de Secretariado. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PAULA JUNIOR, Antônio Filogenio de. Educação e oralidade na cultura negra no Brasil. **Comunicações**, ano 21, p. 191-200, jan./jun. 2014.

PIEDADE, Vilma. Dororidade. São Paulo: Nós, 2017.

PINTO, Giselle. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2006, Caxambú. **Anais** [...] Caxambú: ABEP, 2006.

PINHEIRO, Fernanda Lira; REZENDE, Marcela; FONTOURA, Natália. TD 2528 - os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. **IPEA**: Texto para discussão, Brasília, 23 dez. 2019.

POGGIO, Inês Soares Nunes. A construção das relações de gênero. *In*: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (org.). **Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho**. Ijuí: Ed. Unijui, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social: estudos históricos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMPERMAIER, Paulo Henrique. Como a vivência cotidiana do racismo pode se converter em traumas. **Revista Cult**, [s.l.], 15 de agosto 2017.

PORFÍRIO, Francisco. Desigualdade de gênero. **Brasil Escola**, [s.l.], 2020. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/desigualdade-de-genero.htm. Acesso em: 13 jul. 2020.

PORTAL GELEDÉS. Últimas postagens. São Paulo, 2020.

QUEIROZ, Josiane Mendes de. Mulher negra e a escravidão: entre dilemas e desafios. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 5., 2017, Salvador. **Anais** [...] Salvador: UNEB, 2017.

BARBOSA, Aristides *et al.* (org.). **Frente Negra Brasileira**: depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

REDAÇÃO. Empregada "orientada" a alisar o cabelo deve ser indenizada. **Revista Consultor Jurídico**, [s.l.], 8 Set. 2018.

REDAÇÃO. Em Copacabana, patroa mantinha doméstica trancada e sem comer. **Pragmatismo político**, [s.l.], 15 maio 2018.

REDAÇÃO. Babá mantida em cárcere privado pela patroa pula do 3º andar em Salvador. **Pragmatismo político**, 25 ago. 2021a.

REDAÇÃO. Babá espancada por patroa em prédio de luxo diz que tentou "alcançar a outra janela". **Pragmatismo político**, [s.l.], 27 ago. 2021b.

REDAÇÃO. Babá negra pula de prédio para escapar de agressões e cárcere. **Alma Preta Jornalismo**, 26 ago. 2021c.

REDAÇÃO. Acusada de agredir babá negra já teria vitimado outras funcionárias. **Alma Preta Jornalismo**, [s.l.], 27 ago. 2021d.

REIMBERG, Cristiane. Mulheres negras são as mais vulneráveis à precarização do trabalho e ao assédio sexual. **FundaCentro**, Brasília, 16 mar. 2018.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, José Reis. Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades Negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

REIS, João José. Quilombolas e revoltas escravas no Brasil: nos achamos em campo a tratar da liberdade. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, dez. 1995 - fev. 1996.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.) Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. São Paulo: Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 987-1004, dez. 2008.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de Mulheres Negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.

RODRIGUES, Gilson José. (In)visibilidade Social: o jogo dramático entre visibilidade e invisibilidade dos atores sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET, 11., 2006, Florianópolis. **Anais** [...], Florianópolis: ENAPET, UFSC, 2006.

ROMEIRO, Nathália Lima. **Vamos fazer um escândalo**: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SALDAÑA, Paulo. 4 em cada 10 jovens negros não terminaram o ensino

médio. Folha de São Paulo. São Paulo. 1 set. 2019.

SAMPAIO, Livia Cassemiro. **Mulheres negras e o cabelo**: racismo, sexismo e resistência. Dissertação (Mestrado) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2020.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI-SP editora, 2015.

SANTOS, Joel Rufino dos Santos. **A questão do negro na sala de aula**. São Paulo: Global, 2016.

SANTOS, Richard. Identidade guerreira: luta e resistência nos quilombos contemporâneos, **Revista África e Africanidade**, [s./.], ano 7, n. 19, abr. 2015.

SANTOS, Laeila. Sou uma mulher negra e a minha invisibilidade é real. **Cult**, São Paulo. 13 mar. 2020.

SANTOS, Maria Arlete. Contribuição do negro para a cultura brasileira. **Revista Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 12, n. 2, p. 217-229, jul./dez. 2016.

SANTOS, Helen Barbosa dos; NARDI, Henrique Caetano. Masculinidades entre matar e morrer: o que a saúde tem a ver com isso? **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p.931-949, 2014. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312014000300014

SANTOS, Christiano Jorge; STEMPNIEWSKI, Ligia Penha. Feminicídio e racismo: mulheres negras morrem mais. **RJLB**, ano 6, n. 2, p. 267-284, 2020.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval e MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs**: Memória Coletiva e Experiência. São Paulo, 1993.

SILVA, Ana Santiago da. Memórias e (Re) invenções de Identidades na Literatura Afro-feminina. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 11., 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2008.

SILVA, Fernanda dos Santos Rodrigues; PINTO, Gabriela Rousani; OLIVEIRA, Rafael Santos de. Preta e Acadêmica: a resistência da Mulher Negra contra o Encarceramento em massa a partir da prática do Ciberfeminismo. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 4., 2017, Santa Maria. **Anais** [...] Santa Maria: UFSM, 2017.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Bamidelê:** Por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado - - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-

raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, ano 30, v. 3, n. 63, p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 1301-1325, nov./dez. 2010.

SILVA, Elizete da. Irmandade negra e resistência escrava. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 12, p. 55-62, 1994.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez 2010.

SILVEIRA, Aline. A intelectualidade negra e a invisibilidade nos espaços acadêmicos. **Blogueiras negras**, São Paulo, 28 set. 2014.

SINHORETTO, Jacqueline. MORAIS, Danilo de Souza. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudios Sociales**, [s.l.], v. 64, p. 15-26, 2018.

SOBRAL, Natália G. *et al.* Gênero e invisibilidade social entre catadores de materiais recicláveis de Campina Grande/PB. *In:* JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. **Anais** [...] São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009.

SOTERO, Edilza Correia. Representação política negra no Brasil Pós- Estado Novo. 2015. 314 f. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOUSA, Andréia Lisboa de Sousa. SOUZA, Ana Lúcia Silva. Oralidade – Cantos e re-encantos: vozes africanas e afro-brasileiras. **Portal Geledés**, São Paulo, 2013.

SOUZA, Janete et al. Invisibilidade Social. S.l., 24 de novembro de 2010.

SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (org.). **Literatura Afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultura Palmares, 2006.

SUDRÉ, Lu. Preta Rara: "A senzala moderna é o quartinho da empregada". **Brasil de Fato**, São Paulo, 08 out. 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Do início ao fim**: população negra tem menos oportunidades educacionais. S.I., 19 nov. 2019.

TOMAZ, Carlos. Memória e Emoções. Ciência Hoje, nº 83, agosto de 1992.

UOL. Por um futuro negro. Reportagem de Djamila Ribeiro, Acesso em: 18

jan. 2020.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. *In*: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, I**: Metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 139-166.

VELASCO, Clara; GRANDIN, Felipe; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Mulheres negras são as principais vítimas de homicídios; já as brancas compõem quase metade dos casos de lesão corporal e estupro. **G1.com**, São Paulo, 16 set. 2021.

VELOSO, Amanda M. Quem foi Virgínia Bicudo: mulher, negra e pioneira na psicanálise, mas invisível no Brasil. **Huffpost**, [s.l.], Coluna Mulheres, atualizado 19 de novembro de 2019.

WAISELFISZ, Julio J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, FLACSO Brasil, 2015.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Ed. Paulus, 2006.



SANDRA MARA AGUILLERA

Doutoranda em Ciência da Informação, Mestra em Ciência da Informação e graduada em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Possui especialização em Língua Inglesa e é pesauisadora e idealizadora do Instituto Coletivo Black Divas (20 anos). Coordenadora da Macha do Orgulho Crespo e do Projeto Crespinhos desde 2017 de Londrina e Região. Foi a Primeira Secretária negra do Gabinete de Prefeito em Londrina, em 2003. Lançou e idealizou o Selo Personalizado da Lei 10.639/03 nos dez anos da Lei, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática: História e Cultura Afro-Brasileira no Brasil. Pelo Coletivo Black Divas, ocupa uma das vinte quatro cadeiras da Operativa da Coalizão Negra por Direitos no Brasil. Está como conselheira das Políticas Públicas da Mulher em Londrina, e ocupa pelo Coletivo Black Divas a primeira cadeira para mulheres negras nesse Conselho. Realizadora e Organizadora da Feira da Mulher Negra Empreendedora, a qual completou 10 anos em 2023. Faz parte, como membra da Sociedade Civil, do Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e valorização das trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS) representando o Paraná em 2023. Publicou artigos em revistas e livros sobre os temas de memória coletiva e memória individual da população negra, a Influência Africana na Língua Portuguesa e acerca da informação e das relações étnico-raciais.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/0953028314316573

E-mail: san.maguillera@uel.br



Por mais de duas décadas, a autora Sandra Mara Aguillera tem se dedicado à empoderar mulheres negras. Por meio do Coletivo Black Divas ela assumiu papel de protagonismo na luta antirracista, antissexista e de gênero na cidade de Londrina e região. O livro que você tem em mãos conta um capítulo importante da trajetória de mulheres negras em suas lutas de resistência e sobrevivência e também seus vínculos e encontros que geram potência. A autora mostra como o grupo se articula e atua na luta antirracista, antissexista e decolonial. Uma obra importante para entender a práxis da Ciência da Informação. No capítulo maior da história, Sandra Aguillera, ecoando a força de todo um coletivo de mulheres negras, ficará para a história como alguém que abalou as estruturas do racismo.

Ana Maria Alcantara – jornalista e feminista negra



